



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
ESTUDOS DA LINGUAGEM



DENISE DE FÁTIMA LESSA ALVES

ENTRE O CORPO E O TRONCO:
A REPRESENTAÇÃO DO JAGUNÇO DE BERNARDO ÉLIS

MARIANA

2021

DENISE DE FÁTIMA LESSA ALVES

ENTRE O CORPO E O TRONCO:
A REPRESENTAÇÃO DO JAGUNÇO DE BERNARDO ÉLIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Memória Cultural

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Agnolon

MARIANA

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A474e Alves, Denise de Fátima Lessa.
Entre o Corpo e o Tronco [manuscrito]: a representação do jagunço de
Bernardo Élis. / Denise de Fátima Lessa Alves. - 2021.
119 f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Agnolon.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro
Preto. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras:
Estudos da Linguagem.
Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Elis, Bernardo, 1915-1997. O Tronco. 2. Jagunço. 3. Literatura
Brasileira. I. Agnolon, Alexandre. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 808.1/5

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Denise de Fátima Lessa Alves

"Entre o Corpo e o Tronco: A Representação do Jagunço de Bernardo Élis"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Aprovada em 16 de junho de 2021

Membros da banca

Prof. Dr. Alexandre Agnolon - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Profa. Dra. Monica Fernanda Rodrigues Gama - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Prof. Dr. Marcelo Cizaurre Guirau - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP

Prof. Dr. Alexandre Agnolon, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 16/06/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Agnolon, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/06/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0181692** e o código CRC **EE38DA5F**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.005819/2021-93

SEI nº 0181692

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

“Com pouco, olho jagunço por cima dos muros, passando correndo com sua carreira curta e rápida, arcado, a arma roçando no chão, sacolejando o cangaço, sacudindo as patronas, bentinhos, santos e patuás”.¹

¹ ÉLIS, 2008, p. 212.

AGRADECIMENTOS

Orgulho-me, humildemente, de ter conseguido chegar até este ponto da minha trajetória, de um longo caminho ainda a ser percorrido. Foi entre uma reunião pedagógica e outra, correção de provas e planos de aula, um estender de roupas e uma preparação de almoço, uma ida ao supermercado e uma conversa com os filhos que escrevi este trabalho. Mesmo em um momento de tantos medos e incertezas na história mundial, como nunca antes foi visto, uma pandemia tenebrosa, mas também uma possibilidade de inúmeras reflexões, especialmente sobre a importância das relações humanas, tem sido um tempo de tantos aprendizados, dentre eles, o de novas ferramentas, até então por mim desconhecidas, mas apreendidas para uma nova forma de me relacionar.

Organizei-me e reorganizei-me, mudei e reinventei a mim mesma.

Tive a sorte e a benção de encontrar pessoas como meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Agnolon, a quem agradeço pela generosidade com que sempre me atendeu, pelo encorajamento nos pontos difíceis do projeto e pelo senso crítico na leitura da dissertação.

Às colegas Leilane e Lorena, pela ajuda na elaboração do projeto e nos momentos difíceis da pesquisa, na leitura atenta e pelas observações relevantes.

Aos professores, coordenação e secretárias do Posletras.

Aos professores Mônica Gama e Marcelo Cezurre, pelas sugestões preciosas dadas no exame de qualificação.

À UFOP, pelo apoio financeiro, através de concessão de bolsa, adquirido em um momento importante.

Aos amigos que me acolheram em Mariana e aos que deixei torcendo por mim em Uberaba.

À minha família, sempre parceira, especialmente meu marido Jairo e meus filhos Davi, Raquel e Heloisa que acreditaram em mim mais do que eu mesma.

À minha mãe Maria. Raça e graça.

A Deus, minha fé e força.

A todos, muito obrigada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

Esta pesquisa é uma análise ao romance *O Tronco*, de Bernardo Élis, escrito em 1956. A análise em questão parte da apreciação do texto literário, sua urdidura e as relações de poder sob a perspectiva da ambivalência, especialmente no cotidiano dos jagunços e da polícia, envolvidos no Massacre do Duro, ocorrido em 1918, na antiga região de Goiás. Nesse sentido, procuramos, através de uma perspectiva histórica, encontrar as origens literárias dessa personagem recorrente de nossa literatura e compreender as formas com que o autor representa as imagens dos jagunços e da polícia em seu discurso romanesco.

Palavras-chave: *O Tronco*; Representação do jagunço; Violência; Literatura Brasileira.

ABSTRACT

This is a research analysis of the novel *O Tronco*, by Bernardo Elis, written in 1956. The examination looks for a full understanding of the narrative and its essentials, as well as power relations under the standpoint of uncertainty, particularly in the daily lives of a *jagunço* and the police, who were involved in the Massacre do Duro in 1918 in the early region of Goiás. From a historical perspective, we seek to find the literary origin of *jagunço*; a recurrent character in Brazilian Literature, and additionally comprehend the ways in which the author represents the imagery regarding *jagunços* and the police in his chronicle.

Keywords: *O Tronco*; Portrayal of *Jagunço*; Violence; Brazilian Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A VIOLÊNCIA E A JAGUNÇAGEM NA LITERATURA BRASILEIRA: UM TEMA TRISTEMENTE RECORRENTE.....	4
1.1. O jagunço e a violência constitutiva.....	8
1.2. A Jagunçagem na Literatura Brasileira	13
1.2.1 Os Jagunços de <i>Os Sertões</i> e <i>Grande Sertão: Veredas</i>	18
1.2.2 A Jagunçagem e a Dialética da Ordem e da Desordem	24
1.2.3 Os Justiceiros de <i>Fogo Morto</i> e <i>Chapadão do Bugre</i>	27
2. BERNARDO ÉLIS E <i>O TRONCO</i> : ENTRE A FICÇÃO E A HISTÓRIA; ENTRE O ATRASO E O PROGRESSO	37
2.1. A Urdidura de <i>O Tronco</i>	47
2.1.1 Visão histórica do Massacre do Duro	50
2.2. Entre o Atraso e a Modernidade em Goiás	54
3. JAGUNÇAGEM, PARENTELA E COMPADRIO EM ÉLIS	69
3.1. Histórias das Vilas do Duro e de Pedro Afonso	79
3.2. Uma polícia jagunça	81
3.3. Entre o silêncio, a lida e a garrucha.....	88
3.4. Artur Melo e os Jagunços Aliados	93
3.5. Vicente Lemes: entre o sobrado e a coletoria	97
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

O Tronco (1956), romance de Bernardo Élis, tem como ponto alto a chacina que ficou conhecida como “A Batalha do Duro”. A narrativa transpõe não só o documento, ao recriá-lo como literatura, mas principalmente, ao não se limitar à crônica dos acontecimentos, atinge o que hoje definimos por romance histórico². Entender como se articulam o plano histórico e o ficcional em *O Tronco*, sobretudo na questão da “promiscuidade” de que essas personagens oscilavam entre fronteiras do que era considerado lícito e ilícito, além de ser o principal objetivo deste trabalho, ilustra um relevante e contumaz diálogo presente na produção literária do autor.

Ao analisar a produção literária de Bernardo Élis, fazendo uma leitura das narrativas da obra *O Tronco*, na qual o autor denuncia o enfrentamento de interesses opostos em um ambiente inóspito, o desrespeito aos menos favorecidos e a ganância daqueles que se intitulavam donos das cidades e vilarejos do interior de Goiás e se colocavam acima da lei na obtenção de seus interesses, nosso intuito foi de investigar a representação do jagunço no romance, procurando desvelar seu sentido dentro da obra e a relação que estabelece com a violência como um processo estrutural.

Sendo assim, diante da riqueza dos testemunhos escritos, de relatos e interpretações, justificou-se delimitar o objeto deste estudo, partindo da concepção de que o trabalho científico deve ser pensado em sua viabilidade e possibilidade. Para isso, de forma prática, pretendeu-se investigar a jagunçagem em seus aspectos sociais, políticos, históricos e psicológicos, distinguindo traços da influência da cultura patriarcal no contexto histórico-social da narrativa ou intencionalmente pretendidos pelo autor, no intuito de perceber, através da relação texto-contexto, a influência e os significados inerentes a esses aspectos no texto.

A proposta de realizar uma leitura atenta ao aspecto da ambivalência do lugar da jagunçagem encontra, na obra do autor goiano, um significativo documento de análise. A partir dela, é possível apreender relevantes aspectos da vida social em Goiás, por se tratar de uma perspectiva literária muito envolvida com a realidade regional, composta de indivíduos e situações peculiares que nos possibilita a compreensão de um tempo e um lugar específicos, mas que não deixam de dialogar em grande medida com a realidade brasileira de um modo

² “No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que o protagonizam. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. É uma lei de figuração ficcional [...]”. (LUKÁCS, 2011, p. 60)

geral em que o tema do jagunço e a violência fazem-se muito presentes em nossa tradição literária.

Pretendeu-se, especificamente, ressaltar o modo como o romance *O Tronco* apresenta uma estética caracterizada por aspectos recorrentes na chamada Literatura Regionalista, como a violência, o autoritarismo dos “coronéis”, o compadrio, a miséria, a exploração, a repressão, o silenciamento, a dor e a revolta. Todos esses aspectos são abordados como marcas profundas impressas no corpo e na mente de homens e mulheres da sociedade brasileira sertanista durante um longo período histórico.

Em *O Tronco*, a época histórica não é só um elemento que contextualiza a obra no lugar e no tempo, sobretudo pelo fato de ser baseado em um acontecimento histórico, mas constitui a história de Goiás e do Brasil, além do momento político em que o autor escreve o texto.

Nosso trabalho empreendeu, a partir das concepções críticas e analíticas de Antonio Candido, Raymundo Faoro, Rui Facó e outros, somadas à leitura de narrativas sobre jagunços, compreender as representações do jagunço em nossa literatura desde seus momentos iniciais, procurando identificar as origens do nosso jagunço, até as configurações de Bernardo Élis.

Para tal, apresentamos, no primeiro capítulo, o contexto geral da representação de jagunços e bandidos em algumas obras a começar por uma breve visão de contrabandistas no século XVIII na extração de ouro, por meio de aventureiros, garimpeiros e contrabandistas, até os representantes da literatura regionalista, fase que autores contam os mais variados tipos de banditismo, entre eles a jagunçagem e o cangaceirismo, e se debruçam na formação social do Brasil, especialmente a influência e o suporte dos jagunços no governo dos coronéis.

São apresentados os conceitos de “jagunço” a partir dos ensaístas que compuseram o retrato do Brasil, bem como a violência que permeia a literatura brasileira, em uma breve explanação da formação da sociedade brasileira atrelada à violência estrutural tão retratada em nossa literatura.

Dados esses conceitos, são apontadas algumas obras que percorrem o tema da “jagunçagem”, com o intuito de compreendermos que, mesmo em regiões diferentes, como Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco e Paraíba, a exploração, a injustiça social, a violência, a marginalidade e descaso são comuns a muitos brasileiros.

Compondo o segundo capítulo, detivemo-nos na coleta de dados sobre a vida e a obra do autor Bernardo Élis. Nesse ponto, trabalhamos com as fontes escritas encontradas e consideradas adequadas ao intuito do trabalho. Além disso, recorreremos a algumas entrevistas

realizadas ao autor, o filme homônimo ao livro e a reportagens de jornais. Esses depoimentos e entrevistas foram decisivos para nosso trabalho, principalmente para preencher lacunas deixadas por fontes oficiais.

Feito isso, segundo nossa proposta metodológica, passamos para o último capítulo que foi composto pela análise específica do jagunço de Bernardo Élis para procedermos ao resgate dos significados inerentes ao texto pretendidos pelo autor, no intuito de perceber, através da relação texto-contexto, a questão da ambivalência no cotidiano das personagens e, sobretudo, dos jagunços e policiais envolvidos no conflito do Duro. Assim, constituímos o terceiro capítulo, seguido de algumas considerações finais.

1. A VIOLÊNCIA E A JAGUNÇAGEM NA LITERATURA BRASILEIRA: UM TEMA TRISTEMENTE RECORRENTE

A intensa presença da violência na história do Brasil está intimamente articulada com formas, temas, modos de produção, circulação e recepção de obras literárias e demonstra como essa sociedade foi construída, desde a colonização, por meios violentos, em que a destruição, a barbárie, a escravidão, o autoritarismo e o mandonismo constituíram-se como aspectos intrínsecos à formação do Brasil.

A narrativa da violência descrita pelos autores regionalistas é caracterizada por enumerar violências como o processo de exploração colonial, a organização predatória imperialista, o genocídio indígena, a escravidão, ainda presente no início do século XX em algumas regiões brasileiras, as penalizações, as mutilações, o patriarcado machista, os estupro, os linchamentos, os abusos do poder, a exclusão social, a truculência, os massacres e os desmandos dos governos. Além disso, em alguns casos, essas narrativas podem reverberar mecanismos de controle social e educacional e, por sua vez, regimes de transmissão em que obras e autores podem ser expressão de interesses autoritários. Portanto, não está ausente nessas obras o interesse em abrir a discussão dedicada às relações entre literatura, violência e política, visto que muitos elementos sociais são considerados decisivos para a compreensão de tais obras literárias.

Nesse sentido, especialmente na produção literária da segunda fase do movimento modernista, há elementos temáticos que se articulam com a violência histórica, os quais fundamentaram alguns escritores para construir imagens, personagens, enredos e estruturas narrativas que demonstram a complexidade da formação da sociedade brasileira.

Ginzburg (2017), em seu livro *Crítica em tempos de violência*, ressalta a relevância da ideia de centrar atenção no que acontece nos regimes autoritários oficiais, do Estado Novo até a Ditadura Militar, e a importância de examinar o problema da política da memória em contextos de autoritarismo na perspectiva da literatura, a partir do que pressupõe o fato de romper com a tradição nacionalista idealista e a submissão ao colonialismo, a historiografia evolutiva e a noção do progresso.

O autor afirma ainda que, ao longo da produção literária brasileira a partir de 1930 até 2000, são encontrados vários elementos formais e temáticos que se articularam com a violência histórica e chama atenção para um movimento constante de elaboração de cenas de violência, seus pontos e contato com os regimes autoritários brasileiros e suas heranças.

A história brasileira é intensamente caracterizada pela presença da violência em processos sociais. Tentar enumerar as categorias que descrevem essa presença é inócuo. O processo exploratório colonial, a organização predatória imperialista, o genocídio indígena, o tráfico negreiro, o cotidiano escravocrata de penalizações e mutilações, o patriarcado machista, os estupros, os linchamentos, os fanatismos religiosos, os abusos policiais, a truculência militar, agressões ligadas a preconceitos de raça, religião, orientação sexual, agressões a crianças, torturas em prisões. Essas palavras não conseguem representar quase nada, com relação ao que foi vivido no país, embora permaneça o imperativo da necessidade de falar do que foi vivido. Uma percepção crítica do nosso passado histórico permite perceber que a violência não tem na vida brasileira apenas um lugar casual, ou incidental; ela tem uma função propriamente constitutiva: ela define condições de relacionamento público e privado, organiza instituições e estabelece papéis sociais. (GINZBURG, 2017, p. 221)

No entanto, muitos governos que, por meio da censura, determinaram o que deveria ser lido ou não e mantiveram, através de sistemas econômicos, enormes contingentes de população distantes dos livros, em um histórico de postura agressiva em relação ao potencial crítico da literatura ou uma possível tentativa de neutralização das possibilidades de consciência crítica.

No capítulo “Literatura brasileira após Auschwitz”, Ginzburg (2017) destaca que escritores como Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa tiveram enorme impacto na literatura brasileira, visto que

conseguiram escrever obras de alta complexidade com senso de interpretação da realidade brasileira – após Auschwitz, após a experiência mundial do horror que evidenciou o emprego instrumental da razão para a barbárie e a indiferença da política para com a ética. Drummond e Rosa conseguiram, de dentro do sistema literário, expor as contradições do ambiente cultural, elaborando formas de linguagem estranhas aos códigos coloquiais e aos ranços da retórica autoritária. (GINZBURG, 2017, p. 188)

Como exemplo, o autor cita os textos “Nosso Tempo”, poema de Drummond, de 1973, e “O mau humor de Wotan”, conto de Guimarães Rosa, de 1985, sendo que o segundo, como um dos principais pontos de articulação entre a realidade em torno de Auschwitz e o mal-estar da civilização brasileira, que cala seus traumas e esconde sua perplexidade diante do passado repleto de massacres e barbáries tão presentes em sua formação em que “O mau humor de Wotan”³ pode ser entendido, alegoricamente, como o silêncio da sociedade brasileira diante de seus traumas.

³ Ginzburg (2017) destaca que “O mau humor de Wotan” contém imagens de ruínas e o caos da destruição: “Discursam, pisando na mão de uma criança/a terra mal criada/despejada e monstruosa. Em perspectiva

Por outro lado, após Auschwitz são encontradas na literatura brasileira produções literárias voltadas ao engajamento partidário. No entanto, o Brasil é uma nação em que mudanças ocorrem nas superfícies da vida política e econômica, mas são mantidas as bases estruturais do sistema, bases essas que expõem a raiz do problema.

Em um país com um histórico forte de experiências de violência e circulação de ideologias autoritárias, de maneiras diretas ou indiretas, ostensivas ou subliminares, alguns historiadores e críticos da literatura brasileira expressaram perspectivas ideológicas e denunciaram uma tradição patriarcal e escravista como “[...] o caráter agônico da experiência da violência brasileira, pelas marcas traumáticas do passado colonial, do sistema escravocrata e dos regimes ditatoriais” (GINZBURG, 2017, p. 198).

Como exemplo dessa realidade patriarcal e escravista, pode-se destacar das nossas obras mais marcantes articuladas com o impacto da violência “O Navio Negreiro” (1868), poema de Castro Alves, e *Os Sertões* (1902), livro de Euclides da Cunha, uma vez que são obras em que a crítica à violência não aparece diretamente e apresentam marcas deixadas no processo histórico do país:

Os projetos estéticos do século XIX, voltados para a valorização de elementos de paisagem, para idealização da terra e para o mascaramento da barbárie, estiveram articulados com interesses políticos do Império. O nacionalismo do Estado Novo, pautado no emprego conservador da concepção getulista de líder de massas, procurou fazer com que as ideias autoritárias passassem por democráticas, por linhas discursivas retorcidas e conservadoras como as do pensamento de Miguel Reale. Os projetos fortes de nacionalismo no Brasil estiveram associados ao ocultamento do impacto da violência estrutural do sistema. Esse ocultamento fazia com que a experiência traumática passasse por natural, como ocorreu nos casos da escravidão imperial e da política legislativa e militar, no Estado Novo. (GINZBURG, 2017, p. 205)

Do mesmo modo, no capítulo “A violência na Literatura Brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa”, Ginzburg (2017) esclarece que a história da literatura brasileira poderia ser contada a partir do ponto de vista de suas relações com a violência, visto que a interpretação da história é de certa forma pautada na percepção dos conflitos sociais descritos na literatura. Como exemplo dessa expressão, o autor cita os contos dos três autores. Destacamos também Graciliano Ramos em *São Bernardo* (1934), romance no qual o narrador-protagonista descreve a agressão que pratica contra um

alegórica, esses registros têm duplo horizonte de leitura. Por um lado, o texto aponta para a experiência da guerra na Europa, falamos de terras distantes; por outro lado, nada mais próximo de nós do que a encarnação da formação social brasileira, em suas propriedades problemáticas e violentas”. (GINZBURG, 2017, p. 189)

empregado, Marciano, e há uma clara demonstração de estranhamento por parte da personagem Madalena, quando, perplexa, comenta esse ataque de violência desmedida. O protagonista acusa Marciano de mentiroso, que supostamente não estaria cumprindo suas tarefas. Diante da resposta de Marciano, Paulo Honório reage de modo agressivo. Madalena, indignada por assistir ao marido espancando o empregado, desafia a autoridade do fazendeiro, questionando-o: “– Como tem coragem de espancar uma criatura daquela forma?” (RAMOS, 2004, p. 128). Paulo Honório responde: – Ah! Sim! Por causa do Marciano. Pensei que fosse coisa séria. “Assustou-me”. (RAMOS, 2004, p. 128).

Igualmente, destacamos o que o autor menciona na questão da violência em *Grande Sertão: Veredas* (1956), em que Guimarães Rosa ressalta o fato de Riobaldo, o protagonista, pertencer a um grupo de agentes da violência – os jagunços. Não obstante, o jagunço sentia que, em seu cotidiano, a jagunçagem o expunha a situações de extrema violência, o que o leva à condição de inconformidade: “[...] eu vi que não podia mais, me governou um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo: de se ir, com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante brutalidade...” (ROSA, 2006, p. 135).

Schwarz (1988) destaca, na obra de Machado de Assis, vários exemplos de autoritarismo e, sobretudo de violência, entendidos como espécie de marca d’água das atitudes das elites brasileiras. O autor, da perspectiva da crítica, tornou possível a compreensão, mediante sua visão sobre a obra machadiana, do que se passava nas classes dominantes brasileiras do século XIX, que transitavam entre duas normas aparentemente contraditórias: o ideal liberal burguês dos países centrais do capitalismo e a mentalidade escravista em sua matriz prática. Tratava-se de uma tentativa do desenvolvimento moderno de uma sociedade ancorada no atraso cuja perspectiva histórica e cultural constituía a gênese desse fenômeno.

O Brasil, depois da Independência, entrou para o mundo das nações modernas e tinha aspirações à modernidade, embora estivesse assentado sobre o continuísmo do trabalho escravo. A Independência não representou a superação do modo de ordenar a sociedade, do modo de produzir colonial, ou seja, ainda prevalecia a forma herdada da Colônia. Uma ideia paradoxal de progresso com um lastro de violência, na medida em que o país tinha como base a escravidão e a abolição que tardava acontecer.

Na análise de Schwarz (1988), em *Quincas Borba* (1891) a relativização de valores que variavam de acordo com as circunstâncias é demonstrada por meio da história de Rubião, um ingênuo provinciano que enriquece subitamente, exemplifica-se no Humanitismo, teoria

criada por Quincas Borba, em uma espécie de paródia machadiana das correntes filosóficas em voga na segunda metade do século XIX, baseada no egoísmo, na indiferença e na tentativa cômica de legitimar privilégios e desigualdades.

Machado de Assis, ainda de forma bastante singular, em “Pai contra Mãe”⁴, conduz a narrativa de forma que o leitor possa identificar a violência da sociedade escravagista ao descrever a personagem Cândido Neves. No conto, Neves, apesar de não pertencer à elite, e depois de fracassadas as tentativas suas de atuação em diversos trabalhos (e não permanecer em nenhum deles), acaba por exercer a função de captor de “escravos fujões”, função que ora dava, ora não dava algum dinheiro para sustentar a família. Sem condições para manter o filho recém-nascido, Candinho se vê obrigado a entregá-lo à roda dos enfeitados. Mas ele encontra a chance de ficar com o filho com a captura de uma “mulata fugida”. A “escrava” acaba sofrendo aborto ao ser capturada por Cândido Neves, que recebe a recompensa e consegue permanecer com o filho. Cândido, entre lágrimas de alegria e cheio de gratidão pela oportunidade, vê-se favorecido por um sistema desumano em que a ironia do contexto violento fica expressa na frase – ou melhor, no adágio – que põe término ao conto: “Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração”. (ASSIS, [s.d.], [s.p.]).

Nesse sentido, Schwarz (1988) esclarece que se fazia necessária uma espécie de descolonização europeia da literatura, visto que o universo de desejos da elite conservadora brasileira, muito influenciada pelas ideias burguesas do modelo europeu, apesar de deixar transparecer uma aspiração pela modernização da sociedade na moda, na língua, no saber filosófico, da Ciência e nas Artes em geral, pode ser entendido como uma espécie de verniz, como mera aparência dessa sociedade burguesa que não desejava mudanças profundas nas estruturas sociais e econômicas do país, já que mantinham um contexto anti-liberal em que a escravidão ainda era o principal meio de exploração com a qual as elites obtinham vantagens e riquezas.

1.1. O jagunço e a violência constitutiva

Já no contexto do final do século XIX e em uma violenta estrutura de poder ainda baseada na exploração, a figura do jagunço, descrita desde a poesia de Claudio Manoel da Costa (1729), no épico *Vila Rica*, torna-se um importante elemento para manutenção da

⁴ O conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis, foi publicado em 1906 na coletânea *Relíquias da Casa Velha*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

organização narrada diversas vezes por autores regionalistas. Esse grupo de homens armados era imprescindível para que as engrenagens desse sistema funcionassem, visto que habitavam os sertões brasileiros, eram agricultores, mas também eram arregimentados para combater grupos rivais, matar e torturar a outros, e eram mantidos atrelados aos mandos e desmandos dos grandes latifundiários que os comandavam, detentores do poder de mando. A precariedade e a miséria de uma sociedade primitiva e com aspectos quase medievais determinavam a obediência aos coronéis por parte dos jagunços, já que aqueles lhes ofereciam condições mínimas, ainda que abusivas, de sobrevivência. Essa frágil liberdade tão somente dissimulava a dependência desses homens aos interesses privados dos patrões. Para Candido (2011),

O termo está ligado à ideia de prestação de serviço, de mandante e de mandatário, presentes em disputas de famílias e lutas políticas, às ameaças de bandos rivais em eleições, ao uso de meio brutais para liquidar ladrões e assassinos, assaltos defesas e repressões. (CANDIDO, 2011, p. 106-107)

A violência vivida pelos jagunços refletia a violência histórica exercida desde os tempos da formação colonial brasileira e que ainda reverberavam na sociedade rural e, especialmente, nas relações entre coronéis e jagunços. Essa gênese também é reconhecida por Facó (1978),

O despotismo dos potentados rurais havia, durante séculos, relegado os pobres do campo à condição de objetos. A classe-agrária dominante via no trabalhador da terra o escravo, que o era de fato e juridicamente. Mesmo com a Abolição, uma vez que não se processaram mudanças fundamentais no campo e o latifúndio foi mantido com todas as suas prerrogativas e privilégios, o trabalhador rural continuava a ser considerado um semi-escravo. O conceito de ser humano em relação a ele não era válido para o grande proprietário. A classe dos pobres do campo se achava à margem da sociedade constituída. Não tinha terra, nem outros bens, não tinha direitos, não tinha sequer deveres – além daqueles de servir ao senhor. (FACÓ, 1978, p. 33)

Inquestionavelmente, os jagunços reproduziam uma violência social, visto que estavam ligados diretamente à violência do sistema autoritário dos coronéis e dos governos estaduais.

Como poderia haver justiça, simples recursos jurídicos, sem falar em justiça social, para explorados e oprimidos em tais condições? O aparelho judiciário estava sob o controle direto dos sobas locais, o juiz lhes era um dependente, muitas vezes menos do que isso, um lado. Diz Xavier de Oliveira, em 1919: No sertão não há lei, não há direitos, não há justiça [...] Quanta vez, ali, não é removido de uma para outra comarca, um juiz que proferiu uma sentença contra um político influente, cabo

eleitoral ou chefe de bando do presidente ou do governador do Estado?... E narra episódios de demarcações de terras mandadas fazer por certo magistrado sob uma chefia local, e desfeitas pelo mesmo magistrado quando o município se encontrava sob outro governo. Como poderia, pois, haver alfabetização, instrução, educação popular? Além disso, para quê? O interesse do grande proprietário da terra é manter no obscurantismo a população local. Ele quer braços servís e não cabeças que pensem. Ninguém necessita de saber ler e escrever para pegar numa enxada. O Governo do Estado ou do município não dispunha de verbas para gastar com escolas. As verbas iam para o bolso dos potentados locais, seus familiares e apaniguados. Mesmo que fundassem escolas – a não ser uma ou duas, na sede do município, para os filhos dos ricos ou dos remediados – os filhos dos pobres não poderiam frequentá-las. Não podiam comprar as coisas mais elementares, como um par de sapatos ou uma roupa, quanto mais livros e material escolar. E quando seus pais tinham trabalho garantido ou um lote de terra para plantar, necessitavam de sua ajuda, desde a mais tenra idade, nos duros labores da terra. Quanto aos meios de comunicação e transportes, como podiam existir se o latifúndio era o feudo quase fechado, se pouco produzia ou produzia apenas para o consumo familiar ou local? Os meios de transporte comuns eram os animais, o lombo do burro ou o carro de boi, que passavam por quaisquer caminhos, qualquer picada aberta no campo. (FACÓ, 1978, p. 39)

Muitos trabalhadores rurais eram coagidos a trabalharem como jagunços ou mesmo se tornavam cangaceiros⁵ ou justiceiros inimigos dos governos locais. Facó (1978) faz uma intersecção entre os latifúndios, grandes latifundiários e os pequenos produtores que, por vezes, esses trabalhadores eram expostos a muitos tipos de exclusão, sem poder ter além do que lhes era deixado e, por vezes, perdia o que tinha para aumentar as terras de quem já possuía em grande quantidade. Muitas vezes esse homem do campo era expulso de seu pedaço de chão não só pelas condições naturais, como a seca; em muitas situações, era expulso ou mesmo assassinado juntamente com sua família. O que restava era fugir enquanto ainda podiam. Quanto a esse fato, Facó (1978), referindo-se a Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902), já alertava quanto a questão má distribuição da terra.

⁵ De acordo com Facó (1978), “Esses exércitos mobilizados a serviço dos coronéis do interior não são de cangaceiros, são de capangas ou cabras. Homens a soldo, pistoleiros, matadores profissionais. Não importa que no intervalo entre um assalto à propriedade do vizinho e a execução de um crime de morte de algum desafeto do coronel, o capanga esteja vaquejando o gado ou plantando um roçado. Fazia-o comumente. Sua dependência econômica e social em relação ao grande proprietário, o avassalamento da economia seminatural, a falta de terras para a pequena propriedade, tornavam-no um semi-servo que deveria obedecer, sem discutir, as ordens do patrão, cumprir todas as suas vontades, executar os crimes mais hediondos por ele ordenados. Esse assalariado do crime podia tornar-se amanhã um cangaceiro, ingressar num bando para praticar assaltos a fazendas, pilhagem de armazéns de víveres, aprisionar ricos proprietários e exigir-lhes resgates. Mas esse bando é composto de homens que conquistaram autonomia, ainda que relativa, em face do latifúndio. O cangaceiro não é um assalariado para a prática de crimes. Pratica-os por conta e risco. Mas o que o distingue, sobretudo é ser um rebelde contra a ordem dominante que esmaga os pobres do campo. Ele não se submete aos trabalhos forçados da fazenda ou do engenho. Quanto à origem social, o capanga e o cangaceiro não se distinguem. São homens de ascendência humilde, em geral trabalhadores rurais oprimidos, direta ou indiretamente pelo latifúndio semifeudal, sofrendo-lhe o peso das injustiças sociais”. (FACÓ, 1978, p. 56-57)

Euclides da Cunha já compreendera que o homem do sertão [...] está em função direta da terra. Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê-se atezado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de todas as suas energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que fazer, senão revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é o seu. (FACÓ, 1978, p. 35)

A diáspora sertaneja motivada pela violência e miséria é amplamente representada em *O Tronco*, de Bernardo Élis, como no caso dos policiais enviados pelo governador do Estado para matarem aqueles que se opunham ao governo e eram considerados inimigos políticos; antes de se tornarem “agentes da lei” foram trabalhadores do campo, fugidos de duras realidades. Esses homens deixaram seus pequenos pedaços de terra, e até mesmo mulher e filhos, para pleitearem uma vida menos sofrida, mesmo com salários baixos, mas que poderia salvá-los de um futuro ainda pior. Sobre eles, o narrador do romance destaca: “Lavradores na sua maioria, os soldados trocavam ideias ante a aproximação das chuvas. Falavam de roças, contavam casos de vaquejadas, relembavam cenas da infância, ou de tempos passados [...]”. (ÉLIS, 2008, p. 72).

O texto deixa claro que os novos policiais estavam exercendo aquela profissão não porque a tinham escolhido, mas por não terem a mínima possibilidade de sobreviver, pois sem condições de cultivarem suas terras, ou sem ter o direito de tê-las, sem escolas para os filhos, sem saúde, sem justiça, sem proteção ou garantias do governo, viviam em meio à barbárie e, assim, não tinham outra forma de garantirem sua subsistência.

Outro relato de violência foi o caso da personagem Folorenço que ilustra a “sorte” de um desconhecido que chegou ao Duro. Depois de uma briga, o forasteiro foi “[...] parar no tronco do sobrado [...]”. (ÉLIS, 2008, p. 46). Após ser interrogado pelo coronel Pedro Melo e afirmar que não tinha dinheiro para pagar a fiança e sair, teve sua soltura negociada pelo próprio coronel. Podemos notar, dessa forma, que o homem, ao sair da prisão, foi “[...] direto para lida do velho [...]” (ÉLIS, 2008, p.), nas palavras do narrador, deixando claro que Folorenço passa a ser um empregado do coronel e, com seu trabalho, pagaria sua dívida. Passado algum tempo de trabalho duro, Folorenço pergunta quanto custaria para saldar sua dívida para com o coronel, e este lhe diz que o valor da dívida era de duzentos mil réis. O devedor passou a trabalhar de forma que pudesse conseguir o dinheiro a qualquer custo (o texto não deixa claro como foi que ele conseguiu ganhar o dinheiro, visto que o trabalho, por vezes, nem era assalariado). O fato é que Pedro pagou a fiança. No entanto, no dia em que o pagamento da dívida seria feito, o coronel o surpreende com uma expressão de desprezo e a seguinte afirmativa: “Eu não emprestei dinheiro para camarada não. Dinheiro de camarada é

serviço”. (ÉLIS, 2008, p. 47). Folorenço fugiu e, apesar da busca que a jagunçada realizou, nunca mais foi visto por aquelas regiões. Havia um único processo de entrada para o mundo do “serviço” para o coronel, ao passo que não haveria de maneira alguma a saída.

As mulheres também eram vítimas de extrema violência no romance de Élis.

Aquela segurança toda dos muros da casa do Coronel Pedro tinha por escopo prender a criadagem, descendente e antigos escravos, mantida ali no regime de escravidão. Viviam as criadas maltratadas, mal vestidas, metidas de seco e verde no trabalho duro de rachar linha, cozinhar, fazer queijo, requeijão, manteiga e sabão, refinar açúcar, fazer farinha, pilar arroz, desleitar as curraleiras, cuidar da casa, fiar e tecer algodão, lavar e passar roupa, fazer de tudo, no final das contas. (ÉLIS, 2008, p. 27)

Além de todo trabalho escravo que tinham que fazer, o narrador explica que as chamadas “crias da casa”, como eram denominadas as filhas desses criados, “prostituíam-se” com os patrões e com os camaradas. Os filhos que nasciam dessas relações raramente “vingavam”. Essas criadas não recebiam qualquer tipo de salário, pois trabalhavam a troco de comida, de cama e de roupa.

Acima de tudo, o texto realça que, na perspectiva da violência e do banditismo, toda riqueza adquirida por parte de Pedro Melo foi construída com processos que incluíram episódios de massacres, chacinas e políticas repressoras exercidas não só por sua família, seus protegidos e seus agregados, mas também por jagunços que iam se ligando à sua autoridade através do autoritarismo por força de um título adquirido através de acordos políticos. Os trágicos acontecimentos que tiveram curso em São José do Duro, relatados em *O Tronco*, são indicativos da aceitação local de certa banalização do clima de violência e de insegurança existentes.

Por fim, o próprio narrador descreve a situação em que o interior do Brasil e, especificamente o norte de Goiás, divisa com Bahia e Piauí, se encontrava. Havia tão grande contingente de bandidos disponível aos coronéis que proliferou a bandidagem desde o tempo das explorações de ouro até a exploração agropecuária em Minas Gerais e Goiás, o que levou a compará-los ao próprio mato dos ermos dos campos gerais, acentuando-lhes a extrema ferocidade e a ligação com os mandatários locais aos quais serviam e por quem eram protegidos politicamente.

Por cima, sabe onde fica o Duro? No fim do mundo. Por aquelas bandas bandido é mato, e bandidos ferozes, apoiados por políticos poderosos. Para esta gente não há lei, não há lei, não há nada. Eram de ontem os horrores de Boa Vista, com gente picada viva, com mulheres violentadas por dez, vinte homens, com virgens

defloradas e entupidas de areia. Pedro Afonso ainda estava fumegando, destruída por Abílio Batata e Roberto Dorado, amigos e companheiros dos Melos. (ÉLIS, 2008, p. 66)

A violência exercida pelo coronel, através de seus capangas, descrita pode ser entendida como rastros deixados pelo impacto da violência “legítima” ou a sublimação dela, como forma coercitiva de poder, em nome da manutenção da ordem estabelecida entre os governos e representantes locais. Essa flutuação pode ser explicada por circunstâncias de agravamento ou mesmo de moderação por meio de acordos ou desacordos entre as oligarquias.

1.2. A Jagunçagem na Literatura Brasileira

A estrutura colonial de exploração herdada de nossos colonizadores propiciou a proliferação de muitos tipos aventureiros que não se preocupavam com o trabalho e o cuidado da terra. No entanto, seus objetivos eram alcançar riquezas através da exploração de pessoas e da terra. O homem do campo, em sua relação direta com a terra, via-a como um bem inacessível. Até mesmo os que possuíam um pequeno pedaço de terra viviam sob injustiças e ameaças, amedrontados pela presença do vizinho poderoso e ditador, que, certamente e a qualquer momento, aumentaria seus domínios, alterando o lugar de suas cercas com uma simples ordem dada aos seus jagunços. Entretanto, na narrativa de *O Tronco*, o coronel Pedro Melo chegou ao povoado de São José do Duro vindo do Piauí com seu pai, sem dinheiro nem posses. Não tinha nenhuma influência política e nem família no local. Contudo, começou a construir seu patrimônio com exaustivo trabalho e inteligência. Por outro lado, o narrador destaca que “Era um homem inteligente, sagaz, audacioso, de ambição sem limites, duro feito uma aroeira, dotado de normas de conduta que o tornavam muito superior aos naturais da região”. (ÉLIS, 2008, p. 28-29).

Ambicioso como era, casara-se com Ana Divina da Rocha, da família mais rica, numerosa e importante do Norte de Goiás, o que lhe trouxe prestígio social. Exerceu as funções de juiz, coletor de rendas e delegado e, posteriormente, foi elevado ao posto de chefe político, o poder incontestável daquela região.

Em *O Tronco*, temos um exemplo da forma arbitrária de obtenção de terras e/ou também o aumento delas, bem como outras formas de adquirir riquezas. O coronel Pedro adquiriu as terras que possuía, inicialmente com seu trabalho, mas o aumento quantitativo veio através de roubos em forma de pagamento de dívidas por parte de seus antigos donos.

Dívidas estas de procedência fraudulenta e arbitrária, associada a ameaças e crimes. O narrador relata alguns desses processos de aumento de terras, dentre eles o roubo de terras da cunhada:

Por isso, mal o sogro de Vicente fechou os olhos, o irmão Pedro Melo trouxe de Barreiras vários rolos de arame farpado e os estendeu por ali, cercando o refrigério.

– Absurdo! – gritou a viúva. – Que o refrigério é meu.

– Cadê os documentos? – perguntou o cunhado Pedro Melo, assim muito inocentezinho.

– Que documento? – Ali ninguém possuía título de domínio de terras. Dono do chão era quem possuísse gado nele empastado. Até onde andasse o gado com a marca, até aí ia a propriedade do dono desta marca. Era uma lei que vinha num é d’hoje, se transmitindo de pais a filhos, sem contestação. O próprio Pedro, que era dono de mais de vinte fazendas, perguntassem a ele se possuía documento, para ver! (ÉLIS, 2008, p. 35)

No ensaio “Jagunços Mineiros de Claudio a Guimarães Rosa”, de 1970, Antonio Candido apresenta obras muito anteriores ao regionalismo de 30, ainda no século XVIII, em que a presença de homens como Pedro Melo que buscavam adquirir riquezas por meios ilícitos, que, por vezes, andavam em bandos para cometerem crimes, roubos, contrabandos de ouro e pedras preciosas. O autor cita a região do Triângulo Mineiro que até 1816 pertencia ao estado de Goiás, passando a pertencer, a partir de então, a Minas Gerais. O Julgado do Desemboque, como era chamada essa região, configurava-se, segundo historiadores como José Mendonça (1904), como local para escoamento de ouro e pedras preciosas tiradas do eixo minerador das Minas Gerais, nas cidades de Ouro Preto e de Mariana, pela sua posição estratégica, para serem distribuídos a locais como Goiás e São Paulo.

As aventuras vividas nas estradas e sertões de Minas foram descritas por autores como Claudio Manoel da Costa⁶, o primeiro a descrever bandos de jagunços e seus conflitos, Joaquim Felício dos Santos, Bernardo Guimarães, João Guimarães Rosa e Mário Palmério. Candido (2011) afirma que, dos estados do Brasil, Minas Gerais é o mais diversificado, constituindo uma espécie de passagem, tanto entre o norte e sul quanto leste e oeste. Na parte setentrional, a natureza e os tipos humanos se confundem com os da Bahia sertaneja; na parte

⁶ Cláudio Manuel da Costa, advogado, magistrado e poeta arcadista que compôs o poema épico *Vila Rica*, pronto em 1773, mas publicado somente em 1839, em Ouro Preto (MG). O respectivo “fundamento histórico” havia sido dado a lume pelo jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro, em 1813, sob o título de “Memória histórica e geográfica da descoberta das Minas”. É a descrição da epopeia dos bandeirantes paulistas no desbravamento dos sertões e suas lutas com os emboabas até a fundação da cidade de Vila Rica. O poema é importante porque, apesar de fiel aos cânones do Arcadismo, destaca-se pela temática brasileira. Conferir em: <http://www.academia.org.br/academicos/claudio-manoel-da-costa/biografia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

meridional, equipara-se a São Paulo e ao Rio de Janeiro; para o lado poente, faz corpo com a paisagem social e física de Goiás.

Particularmente, a região denominada Triângulo Mineiro, sudoeste de Minas Gerais (que já pertenceu a Goiás), foi citada por Candido (2011) por ser o local de algumas de suas reminiscências. O estudioso menciona que, em sua infância, ele próprio testemunhou um bando de soldados passarem carregando um homem, que fora morto sob o comando de um coronel, mandante de “infinitas” mortes, dono de uma fazenda fortificada cujo nome é uma lenda na região do sudoeste de Minas. O morto estava em uma escada usada como maca, envolto um lençol manchado de sangue. Era um adolescente que entrara no conflito para cumprir as ordens de outro coronel, seu padrinho, como competia a um afilhado obediente. Uma vivência não muito distante dos nossos dias.

Embora o horizonte seja abrangente, limitamo-nos a mencionar algumas narrativas como exemplo dos primeiros registros sobre “bandidos” contrabandistas nas Minas Gerais. O autor Joaquim Felício dos Santos (1822) narra uma sociedade organizada sob o poder da delação e do medo em *Memórias do Distrito Diamantino* (1868): trata-se da história da região denominada Diamantino, que englobava grande parte das atuais cidades de Diamantina e Serro do Frio, antiga Vila do Príncipe, local de nascimento do autor. Em linhas gerais, podemos afirmar que a obra aborda a questão da exploração do ouro e pedras preciosas, o comércio, o contrabando, os impostos, a legislação pertinente e as algumas personalidades relevantes no contexto do século XVIII.

Para Joaquim Felício dos Santos, o descobrimento do ouro na região fez parte da marcha empreendida pelos aventureiros bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas. O historiador e jornalista chama os exploradores de “devassadores” e destaca o nome de Bernardo da Fonseca Lobo como o grande descobridor dos diamantes.

Memórias do Distrito de Diamantino, livro baseado em documentos históricos, expõe muitos fatos que demonstram o jogo de poder entre aqueles que faziam as leis em benefício próprio, ou seja, os intendentess e contratadores à serviço da Coroa portuguesa, mas que espoliavam garimpeiros, concordavam com o contrabando e até mesmo fomentavam essa prática, visto que lucravam com a venda de pedras no mercado contraventor e até mesmo com o confisco de bens dos acusados. Uma vez que, por ordem de Portugal, ao ver as dificuldades de controle do mercado de exploração de diamantes, fora proibida existência de lavras e atividades do garimpo, o que ocorreu foi o garimpo clandestino e o contrabando das pedras

preciosas, incluindo a permanência de frades na comarca e vedavam aos negros o uso de armas, sob ameaça de prisão e degredo para Angola.

A população estava sujeita aos seus governantes no que se refere à possibilidade de garimpar e tirar seu sustento e, em certa medida, de forma legítima, ou se aventurava a burlar as leis e ser presa, condenada, ver seus bens confiscados e sua família lançada à miséria.

Silva (2003) destaca que a repressão ao contrabando e ao descaminho era severíssima, no entanto, ineficaz e, mesmo diante de leis supostamente tão severas e da vigilância dos dragões e de outros agentes de execução, os garimpos jamais deixaram de existir e as famosas quadrilhas de burladores do fisco, a serviço ou não dos poderosos do Tijuco, constituíam-se um modo de sobrevivência da população local que, por vezes, era impedida de garimpar e ganhar seu sustento.

Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta com a sociedade, o garimpeiro só vivia do trabalho do garimpo, trabalho de verdade proibido pela lei – era o seu crime –, mas respeitava a vida, os direitos, a propriedade de seus concidadãos. (SANTOS, 1868, p. 109)

A ambição gerava abusos e mais contravenção, porém, não eram poucos os que conseguiam a impunidade, especialmente aqueles que circulavam entre os limites do legal e do clandestino, traçando a malha de contrabandos que envolvia muitos funcionários da Coroa, o que gerou uma rede de delação e de interesses que foi sendo montada e desmontada ao longo do século XVIII. Apesar de a obra descrever a punição de contratadores e intendentes, visto que a transgressão às leis não era exercida por um grupo ou uma classe, mas, sim, por vários, o que se pode averiguar é que os rigores da lei eram para os garimpeiros e os menos abastados, a base da pirâmide social do Tijuco. O autor expõe: “A caça que se dava ao garimpeiro era cruel, desapiedada, encarniçada: eram perseguidos e se procurava exterminá-los como a animais ferozes” (SANTOS, 1868, p. 69) e ainda relata que o fisco era inexorável, sem compaixão e inflexível. O condenado não tinha direito à atenuação de suas penas, mesmo que as provas não fossem contundentes.

[...] não se atendia à aflição, aos gemidos, aos rogos, às lágrimas dos miseráveis que se violentavam, se espoliavam, se lançavam na desesperação onde a parte interessada, acusadora, era quem mandava condenar e muitas vezes se assentava na cadeira do juiz para proferir a sentença! Hoje, o que se chamava fisco, chamar-se-á tesouro, fazenda pública. (SANTOS, 1868, p. 76)

Havia uma complexa relação entre o Estado, enquanto instância de poder, e os indivíduos. Até que ponto esses indivíduos estavam subordinados ao poder daquele? Com certeza, ninguém duvida que fosse um espaço muito controlado pela Coroa durante o período colonial. Porém, em Diamantino, o Estado nunca conseguiu exercer o poder absoluto. O constante contrabando revela muito bem esse fato. O que se observa é um círculo vicioso no qual novas formas de opressão e repressão eram sucedidas de artifícios capazes de burlar e transgredir as leis.

No que tange à realidade do interior do Brasil, mormente na República das Oligarquias, muitos romances apresentam as formas através das quais a lei, tal qual é redigida pela Constituição, não era aplicada no sertão mineiro, goiano, tampouco no sertão nordestino. Isso explica porque muitos garimpeiros e contrabandistas das minas de ouro e diamantes foram assassinados. Idealistas, como Vicente Lemes e Vitorino Cordeiro, foram frustrados em seus sonhos de equidade, foram injustiçados, como Mestre Amaro e o cangaceiro Capitão Antônio Silvino, impedidos de desfrutar a igualdade, como os jagunços José de Arimateia e Riobaldo, mas não foram poupados de conhecerem a violência e os “beatos”, os quais, aos nossos olhos, aparecem como personagens ingênuas, uma vez que lutam por uma justiça imparcial, de serem vistos como humanos. Porém, a lei que prevalecia era a da força do mando aliado ao poder econômico, sobrepondo toda legitimidade.

A imagem dúbia e ambígua de desejo de justiça e ordem e a realidade de um poder de mando baseado em desmandos e violência como elemento propulsor de desigualdades e miséria se verificará tanto em outros romances que serão apresentados neste trabalho quanto no romance de Élis, objeto do nosso estudo. O exemplo dessa ambivalência na obra de Élis começa no momento da dedicatória da obra no qual o autor iguala os jagunços aos negros, crianças e às mulheres, mortos não sepultados, todos eles vítimas de um sistema falido e do descaso por parte das autoridades governamentais e da sociedade em geral que “fechavam os olhos” para não verem a ação dos coronéis e, porque não afirmar, como acontece nos dias atuais em que das milícias cooptadas por coronéis ainda atuam, principalmente para assassinar inimigos políticos, as chamadas “queimas de arquivo”, jovens pobres e negros, mulheres, entre outros exemplos, todos os dias.

No entanto, o que ainda é visto como em um movimento circular da história, são governos que deixam de exercer o papel de árbitro, justo e imparcial, e passam a agir novamente, como na república oligárquica, que governava para poucos, na criação e

aprovação de leis que beneficiam seus interesses, olvidam os desfavorecidos e mantêm as estruturas da permanência do poder dos coronéis locais.

Em Veranico de Janeiro (1979), Élis relata, em suas memórias, que, a partir do contato com as obras de José Lins do Rego, Afonso Arinos entre outros, percebeu “que havia muito que contar” (ÉLIS, 1979, p. xiv). Muito do que escreveu foi o resultado da observação de um mundo de terrores, de histórias da terra, de medos, de silêncios, de sofrimentos e também de muitas mortes motivadas pelo instinto feudal da disposição de poderes como o do coronel Melo e seus consortes. *O Tronco* é um romance desconhecido por grande parte do público, contudo, rememora os ignorados fatos violentos ocorridos em que centenas de soldados e de jagunços foram mortos em um conflito que durou anos, permanecendo, mesmo depois do fim da batalha, os saques de bandidos e policiais nas propriedades locais e a busca por fugitivos de ambos os lados.

1.2.1 Os Jagunços de *Os Sertões* e *Grande Sertão: Veredas*

Bolle (2007), em seu artigo “O Brasil Jagunço: retórica e poética”, citando a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), destaca que, no pensamento de Caio Prado Junior, a concepção de Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902) era que grande parte da população, os chamados “jagunços de Canudos”, era constituída de desocupados, em busca do que se manter, e enveredada para o crime; além disso, Bolle (2007) conceitua e aponta semelhanças, além de diferenciar os jagunços em *Grandes Sertões: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa.

Os Sertões e *Grande Sertão: Veredas*, cuja matéria histórica comum é a guerra no sertão, são retratos do Brasil sob o signo da violência e do crime. Os protagonistas são em ambos os casos os “jagunços”, mas o sentido deste termo nos dois livros é muito diferente. O nome “jagunço” é atribuído por Euclides da Cunha de forma bastante arbitrária aos rebeldes religiosos de Canudos, que foram aniquilados pelo Exército Brasileiro na campanha de 1897, conforme relata o próprio ensaísta. Já em Guimarães Rosa – que apresenta uma história ficcional (aproximadamente da mesma época) de lutas de potentados locais, como aliados ou opositores do Governo, mas, sobretudo entre si –, os “jagunços”, de acordo com a acepção mais comum da palavra, são os capangas ou pistoleiros que constituem aqueles exércitos particulares. A palavra “jagunço” e a instituição da jagunçagem revestem-se, assim, de importância estratégica para se compreender o fenômeno da violência e do crime no Brasil. (BOLLE, 2004, p. 91)

Em um período de consolidação do regime republicano, *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, é uma narrativa em que o sertanejo se revolta contra a opressão das elites,

e que mostra que, apesar da instauração da República, o sertanejo continuou sendo vítima do atraso e isso foi fruto de séculos do descaso por parte das autoridades governamentais e do sistema de dominação de coronéis.

Os Sertões é um relato do trágico e do sofrimento, da resistência e da luta. E, com riqueza de detalhes, remonta os fatos ocorridos no massacre que foi a Guerra dos Canudos, em meio ao conflito entre os jagunços de Antônio Conselheiro e as expedições militares que combatiam o movimento chefiado pelo beato.

Antônio Conselheiro foi o líder que criou um estado de desentendimento entre os fazendeiros locais, devido à evasão de mão de obra das fazendas para Canudos, e idealizou uma sociedade estruturada e organizada pelo princípio de igualdade, em que, apesar da pobreza, ninguém passava fome e tudo era dividido entre os fiéis. O arraial foi um lugar independente, capaz de produzir um grito de revolta da parte de todos aqueles brasileiros espoliados, que, ao comando de um líder, organizaram-se para defender sua terra.

Juntaram-se à ideia de uma nova ordem os antigos vaqueiros, os cangaceiros, os jagunços e os homens de armas. O “matuto” ia da brutalidade extrema ao máximo do devotamento religioso, a ponto de acreditar que um conselheiro poderia ser um Messias, um fazedor de milagres, um representante de Deus na terra, um enviado para guiar todos os que sofriam e esperavam que um dia seriam consolados, como no Sermão das Bem-aventuranças. Facó (1978) ressalta esse fato.

O meio natural era tremendamente hostil ao homem pobre, com as secas periódicas e suas calamidades, não dispoñdo ele de recursos para livrar-se delas. O meio social o esmagava: o grande proprietário rural todo-poderoso decidia do seu destino terrestre, mas a própria condição humana conservava a esperança num futuro de felicidade e bem-estar. (FACÓ, 1978, p. 42)

O sofrimento extremo era o prenúncio de uma vida de bem-aventuranças, na visão de Conselheiro, por isso, os velhos, os doentes e os pobres eram bem-vindos a Canudos e possuíam lugar de honra. O guia era também seguido por doze homens, assim como os doze apóstolos de Cristo, porém estes andavam armados e eram experientes jagunços preparados para qualquer tipo de embate. Antônio Conselheiro foi esse chefe sacerdotal, cujas vontades e princípios eram ordens, assim como Antônio Silvino e Lampião, que foram chefes cangaceiros.

Sobre os moradores de Canudos serem chamados de “bandidos perigosos”, Facó (1978) destaca: “Mas, seriam simples criminosos esses milhares, dezenas de milhares de

pobres do campo que se rebelavam nos sertões, durante um tão longo período de nossa história?”. (FACÓ, 1978, p. 8).

Por outro lado, homens e mulheres revoltados com a vida que levavam no sertão se juntaram ao propósito de justiça proposto por Antônio “beato”. Era uma proposta de uma nova vida, mais feliz e tranquila.

Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem-terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma “saída” nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos “fanáticos”, em torno dos *beatos* e *conselheiros*, sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. (FACÓ, 1978, p. 13)

Antônio Conselheiro morreu, mas seus seguidores pensaram que ele tinha ido aos céus e retornaria triunfante a qualquer momento da batalha. Talvez por isso resistiram bravamente e não se entregaram. Mesmo no momento em que a guerra já parecia perdida, lutaram até o esgotamento, sobrando uma criança (que lutava), um velho e dois homens.

O sertão era uma estranha pátria sem dono ignorada pelas leis e instituições e o que restava aos sertanejos era o jugo da servidão e da violência. A grande virtude do país seria integrá-los urgentemente à vida nacional, ao invés de um exército ávido para devorá-los, comprovando que as elites brasileiras estavam dissociadas do povo; e a República, que era considerada um avanço para o país, mostrou contradições, um jogo político em que não se conhecia as necessidades reais, o abandono e as diferenças que dominavam o interior do Brasil.

Por fim, Euclides da Cunha demonstra que Canudos não era um problema político e sim uma questão social: uma luta desigual e vergonhosa em que o exército brasileiro não poupou a gente sofrida da seca, mulheres, velhos, crianças, negros e índios que buscavam ser admitidos como integrantes da nação.

Assim como a população de Canudos e seus líderes que estavam em busca de uma vida tranquila e seus direitos respeitados, Vicente Lemes, em *O Tronco*, pensava poder ser um agente da justiça no sertão goiano, visto que acreditava que poderia agir de acordo com as leis e promover igualdade entre a população de São José do Duro que até então só conhecia a “lei” do coronel Pedro, ou seja, a lei do mais forte. Pode-se perceber esse anseio de Vicente em determinados trechos como no seguinte: “[...] Vicente ainda dessa vez não pode concordar com o primo Artur Melo. Achava que havia leis, códigos, posturas municipais. O caminho era fazer como preceituava a legislação”. (ÉLIS, 2008, p. 9).

Bolle (2004), em seu livro *grandesertão.br*, declara que tanto que *Os Sertões* quanto *Grande Sertão: Veredas* são projetos de formação cultural brasileira e destaca a ideia de que o segundo seria uma reescrita da primeira obra, baseado numa ideia de Goethe (1749), desenvolvida no *Teoria das Cores* (1810), na qual o romancista declara que é necessário que a história universal de tempos em tempos seja reescrita”. Neste sentido, Rosa teria visto e reavaliado o passado de maneira nova, visto que entre *Os Sertões* e *Grande Sertão: Veredas* há um intervalo entre as respectivas datas de publicação, 1902 e 1956, período que ocorreram profundas modificações nos padrões da escrita histórica e a cultura, que se projetam até as décadas finais do século XX.

Bolle (2004) também realça que Euclides da Cunha foi o ensaísta pioneiro que substituiu a visão pitoresca que os naturalistas e regionalistas tiveram do sertanejo, por uma visão histórica, todavia nos apresentou jagunços aniquilados pelas forças do exército. No entanto, o romancista mineiro resgata e reaviva o jagunço na perspectiva de sua humanidade, seus medos, contradições, conflitos, angústias e crises existenciais, nos mostrando um jagunço vivo e latente, envolvido por um amor “impossível”, e que, apesar de viver em guerra, desejava ter uma vida tranquila na fazenda que herdaria ao lado do amor tranquilo e certo de Otacília.

No romance, que é composto por elementos como o sertão, as disputas de poder, as guerras entre bandos, a jagunçagem, o Diabo, Diadorim, a representação da sociedade e a invenção da linguagem, Riobaldo é o chefe do bando que enfrentaria Hermógenes. Ele era a lei e ninguém ousava contesta-lo pela ausência da ordem da lei e da presença moderadora do governo, assim, impunha suas ordens, como se as representasse. Sobre esse pensamento, Bolle (2007) afirma, em “O Brasil Jagunço: Retórica e Poética”, que a “[...] encenação de bando de criminosos atuando na região central do Brasil, Guimarães Rosa não retrata um poder paralelo, mas o poder. *Grande Sertão: Veredas* é um retrato alegórico do país”. (BOLLE, 2007, p. 144-145).

Sobre *Grande Sertão: Veredas*, Candido (2011) estabelece essa relação da realidade jagunça com a realidade universal e, mais especificamente a aproxima ao indivíduo, não mais em uma visão particular, mas como inerente à humanidade.

No entanto, todos nós somos Riobaldo, que transcende o cunho particular documento para encarnar os problemas comuns da nossa humanidade, num sertão que é também o nosso espaço de vida. Se “sertão é o mundo”, como diz ele a certa altura do livro, não é menos certo que o jagunço somos nós. (CANDIDO, 2011, p. 117)

Essa afirmação tão contundente se refere ao pensamento que o crítico apresenta ao se referir à forma como Guimarães Rosa trata a questão do jagunço: uma forma diferente das outras obras brasileiras porque representa os problemas comuns da humanidade, assumindo o rosto de todos nós.

Rosa nos apresenta o jagunço Riobaldo: o fazendeiro, ex-jagunço e narrador-personagem que nos oferece o relato de sua vida em uma posição de quem pode contar a história com o distanciamento do tempo ao buscar suas memórias mais remotas e, ao mesmo tempo, tão vivas. São reminiscências de quem atravessou o tempo e a história, como se a visão do passado esclarecesse o presente. É um diálogo com alguém que ele se refere como “senhor” ou “moço”, alguém que se interessou em ouvir e conhecer o que ele tinha para contar, possivelmente o leitor, alguém que desconhece o sertão e as suas leis.

Riobaldo conhece o bando de jagunços de Joca Ramiro, o chefe dos jagunços, e também Reinaldo (Diadorim, na verdade Maria Deodorina). O encontro com Reinaldo na verdade foi um reencontro, visto que eles se conheceram ainda quando meninos, na travessia do “de Janeiro”. O sentimento de profunda amizade que surgiu se transforma em algo perturbador para Riobaldo, entretanto, sendo um amor impossível pelas convenções do jagunço, era alimentado com uma pureza que ia contra a rudeza do sertão. Um conflito que perdurou até a morte de Diadorim, momento em que foi revelado que era, na verdade, uma mulher.

Riobaldo conviveu com os dois sentimentos, a vida violenta que vivia e o desejo encoberto de abandonar a vida de jagunço, ter uma vida quieta, longe das guerras e constituir família: “Saio daqui com vida, deserteio do jaguncismo, vou e me caso com Otacília”. (ROSA, 2006, p. 52).

Na tese de doutorado intitulada *A dialética entre homem provisório e sujeitos da terra definitivos no romance regional brasileiro*, Arnt (2013) ressalta que o futuro chefe do bando começa a buscar um novo começo para sua vida, “um começo que pudesse governar e não ser governado, um começo que fosse, em suma, proprietário e não propriedade” (ARNT 2003, p. 192). Esse é Riobaldo que encontramos no final do romance, fazendeiro, que pode enfim se dedicar a pensar em sua vida.

Nas Veredas Mortas, o jagunço realiza o pacto com o diabo. O pacto dissiparia a possibilidade de permanecer reduzido à condição de jagunço subserviente e se elevar em honra em relação aos demais, além de trazer coragem, esperteza, inteligência e capacidade para governar o bando e vencer a batalha final contra Hermógenes. Ele o faz, porém, não tem

certeza quanto à adesão do diabo. Candido (2011) vê, nesse ponto, a alteração do jagunço Riobaldo como uma espécie de assimilação ao elemento de transformação que esse acordo traria.

O pacto deixa ver de maneira mais clara o enxerto de um jagunço simbólico no jagunço comum, e a sua função transformadora e nítida no cuidado com que o autor baralha bruscamente as condições normais do espaço. (CANDIDO, 2011, p. 120)

A realização do pacto poderia representar um verdadeiro mergulho em sua insegurança e medo e, assim, capta, no mais profundo de seu ser, a segurança que precisava para agir como um verdadeiro líder. O Riobaldo indeciso e hesitante passaria a agressivo e inconsequente. “Agora, era que eu me espirava só para arrelias e inconveniências” (ROSA, 2006, p. 427).

O outro traço do jagunço como modo de ser é a alteração do comportamento de Riobaldo depois do pacto: “Só, então, pode realizar o seu alvo de vingador, mas de maneira estranha, pois não age diretamente, e só esboça atos não cumpridos, ordena sem fazer ele próprio e, afinal, apenas presencia” (CANDIDO, 2011, p. 120).

Neste sentido, o jagunço em momentos de sua narrativa conta que regulava a violência por parte de seus liderados através de regras claras, demonstrando um sentimento até então desconhecido em grande parte das narrativas de jagunços. O exemplo dessa moderação foi o caso em que a mulher de Hermógenes, sequestrada pelo bando, era bem tratada por ordem do chefe que procurava agir com civilidade: “Eu tinha era receio de que ela adoecesse. Dei ordens de bom tratamento. Tanto a tanto, decidi disposto que não entrasse com bruteza nos povoados, nem amolasse ninguém, sem razoável necessidade”. (ROSA, 2006, p. 522).

No momento do embate com Hermógenes, Riobaldo assiste do alto do sobrado da rua principal o lugar em que seus homens e os homens de Hermógenes guerreiam. Assiste também a morte de Hermógenes, morto por Diadorim, que também é ferido e morto pelo oponente. Na lavagem do corpo de Diadorim, descobre-se que ele, o homem de confiança do grupo, era na verdade uma mulher, a única filha de Joca Ramiro, que jurou vingá-lo e o fez, matando o jagunço responsável pela morte do pai. Riobaldo, embora vencedor da guerra, cai doente e declara ter acabado ali sua vida de jagunço.

A decisão de abandonar a jagunçagem em um momento da vitória do bando sobre Hermógenes possibilita a reflexão de que se Riobaldo se sentiu um guerreiro vitorioso ou livre de um fardo pesado que a vida violenta de jagunço lhe obrigava? Candido (1964), em seu ensaio “O Homem dos Avessos”, explica que “o jagunço de Guimarães Rosa não é

salteador, mas é um tipo híbrido entre capanga e homem de guerra”. (CANDIDO, 1964, p. 128). O verbo que os personagens empregam para descrever sua atividade é “guerrear”, qualificando a si mesmos de guerreiros e opondo-se, na força do arrojo, às artes sedativas da paz . Na visão de Candido (1964), tratava-se de uma missão a ser cumprida, e que, ao contrário de outros jagunços citados neste trabalho, que viviam na prática da selvageria e brutalidade desmedida, em Rosa o jagunço Riobaldo possui como modelo de certa “civilidade jagunça” a figura de Medeiro Vaz; porém, demonstra angústias existenciais, desejo de abandonar a vida de jagunço e ter uma vida longe de tudo que representava violência e, ao final, é saudado pelos fazendeiros por tê-los livrado da jagunçagem e termina seu relato.

Cerro. O senhor vê. Conteí tudo. Agora estou aqui, quase barranqueiro. Para a velhice vou, com ordem e trabalho. Sei de mim? Cumpro. O Rio São Francisco – que de tão grande se comparece – parece é um pau grosso, em pé, enorme. Amável o senhor me ouviu, minha ideia confirmou: que o diabo não existe. Pois não? O senhor é homem soberano, circunspecto. Amigos somos. Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia. (ROSA, 2006, p. 608)

Arnt (2013) afirma que seria precipitado afirmar que o romance de Rosa encerraria o sistema jagunço e a política oligárquica da República Velha. Tal afirmação poderia, em parte, ser verdadeira, uma vez que, claramente, a ordem social e econômica estruturada em torno do latifúndio foi alterada, mas não superada. No entanto, quanto a esse sistema, a narrativa rosiana pressupõe em certo sentido uma espécie de dialética diferente, já que o jagunço, e depois chefe jagunço, Riobaldo, a despeito de sua ética “quase” cavalheiresca, pervertendo, portanto, o modelo canônico de jagunço de “pau mandado do coronel”, torna-se ele mesmo proprietário e latifundiário, quando herda a fazenda São Gregório do padrinho (na verdade, pai de Riobaldo).

O que se vê, ainda hoje, é uma política de empresários e fazendeiros, capitalistas do campo, como a bancada ruralista do Senado e da Câmara. Os inúmeros coronéis que governam criando e aprovando leis que beneficiam a eles próprios.

1.2.2 A Jagunçagem e a Dialética da Ordem e da Desordem

Candido, em *Vários Escritos* (2011), descreve que os jagunços eram homens que viviam uma falsa liberdade que mascarava o aprisionamento aos interesses do patrão em suas ações ambivalentes, visto que eles exerciam as formas mais plenas da contradição: sendo representantes da ordem, usavam a desordem, a transgressão à lei e o banditismo para

estabelecer a lei do patrão. Excediam-se em violência, torturas, ameaças, vinganças, incêndios, badernas e assassinatos para causar pavor, admiração e ódio. Eram heróis/bandidos: dois lados contraditórios de uma visão ambígua em meio a um cotidiano absurdamente bruto, pois, apesar da religiosidade e supersticiosidade, o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto, estavam misturados na vida de quem, mesmo sem querer, precisava se colocar em um dos lados.

A esse respeito, Arrigucci (1994), em seu ensaio intitulado “O Mundo Misturado”, esclarece que em *Grande Sertão: Veredas* a narrativa apresenta misturas e alternâncias em vários pontos, como o fato de que o jagunço Riobaldo, embora não confiasse em Hermógenes, pertencia ao seu bando para em seguida persegui-lo; a paz sendo consequência direta da guerra e da violência, o poder do pacto que se misturava à força da conquista e, apesar do medo do castigo futuro, significava a mudança necessária de Riobaldo para transformar-se em um líder corajoso, contrapondo à figura de Deus que simbolizava certa fragilidade em um universo antagonico. Trataremos mais detidamente dessa questão no capítulo três.

Em “A Dialética da Malandragem” (1970), ensaio central para a crítica brasileira, Antonio Candido mostra a generalidade e ao mesmo tempo delimita, restringindo no âmbito específico da (des)ordem no cenário político-social brasileiro. Descreve, entre vários arquétipos encontrados na obra *Memórias de Sargento de Milícias* (1854), de Manuel Antônio de Almeida, um tipo específico que denota a típica “malandragem” que, por sua dialética entre os âmbitos da ordem e da desordem, por causa desse trânsito promíscuo entre esses dois domínios, estabelece alguma afinidade com as obras regionalistas nas quais a movimentação entre o lícito e o ilícito, a ordem e desordem possui também a ausência de limites claros entre as duas esferas e que manifestam concretamente nas relações do sistema de poder do governo que orbitam entre o público e o privado, aspecto comum da vida brasileira de um modo geral.

[...] mas porque manifesta num plano mais fundo o referido jogo dialético da ordem e da desordem, funcionando como correlativo ao que se manifestava na sociedade daquele tempo, ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem viva [...]. (CANDIDO, 1970, p. 80)

No caso de *Memórias de um Sargento de Milícias*, é constituído o estrato pela dialética da ordem e da desordem. Pode-se dizer que há dois polos, um hemisfério positivo da ordem e um hemisfério negativo da desordem. Essa dinâmica pressupõe uma gangorra dos dois polos, ora um, ora outro, demonstra essa oscilação constante em que não há certa

ausência de juízo moral e na aceitação do “homem” como ele é, tendo em vista as circunstâncias que o envolve em certo poder de negociação.

Trazendo a concepção de Candido (1970) desse poder de negociação pela ótica das circunstâncias que envolvem o “homem”, para a relação entre o jagunço e o bandido, o coronel e o Estado, foras da lei e defensores da lei, não se definem em sua simetria ambivalente, ao contrário, não se opõem, mas dividem um espaço onde percebe-se uma região lusco fusco, manifesta uma relação perigosa e arbitrária entre a ordem e a desordem, entre o Estado e os coronéis, a coisa pública, os interesses particulares e o governo sem que, muitas vezes, não se pode afinal dizer o que é um e o que é outro porque todos circulam de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das grandes famílias, dos prestígios, das fortunas e das reputações no Brasil onde, diferentemente das sociedades que, através da sua organização e das ideologias que as justificam, tem dificuldade de estabelecer a existência objetiva e o valor real desses pares antitéticos e afrouxa os choques entre a norma de conduta e torna menos rígidos os conflitos de consciência.

Em *O Tronco*, Vicente recebera o cargo de coletor de impostos pela influência do tio com a finalidade de facilitar a sonegação de impostos. Vê-se que Vicente não estava desempenhando a sua “função” de facilitador como deveria. O grupo familiar ao redor do coronel, como agregados, capangas e, como no caso de Vicente, um funcionário estadual, define a relação de interdependência e de favores mútuos.

Dentre outros trechos em que essa dialética da ordem e da desordem fica explícita na obra, podemos destacar também o momento em que a tropa policial delibera o destino das nove pessoas, entre familiares e amigos da família do coronel Pedro Melo, presas no tronco do antigo e mais importante sobrado da cidade. Os cabeças do movimento dialogavam e Vicente Lemes, Valério e Mendes de Assis já estavam sem controle da situação.

- Foi bom topar com vocês. Nós resolvemos matar o pessoal. Olhares cruzaram-se na sala, escassamente alumiada, como relumiar de punhal. Valério ficou branco, nariz afiliado, ver um defunto. Já esperava aquilo, já sabia, mas ouvir com todas as letras era duro, era assombroso.
- Não pode – protestou Vicente. – Isso é crime!
- Todas as garantias estão suspensas. Lei de guerra, – rosnava Severo. – Nós podemos morrer, jagunço é demais da conta, mas a gente num morre sozinho!
- Nada disso Alferes. Só certas autoridades podem suspender as garantias constitucionais. – Vicente não sabia ao certo, mas completou o pensamento na convicção de que os militares sabiam muito menos: – só o Presidente da República, só o Senado... E matar, matar ninguém pode.
- Pois eu suspendi as garantias. O pessoal vai morrer e posso mandar matar qualquer um. (ÉLIS, 2008, p. 201)

Nota-se o despreparo para uma possível elucidação do empasse quando o Alferes demonstra não compreender a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. A questão passa a ser um assunto de interesse particular em que é, antes de tudo, expressão de um fundo emotivo.

1.2.3 Os Justiceiros de *Fogo Morto* e *Chapadão do Bugre*

Essa realidade de desordem e transgressão à lei do bandido, que é considerado herói pela resistência ao mando local, é descrita em *Fogo Morto* (1943), obra na qual José Lins do Rego relata a ação do bando do capitão Antônio Silvino, precursor do cangaço e configurava a crença do povo na justiça dos cangaceiros, a única que parece vigorar naquele sertão.

Fogo Morto é ambientado na Paraíba, no final do século XIX e início do século XX, já em processo de decadência do ciclo da cana-de-açúcar e dos engenhos da Zona da Mata nordestina que, progressivamente, perdem seu poder com o surgimento das usinas. Estas últimas passam a comprar dos engenhos a cana processada, determinando assim o preço pago. Os velhos engenhos, na condição de meros fornecedores de matéria prima, tornam-se engenhos de “fogo morto”.

Neste romance, Rego (1943) mostra a vida do homem rural, o poder patriarcal que permeia todas as relações sociais do nordeste canavieiro, o coronelismo, a manipulação das instituições, a violência da polícia e dos jagunços. A organização do romance pode ser entendida em três partes em que se explicitam, em todas elas, relações de violência.

Em *Fogo Morto*, há duas visões predominantes da atuação dos jagunços: de um lado, o povo que considerava Antônio Silvino uma espécie de defensor dos pobres, uma espécie de “Robin Hood do sertão”. Por outro lado, temos a visão de Vitorino Carneiro da Cunha, que defende um tipo de conduta que se assemelha aos ideais da justiça oficial, que, não obstante, parecem nunca vigorar naquele sertão. Nesta perspectiva, para Vitorino, os jagunços são criminosos dignos de sentirem o rigor da lei, e vive em busca reparar erros cometidos pelos coronéis e políticos locais, reclama constantemente por justiça e lealdade. Por isso, é considerado um homem inocente que se torna objeto de deboche por parte das pessoas da cidade, uma figura pitoresca que acaba revelando toda violência praticada pela polícia, coronéis ou pelos jagunços; defendendo que as leis sejam iguais para todos, pobres e ricos e, naquele contexto, isso parece ser impossível.

Para o povo do Pilar, a justiça era a dos cangaceiros e essa crença é evidenciada no relato do ataque do grupo de Antônio Silvino:

Não houve resistência nenhuma e os guardas da cadeia correram ao ouvir os primeiros tiros, em direção aos matos. Os cangaceiros saltaram os presos, cortaram os fios dos telégrafos, importante meio de comunicação da época e foram à casa do prefeito da cidade, Napoleão, para matá-lo. (REGO, 1978, p. 205)

Como o prefeito não estava na cidade, sua esposa recebeu-os com coragem e sangue-frio. Assegurou-lhe que as chaves dos cofres estavam em poder do marido e mesmo debaixo de ameaças, sentou-se calmamente na sala de visitas, assistindo a tudo: “Fizesse ele o que bem quisesse. E ficou na sala de visita, tranquila, muda, enquanto os homens mexiam nos quartos, furavam os colchões atrás do dinheiro do velho Napoleão”. (REGO, 1978, p. 205).

Conta-nos o narrador que o Capitão Antônio ficou irritado por não poder abrir o cofre que estava na sala, resolveu descer para a casa do comércio do prefeito, abriu as portas largas e mandou que os pobres curiosos, que observavam a cena da rua, entrassem para ganhar tudo que tinha no estabelecimento pelas mãos do capitão: peças de fazenda, carretéis de linhas, chapéus, mantas de carne, sacos de farinha, latas de querosene, entre outras mercadorias.

Podem encher a barriga. Este ladrão que fugiu me mandou denunciar ao governo. Agora estou dando um ensino a este cachorro. Em seguida mandou sacudir os caixões de níqueis na rua. O povo caiu em cima das moedas como galinha em milho de terreiro. (REGO, 1978, p. 206)

O bando do capitão Antônio Silvino, neste ocorrido, demonstra a revolta com as oligarquias locais que o denunciaram ao governo estadual, tomando dos bens do rico prefeito e comerciante da cidade, para dar aos pobres espoliados pelos poderosos. No entanto, o governo era visto como o terror do povo, de acordo com as impressões de Mestre Amaro:

O cego Torquato já estava na cadeia do Mogeiro, apanhando como um boi ladrão. O Tenente Maurício não tinha dó de ninguém. Fora por isso que a notícia do ataque ao Pilar dera ao Mestre José Amaro uma satisfação sem igual. Um grande da vila ficara arrasado com a força do homem que não respeitava a grandeza de ninguém [...]. Chegara uma tropa para castigar o povo que ficara com as mercadorias do comendador. O delegado José Medeiros estava prendendo gente sem parar. O cipó-de-boi ia cantar no lombo do povo. Todos pagariam. A justiça do governo era sempre assim, daquele jeito. Todos pagariam. O capitão tinha força para botar as coisas nos seus lugares. (REGO, 1978, p. 209)

Nos movimentos de tentativa de mudanças da sociedade, os bandidos desempenham um papel de rebeldes políticos ou sociais ou revolucionários que se recusam à submissão, e

que ao fazê-lo se destacam por se verem excluídos, forçados à marginalidade e ao crime. Eles representam os sintomas da seca, da fome, da miséria e a violência e que se tornam líderes que demonstram qualidades para comandar as tropas e restaurar a ordem como as coisas “devem ser”. Nessa perspectiva, Hobsbawm (2017) especifica a prática desses homens:

Os bandidos corrigem os erros, desagravam as injustiças e, ao assim procederem, põem em prática um critério mais geral de relações justas e equitativas entre os homens em geral, em particular entre os ricos e os pobres, os fortes e os fracos. Trata-se de um objetivo modesto, que permite que os ricos continuem a explorar os pobres (mas não além daquilo que tradicionalmente se aceita como “justo”), que os fortes oprimam os fracos (mas dentro dos limites do aceitável, tendo-se em mente seus deveres sociais e morais). (HOBSBAWM, 2017, p. 46)

Tratar um jagunço como herói ou como criminoso vulgar se configura como um reducionismo, uma vez que sua conduta é orientada por uma lógica própria; assim como no patriarcalismo há dupla conduta, de um lado, uma face cordial para os amigos e, de outro, uma face autoritária e violenta, o jagunço também deve ser entendido por meio de um código de honra rígido. Quando acontece uma ação contrária a essa conduta moral, desencadeia os motivos para uma punição violenta. Especificamente nesse caso, o bando nada fez à Dona Inês, mulher do prefeito: “Ameaçou a mulher, mandava-lhe passar o couro, e ela calma, só dizia que nada podia fazer”. (REGO, 1978, p. 205). Por outro lado, um dos cangaceiros agrediu ao delegado José Medeiros. A justificativa do ataque à casa do prefeito fora a denúncia que este fizera ao governo: “Podem encher a barriga. Este ladrão que fugiu me mandou denunciar ao governo. Agora estou dando um ensino neste cachorro.” (REGO, 1978, p. 206).

Mestre Zé Amaro, que nasceu nas terras do coronel Lula, dono do Engenho Santa Fé, em decadência, representa bem o povo ordeiro, trabalhador e esquecido do Nordeste que, percebendo a exploração, alia-se a Antônio Silvino. Por isso, foi expulso daquelas terras. O jagunço Silvino, que era considerado um herói pelo povo e como bandido por parte das autoridades, quando soube da expulsão, mandou recado ao velho Amaro para que não saísse da casa onde morava, porque ele mesmo e seu bando iriam intervir com violência a favor do aliado. E assim aconteceu quando o bando chegou ao engenho: levou pavor e violência, porém, não matou nenhum dos moradores, mas deixou claro seu poderio truculento que poderia mandar matar ou deixar viver, de acordo com seus interesses. No entanto, mestre Amaro é preso pela polícia local como um traidor e é torturado e humilhado. Não suportando a humilhação, suicida-se.

Para Hobsbawm (2017), os bandidos sociais são excluídos rurais que o latifundiário e o Estado encaram como criminosos, mas que

[...] continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. (HOBSBAWM, 2017, p. 36)

No contexto de *Fogo Morto*, diferentemente de *O Tronco*, a jagunçagem é reconhecida como aqueles que defendem os interesses dos mais fracos. A tropa se movimentava pela região como uma sombra que aparecia e desaparecia conforme os planos de ataque do chefe. Apenas os colaboradores, que supriam a tropa com alimentos, remédios, roupas e informações, sabiam o paradeiro exato dos “bandidos”. Os ataques também eram anunciados e aguardados pelos defensores, que viam na ação do bando do capitão Silvino a justiça que o governo arbitrário não fazia.

A partir do conceito de Hobsbawm (2017), podemos entender que Antônio Silvino e seu bando possuíam características do chamado “bandido social”.

O banditismo social constituiu um fenômeno universal, encontrado em todas as sociedades baseadas na agricultura (inclusive nas economias pastoris) e compostas principalmente de camponeses e trabalhadores sem terras, governados, oprimidos e explorados por alguém: por senhores, cidades, governos, advogados ou até mesmo bancos. (HOBSBAWM, 2017, p. 20)

Dessa forma, de que modo o elemento social do banditismo, que defende os fracos contra fortes, os pobres contra os ricos, os que buscam justiça contra o governo injusto, se enquadra nesse conceito, e faz com que homens que, por sua ação violenta, se tornem poderosos e são levados para um universo de poder? Para a lei, um grupo de homens que atacam e roubam com violência é bandido, desde roubar um trabalhador até aqueles que são guerrilheiros organizados tendem a ser descritos de forma indiscriminada, como sendo pessoas que espalham a violência. No entanto, é necessário ter cuidado para entender que, em relação ao bandido social, estes são considerados criminosos por parte dos senhores e pelo Estado. Entretanto, no meio rural a que pertencem esses “bandidos” são considerados heróis, campeões, vingadores, justiceiros, até mesmo vistos como agentes de libertação dignos de admiração, sendo ajudados e sustentados até mesmo pelos donos do poder local, como afirma o historiador britânico.

Para um bandido social, que pode representar uma figura de protesto e rebelião, demonstrar respeito ao homem rural, é um importante fator a ser considerado, visto que possui laços com esse camponês. Contudo, o banditismo não-social pode ser exercido por salteadores, pessoas sem afeição ao povo local e sem uma causa.

O historiador ressalta que o banditismo tende a tornar-se epidêmico em épocas de crises naturais agudas, como a seca que provoca a fome, o abandono da população por parte das autoridades governamentais e a extrema pobreza.

Todas as sociedades rurais do passado estavam habituadas à escassez periódicas – mas colheitas e outras crises naturais – e a catástrofes ocasionais, imprevisíveis pelos aldeões, mas que certamente viriam a ocorrer mais cedo ou mais tarde, como guerras, conquistas ou o rompimento do sistema administrativo do qual eles eram uma parte pequena e remota. Todas essas catástrofes tendiam a multiplicar o banditismo de um tipo ou de outro. Todas elas tendiam a passar, muito embora as perturbações políticas e as guerras tendessem também a deixar atrás de si bandos de saqueadores e outros tipos de marginais por um tempo considerável, sobretudo se os governos eram fracos ou divididos. (HOBSBAWM, 2017, p. 23)

Entretanto, há outra categoria de bandidos em potencial, de certa forma muito importante também, a do bandido que possui uma participação individual e voluntária, formada por homens que não estão dispostos a aceitar o papel social dócil e passivo do camponês submisso, considerados rebeldes individuais e que diante de um ato de injustiça ou de perseguição não se curvam: “[...] Cumpre lembrar que, se a resistência a tais atos de opressão é o ponto de partida da carreira de um ladrão ‘nobre’, para cada camponês que resiste, há dezenas e dezenas que aceitam a injustiça”. (HOBSBAWM, 2017, p. 34).

Em meados do século XX, Mário Palmério, autor do Triângulo Mineiro, escreve *Chapadão do Bugre* (1965) e põe em relevo o mandonismo como um elemento transformador em que, diante de um ato de parcialidade e perseguição por parte do coronel, essa espécie de “bandido” conceituado por Hobsbawm (2017) é exemplificada. Trata-se de José de Arimateia que, preferindo tomar o caminho da resistência e da marginalidade, não se rende docilmente à superioridade social e atua sozinho como justiceiro e vingador.

O jagunço que antes era considerado um empregado fiel e digno de toda confiança por ter uma índole dócil, já tinha sido um dentista prático e amansador de cavalos, e, por força dos acontecimentos, passou a jagunço frio, solitário e vingativo. *Chapadão do Bugre* é uma história de lutas, perseguições incansáveis e violência de homens de uma rudeza quase primitiva a serviço de interesses. A respeito da obra, Candido (2011) destaca que

A história de um destino individual para se alargar pouco a pouco, em decorrência das vicissitudes que o envolvem e se enquadram num panorama bem traçado do coronelismo mineiro sob as suas formas mais drásticas, as que suscitam, organizam e disciplinam o crime como instrumento de dominação política. (CANDIDO, 2011, p. 109)

O cerne da narrativa é José de Arimateia que, ao ser traído, mata o filho do patrão e protetor e foge para Santana do Boqueirão onde encontra abrigo, comida e trabalho como jagunço do coronel Americão Barbosa.

Tonho Inácio, pai do morto, determina que seus capangas se espalhem por toda parte à procura do rapaz. Chegando à fazenda do pai de criação de Arimateia, assassina-o. Como é natural nas histórias de vinganças, um crime puxa outros crimes, dando continuidade do ciclo contínuo da violência.

Além dos jagunços que estavam procurando pelo fugitivo, é enviada para Santana do Boqueirão, uma tropa composta por um delegado truculento, policiais e um juiz interessado na captura e morte de José de Arimateia. Com a justificativa de exterminar todo tipo de contravenção da cidade, muitas ações arbitrárias são cometidas, inclusive as que ofereceram algum tipo de prejuízo ao mando local. Essa intervenção do governo estadual se explica pelo descontentamento com coronel Americão Barbosa, devido ao resultado das eleições na região sudoeste de Minas. Esta constatação é descrita no seguinte fragmento do texto: “[...] Ihe falei Coronel, Ihe falei... agora, acham que traímos... que não fizemos empenho nenhum, que deixamos o Coronel Eusébio, mas o Dr. Filigônio trabalharem livres”. (PALMÉRIO, 1965, p. 158)

Podemos relacionar essa asseveração por parte do contador do coronel Americão com a narrativa de Bernardo Élis, pois pela história contada e pelo imaginário popular, notamos que o governo de Goiás só enviou seu destacamento composto de presidiários, ex-jagunços e desempregados endividados, devido ao coronel Pedro permitir que o candidato da oposição se hospedasse no lugarejo em plena campanha eleitoral. Essa “afrota” feita ao governo estadual foi vista e julgada como uma traição. A tropa recém-chegada comete uma chacina, assassinando todos os homens da família, exceto o filho, Artur Melo.

Chapadão do Bugre ressalta um princípio necessário responsável pelo funcionamento de grupos familiares e suas clientelas nas instituições de poder que se desmembra e organiza-se de modo que, do aspecto individual, passa a uma ordem em que todos se voltam contra todos. O governo, com seus representantes, torna-se o tribunal do crime, conseguindo informações através de tortura e os nomes dos possíveis criminosos, assim considerados pelo governo, para assim exercer julgamentos, sem direito à defesa, condenando à morte e

executando penas. Candido (2011) corrobora essa ideia do homem da lei que age sem a moderação do Estado e infringe as regras estabelecidas por esse mesmo Estado em nome do que denomina ser justiça.

A segunda reação é do oficial Evaristo Rosa, que, possuído pelo sentido quase esportivo do caçador, cuja finalidade é a destruição da caça, termina elevando a sua brutalidade ao nível dos princípios e nutrindo uma espécie de revolta de homem justo contra os burladores da lei. No seu espírito bronco, trata-se de mostrar quem pode mais: mas como a justificativa dos seus atos é a infração do adversário, ele mistura selvageria e senso de justiça, com um fervor que o poderá levar a desobedecer aos superiores civis. (CANDIDO, 2011, p. 112)

É presumível que se o projeto do coronel desse certo, José de Arimateia teria uma vida tranquila com uma família. No entanto, a descoberta dos planos do patrão deu uma reviravolta na vida do rapaz, transformando-o em um cruel assassino que vivia apenas para se vingar.

Apesar de a narrativa movimentar em torno do drama individual, o contexto social de Santana do Boqueirão, nome possivelmente fictício de alguma localidade do Triângulo Mineiro, apresenta os costumes sertanejos e a política da violência justificada pela violência, numa ordem social torcida, tendo por base a imposição e a exploração do trabalho criminoso do jagunço individual. (CANDIDO, 2011, p. 112)

José de Arimateia se deixou vencer pela revolta e o desejo de vingança ao procurar novas formas de vida. Esse desejo o tornou assassino e o levou à morte. Candido (2011) conclui sua análise destacando que a obra ressalta o poder central do Estado, dependente de coronéis e dos mecanismos do voto de cabresto: “No caso de Santana do Boqueirão, o destacamento enviado passa a ter maiores poderes que as autoridades municipais locais e, na verdade, estes poderes são anulados para que as novas ordens fossem cumpridas”. (CANDIDO, 2011, p. 111).

Em relação a esse banditismo que se estabelecia para a manutenção da ordem ditada pelas elites latifundiárias, Facó (1978) afirma que as condições internas que os geraram são, precisamente e antes de tudo, do monopólio da terra, cujas origens remontam aos tempos coloniais, com a divisão do Brasil em capitâncias hereditárias e a subsequente concessão das sesmarias, as quais deram origem aos latifúndios atuais. Estes fatores constituem, ao lado do domínio imperialista da economia do país, um dos grandes obstáculos ao nosso pleno desenvolvimento econômico, social, político e cultural, força motora para a injustiça social.

No tocante ao banditismo atribuído aos jagunços, o ambiente social, principal fundo norteador, era a injustiça, a miséria, a fome pura e simples. Essa prática seria vista como a única criação de oportunidades do sertão, buscando um modo de sobrevivência. O jagunço é

um tipo particular de homem: o sertanejo sem-terra e sem meios de obtê-la, que se transforma em guarda costas, jagunço, cangaceiro ou capanga, um instrumento do dono da terra, do coronel.

Hobsbawm (2017) afirma que a consciência política no chamado bandido social pode ampliar a visão de justiça, de moderar a violência, especificamente em relação aos que sofrem injustiças, articular melhor as ações que contribuam com as mudanças que ele acredita serem necessárias, promover articulações importantes para alcançar objetivos e para modificar o caráter dos bandidos, uma vez que “Sem dúvida, a consciência política pode contribuir em muito para modificar o caráter dos bandidos”. (HOBSBAWM, 2017, p. 92).

No entanto, há relatos de bandidos cruéis, como ocorreu em Pernambuco, no século XVIII, em que Franklin Távora expõe a violência habitual como forma de comportamento ou meio de vida que ocorre no Brasil. Trata-se do romance *O Cabeleira* (1876). A história do famoso cangaceiro Cabeleira faz uma leitura das lendas e do cancionero popular do bandido sanguinário, José Gomes, que, por influência do pai violento, somado ao meio hostil e miserável em que vivia (outro importante fator determinante para formação de bandidos na concepção de Hobsbawm), tornou-se o famoso bandido Cabeleira. Ao longo da jornada de crimes, torna-se um malfeitor cruel, cometendo todo tipo de atrocidades, não tendo nenhum tipo de afeto a quem quer que seja, mas ao final reencontra um amor de infância, Luiza. Através dessa história de amor, ele procura se redimir de seus erros cometidos e demonstra arrependimento. Todavia, Luiza se acidenta e morre. Cabeleira, deprimido pelo acontecido, é capturado e enforcado.

Gomes não se sentia parte integrante do seu meio rural e, por isso, vivia sempre à margem, infestando estradas, aterrorizando povoados e migrando para diferentes lugares em busca de roubos fáceis e fartos. Era arrogante e rebelde, assim como seu pai, e não possuía atributos convencionais de um possível benfeitor, muito ao contrário, não fazia uso da moderação da violência, e exagerava no morticínio, por isso era temido e não admirado. No contexto da concepção de bandido de Hobsbawm (2017), José Gomes, embora sua história de malfeitor possua uma narrativa de redenção, por amor, e arrependimento de seus crimes, uma tópica de um melodrama do herói romântico, não pode ser considerado um bandido social, ou seja, um “Robin Hood” com ações moralmente positivas, como roubar dos ricos para dar aos pobres, evitar a violência, procurar a correção de erros cometidos pelas autoridades, ministrar a justiça, promover equidade social, ser solidário ao sofrimento do povo e se identificar como vítima de injustiça, porém não a pratica.

Dos bandidos de *O Tronco* os mais temidos eram Resto-de-Onça, Tito e Aleixo, que estavam presentes nos momentos mais violentos da narrativa, mas temos poucas informações a respeito de suas origens e motivações. O que o narrador declara a respeito desses jagunços é que, dentre os crimes em que estiveram presentes, o assassinado de Vigilato foi o primeiro da narrativa: “Muito de sutil os três homens esperaram o bêbado; e quando ele encostou na calçadona alta do tio para soltar a sua cantiga, foi um vup ram; meteram-lhe o porrete no piolho”. (ÉLIS, 2008, p. 12).

Outro momento foi o inquérito policial para investigar a morte de Vigilato. Resto-de-Onça era uma das testemunhas favoráveis ao coronel Pedro Melo:

. A testemunha seguinte era Resto-de-onça, capanga de Pedro Melo, um dos que participaram diretamente da morte de Vigilato e que deveria ser apontado como réu. Ao assentar-se no tamborete, em frente ao juiz, alguma coisa tombou ruidosamente no chão. Dr. Hermínio vagarosamente moveu o vasto corpanzil, tirou os óculos que só permitiam ver próximo, e arrogou os olhos. No chão estava a imensa garrucha de Resto-de-onça que, sem pressa, repuxando a cara com suas caretas habituais de tarado, pegou a arma, soprou os ouvidos e meteu no largo correão que servia de cinta”. (ÉLIS, 2008, p. 17)

No caso dos homens do coronel Pedro, esses homens eram movidos por necessidade ou até por inocente fidelidade, estes “trabalhadores”, eram acostumados à violência, e, ora estavam na lida das fazendas, ora pegavam em armas para combaterem em disputas entre os poderosos proprietários de terras. Eram submissos e sujeitos a serem dispensados quando não servissem mais para o serviço. Adaptavam-se ao modo de vida do lugar e não tinham escolhas, conquanto matavam ou morriam. Era uma questão de sobrevivência. O poder do coronel era exercido através de seus jagunços, nos mandos e desmandos, por terras tão encharcadas de sangue; eles assumiam da mesma forma, o que movia o interior de Goiás de norte a sul: a ambiguidade do bem e do mal encarnado nas mais variadas e microrrelações interpessoais da sociedade da época.

Foram muitos os relatos da ação de bandidos assassinos movidos pela obediência ao coronel. No entanto, os bandidos que orquestram a ação dos outros que estão sob seus comandos são os líderes da família que governa o local com extrema violência e impondo o medo a todos os moradores de São José do Duro. Sem a intenção de esgotar o assunto, a narrativa possui muitos aspectos a serem explorados para compreensão da dimensão do episódio ocorrido em São José do Duro, em 1917 e 1918, região pertencente a Goiás na época, um verdadeiro panorama de horror, onde a lei ainda era a do mais forte.

Por fim, compreender o bandido como símbolo nos remete ao tempo da transição da Monarquia à Primeira República em que produziu, especialmente nos sertões, as condições sociais e políticas propícias para o banditismo chamado epidêmico em que os jagunços estavam ligados a territórios e ao patriarcalismo das famílias tradicionais do interior do Brasil.

2. BERNARDO ÉLIS E *O TRONCO*: ENTRE A FICÇÃO E A HISTÓRIA; ENTRE O ATRASO E O PROGRESSO

O Regionalismo situa-se na literatura de maneira relevante, tomando assento em primeiro plano no quadro da ficção. Os aspectos de sua temática oferecem argumentos para que o coloquemos em lugar de destaque a partir de uma representação que apresenta o aspecto “região” como um mundo elaborado, como um universo coberto de sentido em que as perspectivas social e histórica se configuram como elementos da narrativa, que, feita sob a perspectiva da arte literária, requer que se crie esteticamente a partir de uma transformação do real, no intuito de recriá-lo, representando-o de tal forma que a matéria perca as características de um documento, abrindo mão do que é considerado como factual, implicando certo afastamento.

Neste contexto, o aspecto “região” é representado em seus aspectos físicos, geográficos, antropológicos, psicológicos, etc., e diluído na história narrada tecida com a política econômica, social e cultural, juntamente com as manifestações de todos esses aspectos ao mesmo tempo são capazes de evidenciar, em uma totalidade, o mundo apresentado e a identidade de uma sociedade, possibilitando criar o alicerce para mundos fictícios.

Por outro lado, Vicentini (2007), em seu artigo “Regionalismo literário e sentidos do Sertão”, ressalta que o mundo representado pela literatura regionalista se preocupa com as questões da verossimilhança do seu mundo representado, pretendendo ser o mais documental possível, de forma que esses documentos sejam a expressão das vivências, como a linguagem, a fauna, a flora, os ofícios, os espaços, os comportamentos, o clima, as roupas, as comidas, os valores e as crenças, dentro de um universo ideológico, para apresentar uma identidade regional.

A autora ainda destaca que, por essas razões, muitos escritores regionalistas consideravam-se também pesquisadores, utilizando a prática de ter anotações em cadernetas, realizar entrevistas, conversar com as pessoas simples do povo para ouvirem a respeito de lendas, cancionários, folclore, provérbios, dicionários de termos típicos, livros de receitas, além de suas próprias experiências adquiridas pelo convívio com as pessoas.

Em contrapartida, Candido (2006), versando sobre a relação entre a literatura e a sociedade, destaca elementos que exprimem aspectos da realidade e são considerados, na visão do autor, como sendo fatores externos que atuam como agentes da estrutura da

narrativa, inclusive que esses fatores devem ser associados às análises das questões formais e vistos como fatores internos, essenciais para que possa haver uma interpretação dialeticamente integral. Candido (2006) associa os fatores sociais e psíquicos como matéria da estrutura narrativa.

É o que vem sendo percebido ou intuído por vários estudiosos contemporâneos, que, ao se interessarem pelos fatores sociais e psíquicos, procuram vê-los como agentes da estrutura, não como enquadramento nem com a matéria registrada pelo trabalho criador; e isto permite alinhá-lo entre os fatores estéticos. A análise crítica, de fato, pretende ir mais fundo, sendo basicamente a procura dos elementos responsáveis pelo aspecto e o significado da obra, como Fausto Macrocosmos, que tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra [...]. (CANDIDO, 2006, p. 15)

Na visão do ensaísta, no Regionalismo, o aspecto social e histórico, projeta-se na obra por “assimilação”, impregnando-se, pois, do tratamento que o autor oferece à obra, em termos estéticos. A questão social, dessa maneira, envolve-se nas subestruturas da obra literária, refletindo demandas sociais, escancarando suas mazelas, mas servindo-se às demandas da forma.

Neste caso, saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte. Quando isto se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo. (CANDIDO, 2006, p. 16)

Neste sentido, a posição do escritor, que se manifesta de formas diversas, depende em boa parte do conceito social que os grupos elaboram em relação a ele próprio, fator este que exprime o reconhecimento coletivo da sua atividade que, desse modo, se justifica socialmente. Desta forma, a obra pode ser vista como mediadora entre o autor e público, visto que o autor adquire consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da reação de terceiros. Ou seja, sem o público, o esforço da escrita não receberia uma resposta, a reação do público, propiciando a manifestação da imagem dele próprio.

[...] numa determinada sociedade é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma de sua obra dependerão em parte da tensão entre veleidades profundas e a

consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público. (CANDIDO, 2006, p. 83)

Assim, na história da literatura, quase predominantemente, o autor e a obra são artífices que representam determinados grupos. Esse papel exercido pelo autor e pela obra ocorre de forma intencional, visto que a produção a qual o autor se aplica só existirá em função dos elementos externos a ela, dentro do contexto social e histórico da qual ela faz parte. Por isso mesmo, ao ser produzida, a obra irá reverberar esse ambiente, confirmando que é o resultado do “[...] influxo exercido pelos valores sociais, ideologias e sistema de comunicação que nela se transmutam em conteúdo e forma”. (CANDIDO, 2006, p. 40).

Diante das declarações de Candido (2006), podemos inferir que Élis, homem preocupado com sua terra e inserido em um contexto histórico pouco conhecido da História do Brasil Republicano, através de sua arte literária, trouxe visibilidade para os sertões de Goiás, exibindo sua cultura, sua sociedade e seu povo. A obra bernardiana foi ainda eficiente ao promover uma harmonia essencial entre as partes que fundamentam sua criação artística, que Candido (2006) chamou de “Tríade” em que os três elementos, a saber, o autor, a obra e o leitor, com todos os seus desdobramentos, fecham o ciclo essencial que valida a escrita literária. Élis também foi essencial como mediador dessa comunicação em que denunciou a miséria, opressão e os desmandos dos chefes políticos. Vieira Neto (2010) o caracteriza.

[...] não tem o bucolismo de Hugo (de Carvalho Ramos) nem a metafísica de Rosa (Guimarães Rosa) – é um sertão chamado pedra, feito de descaminhos, por onde se perdem a entrevada Nholá dos Anjos, a inocente Putkoê, o desesperado Piano (todas personagens bernardianas). Nesses ermos, Bernardo descobriu as misérias gerais-pobreza, isolamento, desigualdade. E assim, pode compreender as vidas secas do sertão [...] (VIEIRA NETO, 2010, p. 20)

Apesar de Goiás ser, desde o período colonial, sob o ponto de vista geográfico, uma região com uma densidade demográfica muito baixa e distante dos centros culturais e políticos do país, Bernardo Élis recebia constantemente as novidades acerca da literatura brasileira e da literatura internacional. Tais contatos propiciaram ao jovem Bernardo um estreitamento raro com clássicos da literatura luso-brasileira, bem como com as inovações europeias e nacionais durante décadas de 1920 e 1930.

O Estado de Goiás da Primeira República era precário em estradas e, principalmente, em ferrovias, o que dificultava a comunicação com outras regiões do país, tornando-o uma unidade da Federação sem importância econômica e política, dominada pelas oligarquias clônicas, fundiárias e coronelistas.

A violência e o abandono aos quais estava submetida a população sertaneja de Goiás, nas décadas de 20 e 30 do século XX, figuram no centro da narrativa de Bernardo Élis. O autor foi continuador da tradição regionalista em Goiás, seguindo os passos de Hugo de Carvalho Ramos e acrescido de certo ideário comunista. Élis se constitui como um escritor cujo ofício artístico passa, obrigatoriamente, por uma finalidade social, visto que captava a vida rural do interior dos cerrados onde morava com uso intenso da linguagem regional. Élis foi também advogado e professor e era filho do poeta Érico José Curado e de Marieta Curado. Considerando que este trabalho tem por objetivo analisar a fronteira e natureza na obra de Bernardo Élis, entendemos que, de início, é fundamental uma apresentação do autor a partir de suas experiências e da forma como essas experiências e vivências foram assimiladas em sua literatura.

Em 1945 formou-se em Direito pela Faculdade de Goiás. Durante o governo de Getúlio Vargas, foi nomeado escrivão da Delegacia de Anápolis (GO) e Escrivão do Cartório do Crime de Corumbá (GO), experiências que possibilitaram o contato com as classes mais injustiçadas. Na nova capital, Goiânia, o escritor foi secretário e prefeito interino por duas vezes. Ocupou-se da carreira de professor da Escola Técnica Federal de Goiás, da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na cátedra de Literatura.

Sua obra ficcional demonstra uma compreensão aguda do sertão goiano, o Cerrado, o que se evidencia na narrativa e em suas personagens que, comumente, estão em lugares desérticos, esquecidos e marginalizados, em uma existência miserável, vivendo conflitos, sendo explorados e refletindo em si mesmos a falta de ação e/ou omissão, certa apatia em relação às injustiças sofridas ou mesmo não tinham disposição para realizar o que era preciso e, no fim, sofrendo as consequências disso, como no caso dos jagunços no romance *O Tronco* ou como é caso do conto “Nhola dos Anjos e a cheia de Corumbá”, do livro *Ermos e Gerais* ou da personagem Piano do conto “A Enxada”, acabavam por culpar a natureza por tudo que lhes acontecia, em um claro sentimento de resignação.

No artigo intitulado “Regional Goiano”, Moutinho (1997) descreve que o autor era passionalmente impregnado da realidade sombria, miséria e clima “noturno” que envolvem os lugares ermos e agrestes em que aparece o universo humano, as raízes do irracional florescem com frequência em uma forma contida, seca, conformada e agressiva. Em contrapartida, os temas e personagens se aproximam do melodramático, do falso lírico e do sentimental.

Frederico (1997) afirma que ser um escritor goiano significa fornecer boa parte dos traços característicos não só chamada literatura regional, mas também da literatura brasileira, e também que ser goiano não era só por ter nascido naquele estado, como é o caso de Élis, na cidade de Corumbá de Goiás em 15 de novembro de 1915, mas principalmente porque, de modo consciente, como escritor engajado nas lutas sociais, tomou para si a tarefa de revelar ao Brasil os desmandos praticados em Goiás. Frederico (1997) cita que essa decisão foi das mais ousadas, dado o tempo em que Élis resolveu denunciar os abusos cometidos, na década de 40, quando a região era tão somente um quintal de coronéis que não precisavam prestar contas de seus atos a ninguém. Outro ponto que Frederico (1997) destaca é que o autor se lança no mundo literário em uma região em que Hugo de Carvalho Ramos (1895) possuía grande destaque.

[...] autor aventurou-se a ser escritor em uma terra que tinha apenas um nome de considerado destaque – Hugo de Carvalho Ramos (1895) e também de permanecer em Goiás quando os centros culturais se encontravam prioritariamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. (FREDERICO, 1997, p. 9)

Abdalla Junior (1983) aponta para o fato de que o autor viveu grande parte de sua vida no interior de Goiás, provavelmente por isso vivenciou a realidade histórica e social desse lugar, tratando de modo diferente e particular os fatos históricos que por lá se desenrolavam e que teve o privilégio (ou dissabor) de ser testemunha das grandes mudanças ocorridas no Centro-Oeste ao longo do século XX: a partir da mudança da capital de Goiás, passando pela construção de Brasília e culminando na inserção definitiva da região na economia nacional. Sua sensibilidade política e de escritor permitiu-lhe perceber essas mudanças e usá-las como pano de fundo de grande parte de suas obras.

O envolvimento efetivo de Bernardo Élis com a literatura deu-se em 1934, quando começou a escrever e enviar seus contos e poesias para os jornais locais, atento ao movimento modernista e às obras de seus principais integrantes como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Augusto F. Schmidt, dentre outros, lendo ainda com admiração Balzac, Tolstói, Zolá e Victor Hugo. Sendo um dos fundadores da Revista Oeste, que circulou até 1944, o referido autor foi articulista e disseminador entusiasta do Modernismo, na qual foi publicado, pela primeira vez, o mais famoso conto do escritor: “Nhola dos Anjos e a Cheia de Corumbá”.

Na 10ª edição de *O Tronco* (2008), faz-se referência à nota da editora da 2ª edição de 1956, em que o historiador e ensaísta Francisco de Assis Barbosa destaca em relação ao aparecimento de *Ermos e Gerais* (1944):

Desde o aparecimento de *Ermos e Gerais* em 1944, Bernardo Élis se tornou vanguardista de um novo ciclo de ficção brasileira – o do Sertanismo goiano-mineiro. Cronologicamente, ele é o primeiro. Vieram depois Guimarães Rosa (*Sagarana* é de 1946), Mário Palmério (com *Vila dos Confins*, em 1956), e José J. Veiga, (*Os Cavalinhos de Platiplanto*, 1959). E a literatura do Oeste passou a competir em prestígio e significado nacional com a literatura do Nordeste, que se havia transformado numa literatura líder, a partir da fornada dos grandes romances de conteúdo social iniciada com *A Bagaceira* de José Américo de Almeida. A literatura do Nordeste ficou ligada à Revolução de 1930. A literatura do Oeste ressurgiu, já que não deve ser omitida a contribuição pioneira de Bernardo Guimarães, Afonso Arinos e Hugo de Carvalho Ramos – na fase atual da nossa evolução histórica, a fundação de Brasília. *Ermos e Gerais* bem que pode ser considerado um marco oeste da nossa rosa-dos-ventos-literária, uma antecipação, tal como *A Bagaceira* para o ciclo nordestino. (BARBOSA, 2008, p. xi)

De acordo com a cronologia biográfica de Élis apresentada por Abdalla Junior (1983), seu primeiro livro, *Ermos e Gerais*, foi publicado em 1944, uma coletânea de contos⁷ e crônicas, tornou o escritor reconhecido pela crítica e pelo público, recolocando Goiás na literatura brasileira. Tornou-se conhecido do público e da crítica, sobretudo com a publicação de *Veranico de Janeiro*. Mereceu, na ocasião, a seguinte observação crítica de Antonio Candido: “A minha impressão é que subiu a uma altura de mestre original com *Veranico de Janeiro*, e que na literatura brasileira poucos podem gabar-se de ter encontrado uma fórmula narrativa tão eficiente”. (CANDIDO, 1944 apud ABDALLA JUNIOR, 1983, p. 3)

A primeira edição de seu romance *O Tronco* data de 1956 – mesmo ano, aliás, da publicação de *Grande Sertão: Veredas*. A obra foi de grande sucesso, haja vista que trouxe como temática os expedientes políticos usados pelos coronéis para realização de seus interesses e jagunços pressionados em disputas entre coronéis latifundiários, grupos políticos e pela polícia comprometida com os grupos políticos dominantes. Nessas lutas não havia princípios éticos em um jogo que valia a lei do mais forte.

Segundo Almeida (1985), o aspecto linguístico engrandece, também, o livro que, na enormidade de seu valor, eleva a bagagem ficcionista de Goiás e o progresso nos processos técnicos. Para a autora, a obra elevou a presença de Goiás, não só na estrutura e no conteúdo, mas também com a linguagem regionalista que a define. Através dela, Élis ressalta a tendência a voltar-se para o humano e aguça a sensibilidade de quem lê, esquiva-se do tabu que calava a miséria do meio rural. O escritor busca elementos na oralidade da fala simples do

⁷ Bernardo Élis escreve inicialmente poesias que são publicadas em jornais locais. O sucesso da crítica de *Ermos e Gerais* (1944), entretanto, acaba por determinar os rumos da carreira do escritor: prosa regionalista, passando a assumir a faceta de contista reconhecido pela crítica.

povo, revivendo palavras, expressões, locuções inteiras refletidas na maneira de sentir do povo do interior.

Em 1965, publica o volume de contos *Caminhos e descaminhos*, época em que atinge plena maturidade artística, mostra grande conhecimento da técnica do conto. Nesta fase, já se percebe maior preocupação social e um afastamento do humor negro, o negativismo e o pessimismo que marcou suas narrativas anteriores.

Dois anos depois de *Caminhos e Descaminhos*, Élis publica o livro de contos *Veranico de Janeiro*, recebendo por ele os prêmios Jabuti e o prêmio Affonso Arinos, da Câmara Brasileira de Letras. Continuando sua trajetória de escritor bem sucedido, em 1967, ele recebeu novamente o prêmio Affonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, por *Caminhos e descaminhos* e publica, em 1975, o livro de contos *Caminhos Gerais*. Nesse ano, também, foi eleito para cadeira número um da Academia Brasileira de Letras, quando foi recepcionado pelo acadêmico Aurélio Buarque de Holanda. Foi o primeiro goiano a ingressar na Casa de Machado de Assis, em 1975, concorrendo, para essa cadeira, com o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Seguindo, ainda, a direção de escritor empenhado com a literatura, em 1978, publicou outro livro de contos – *André Louco* – que dá origem a um documentário cinematográfico de Carlos Del Pino. Neste mesmo ano, a censura federal proibiu a exibição do programa “Caso Especial”, da Rede Globo, baseado no seu conto “A enxada”.

Quando a anistia foi anunciada em 1980, Bernardo Élis retornou à função de professor na Escola Técnica Federal e na Universidade Federal de Goiás, sendo nomeado, nessa época, ao cargo de diretor adjunto do Instituto Nacional do Livro, fazendo, também, parte do Conselho Federal de Cultura. Em 1980, é adaptado para o cinema o conto “Ontem como Hoje como Amanhã como Depois”, sob o título *Índia – a filha do Sol*, apresentado ao público brasileiro em 1982.

No final da década de 90, mais precisamente, em 1996, a Unicamp, por meio de seu Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – Cedae – adquiriu o acervo do escritor denominado Fundo Bernardo Élis, contendo 1.400 artigos que compõem a fortuna crítica de sua obra”. Um ano depois, em 30 de novembro, o escritor faleceu antes do lançamento, em 1999, do filme *O Tronco*, dirigido por João Batista de Andrade, tendo no elenco, nomes como Antônio Fagundes, Ângelo Antônio e Letícia Sabatella.

Em entrevista denominada “A Vida e as Sobras”⁸, o próprio autor declara: “Em 1987 tive o imenso prazer de receber do Governo do Distrito Federal o prêmio Candango pelo conjunto da minha obra literária”. (ÉLIS, 1997, p. 85). E em 1997, Bernardo Élis falece.

A sociedade goiana apresentava semelhanças em sua estrutura, pelo seu isolamento e por sua formação familiar. Assim, as personagens criadas identificam-se com os próprios representantes, os quais eram retratados. Élis esclarece na entrevista ao professor Ricciardi: “Entretanto, na verdade, nunca retratei ninguém”. (ÉLIS, 1997, p. 103).

Frederico (1997) relata que a literatura de Bernardo Élis também reflete sua militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), como boa parte da intelectualidade da época, e mostra sintonia com as efervescências políticas do momento ao lado de Luís Carlos Prestes, contra a ditadura de Getúlio Vargas. O PCB, mesmo não tendo traçado seu perfil cultural, recebia os intelectuais da época que se ajuntavam em volta do partido, procurando fazer a defesa do que fosse nacional e popular.

Seu interesse literário naquele momento era

Ilya Ehrenberg (*A Tempestade*), Bóris Plevói (*Um Homem de Verdade*), Nicolai Ostrovsky (*Assim foi Temperado o Aço*) e outras – faziam parte da Coleção “Romances do Povo”, dirigida por Jorge Amado e publicada pela editora do Partido, a Editorial Vitória. Tratava-se da política cultural traçada pelo partido para a divulgação do Realismo Socialista, conjunto de normas formuladas, sobretudo a partir das ideias de seu teórico principal, A. Zhdanov, e do escritor máximo Górkí – sob o controle de Stalin –, que definiam como devia ser uma obra verdadeiramente revolucionária. (FREDERICO, 1997, p. 11)

Élis submeteu sua arte à política como muitos outros intelectuais e o fato de ser um militante comunista não deixou que o autor passasse despercebido dos agentes da ditadura militar e no final da década de 60 foi perseguido, obrigado a deixar o magistério e praticamente impedido de escrever nos jornais, função que exercia regularmente. Por isso, vai para o Rio de Janeiro, onde, recebe ajuda de amigos como Barbosa Lima Sobrinho, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Herberto Sales, Tristão de Athayde, Hermes Lima e outros. Ao ingressar na Academia Brasileira de Letras recebeu alguma segurança de que não dispunha fora dela.

Tudo isso nos revela a obra de Bernardo Élis em que o sertão goiano é representado pelo sertanejo, em situações que só são vivenciadas no sertão de Goiás. Esse universo é tecido

⁸ Entrevista concedida a Giovanni Ricciardi, professor do Instituto di Língua e Literatura Spagnola e Portoghese da Facoltà di Lingue e Letterature Straniere. Bari, Itália. Denominada “A Vida e as Sobras”, a entrevista foi transcrita no Dossiê Bernardo Élis da Revista Remate de Males da Unicamp, 1997.

por Élis, e são elementos de que ele se apropria para construção de seus “causos”, elementos esses conhecidos e descritos nas relações do dia-a-dia do imaginário popular, levando-nos a nos deparar com o absurdo, o fantástico, em um universo peculiar, mas verdadeiro. Quanto ao fantástico e imaginário, o narrador descreve:

– Cruz credo! – fez pequena, benzendo-se. – É o Coisa-Ruim que o Coronel Pedro tem na garrafa que ensina tanta astúcia para eles, meu Divino. Embora conhecesse essa história, Januária teve medo. Encolheu-se, como se defendesse de uma agressão e murmurou:
– Tesconjuro, Bicho.
– É esse Sujo que ajuda os Melos. No dia que o Bicho exalar, ou no dia que aparecer alguém com uma capetinha fêmea, adeus sorte dos Melos. Nós ainda vamos ver.
– Psiu! – Januária ergueu-se e foi espiar fora, voltando-se a seguir para seu lugar no pilão. – Ah, o velho não deixa o “Coisa” escapulir. O capetinha é escravo deles desde os tempos do pai do Coronel Pedro, o velho Felipe, que deve de estar nas profundas dos infernos, com o perdão da má palavra. (ÉLIS, 2008, p. 38)

Sob o ponto de vista estético, o autor goiano incorpora conquistas do Modernismo “[...] acentuando a oralidade; desprezando os longos períodos, os vocábulos raros; introduzindo o extraordinário, o estranho, o fantástico; pesquisando a cultura popular; e, ao fim, combinando os achados com a visão crítica da realidade social, herança dos anos 30”. (FREDERICO, 1997, p. 12). Esse viés modernista fica explícito na apresentação de *Veranico de Janeiro*, 4ª edição, em que Herman Lima destaca o comentário de Mário de Andrade feito ao escritor Bernardo Élis que o autor possuía a qualidade principal para quem se aplicava à ficção, ou seja, o dom de impor, de evidenciar a realidade, pouco importando se esta realidade era real ou não real.

Bernardo Élis também traduziu o Cerrado, o sertão de Goiás, não só como representação natural, como também as vivências do homem sertanejo, suas lutas, seus sofrimentos, angústias, seus desejos. Segundo Barbosa, em nota na edição de 2008, um dado significativo na literatura de Bernardo Élis deve-se ao fato de que ele inaugura uma “literatura do Oeste”. O sertão nordestino já havia sido descrito por um conjunto de regionalistas que cumpria o papel de representar, por meio do realismo-naturalista, as paisagens do agreste do Brasil e se apropria do realismo-naturalista para a construção de uma narrativa “goiano-mineira”.

O dialeto popular caipira pode ter sido apreendido na infância em que vivia com os pais em Corumbá de Goiás, cidade que era, segundo o autor, uma fazenda⁹ com alguma

⁹ Entrevista biográfica concedida por Bernardo Élis, em junho de 1982, em Goiânia, a Abdalla Junior (1983).

comodidade urbana e que fazia parte do trajeto de “roceiros e índios” – os tapuios, como eram assim chamados. Entretanto, Élis (1997), em seu depoimento à Giovanni Ricciardi, destaca que a questão da linguagem de sua obra, recebeu a influência direta de Rosa, uma pessoa importante que viveu e trabalhou com a família.

[...] quem muito me sensibilizou para a narrativa foi Rosa, uma empregada da minha casa. Ela era uma mulher formidável. Conhecia profundamente a vida da roça apesar de lá ter vivido apenas doze anos. Não só o nome de plantas e bichos, mas também a literatura oral [...]. Havia os grandes romanceiros tradicionais [...] sua imaginação era formidável. Ainda hoje eu continuo a escutar as histórias supersticiosas de Rosa. (ÉLIS, 1997, p. 35)

A linguagem simples destinada ao entendimento fácil das classes pobres refletia a qual público *O Tronco* estava designado. Todavia essa pretensão não foi alcançada, visto que o grande número de analfabetos dessas classes era impossibilitado de compreender a denúncia retratada, por não terem nenhuma vivência com o trabalho literário, nem condições financeiras de adquirir a obra. No entanto, a classe média recebeu a obra com relativo sucesso, e sua reedição em 1968 foi premiada com o Jabuti, como afirmamos anteriormente.

No depoimento a Giovanni Ricciardi, Élis (1997) se autodefinia como um autor que possuía uma escrita onisciente, linear, objetiva e mimética, começando como que pintasse um quadro, porém evolui para a reconstituição narrativa, como faziam os narradores orais sertanejos. Com o tempo, são percebidos as mudanças técnicas e o aumento de recursos literários mais eruditos e modernos utilizados na maioria dos contos de *Ermos e Gerais* e no romance *O Tronco*. De acordo com Almeida (1985), o escritor regionalista tem um estilo diferente de expor suas ideias e traz para sua obra os ruralismos, a linguagem em toda a sua essência, capazes de transmitir o tempo social e econômico em que vivem seus personagens.

O texto de Bernardo Élis tem força, é todo tecido baseado na oralidade de uma região, mas não divisa geograficamente qual seja essa região. Os aspectos linguísticos são relevantes e, segundo Almeida (1985), “Os recursos de linguagem de que lança mão enquadram-no entre os autores que merecem acurado estudo, não apenas com o que se relaciona com o conteúdo, mas com o que diz respeito ao aspecto linguístico que suas obras apresentam”. (ALMEIDA, 1985, p. 45). A autora afirma também que ele usou uma linguagem peculiar, só sua, e soube muito bem empregar a língua portuguesa e, “Abrasileirou o português literário, como todos modernistas, salpicando-o, em abundância, de arcaísmos, dando-lhe toques de originalidade e beleza”. (ALMEIDA, 1985, p. 54).

2.1. A Urdidura de *O Tronco*

O romance *O Tronco* é inspirado em uma história real, uma vez que toma sua matéria de um evento histórico ou policial ocorrido em Goiás, entre 1917 e 1919, na localidade de São José do Duro, atual Dianópolis, Tocantins, onde ocorrera um sangrento conflito entre forças rivais. De um lado, os coronéis do governo representados pelo juiz Carvalho e sua força policial, e do outro, os coronéis do norte, opositores políticos do governo, representando a força coronelística local, ou seja, a família Melo e seus aliados. No meio dessa disputa de poder, encontra-se a personagem Vicente Lemes que, ao denunciar para o governo estadual um inventário feito pelo advogado Artur Melo, filho do coronel Pedro Melo, com visível fraude no arrolamento dos bens deixados à viúva, desencadeia o conflito no Duro, provocando uma intervenção armada no local que, a princípio, tinha por objetivo principal o apaziguamento e manutenção da lei, mas que na verdade encobria as reais intenções do governo de eliminar seus inimigos políticos e ampliar sua área de dominação.

O autor goiano, na epígrafe da edição de 2008, dedicou seu romance “aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas de coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura” (ÉLIS, 2008, s/p). E, mais uma vez, segundo a 10ª edição de 2008, fazendo referência à nota da 2ª edição de autoria do historiador e ensaísta Francisco de Assis Barbosa, revela o drama até então desconhecido do sertão “belo e terrível, com os seus vaqueiros, jagunços, soldados, sertanejos e humildes, mortos nas lutas dos coronéis”. Além disso, foi a literatura do Nordeste, assevera Barbosa (2008), que alertou para o problema não só das secas, mas da exploração e da miséria das populações marginalizadas.

O título do livro, *O Tronco*, se refere a um instrumento de tortura, que, segundo o próprio autor na apresentação do livro,

[...] é constituído de dois compridos esteios de madeira forte. De espaço a espaço, possuíam esses esteios. De um lado, unindo os dois esteios, havia uma dobradiça de ferro, grosseira, feita ali mesmo, e de outro, uma espécie de aldrava com cadeado. (ÉLIS, 2008, p. xv)

Barbosa (2008) destaca que o uso desse instrumento ainda era muito usual em Goiás e usado por senhores de escravos (ainda havia pessoas escravizadas na casa do coronel Pedro) e também por coronéis para amedrontar seus desafetos.

Esse instrumento de tortura utilizado nos tempos da escravidão continuava a servir, em 1918, nas cadeias do interior goiano, como arma dos sobas municipais para a punição de adversários ou simples desafetos que ousassem contrariá-los em seus domínios. Não havia nem juiz de direito nem delegado, nem ninguém que pudesse torcer sua vontade. A justiça era (e ainda é) o “coronel”. Em *O Tronco*, aparece o massacre de São José do Duro, repetindo em ponto pequeno a série de horrores que se verificou na sedição de Boa Vista de Tocantins, no início da República, numa guerra civil de coronéis desavindos, que se prolongou por três anos, de 1892 e 1894, embora não registrada por nenhum compêndio da história, por nenhum livro de história. (BARBOSA, 2008, p. xv)

A estrutura da narrativa é constituída por quatro capítulos: I- O Inventário; II- A Comissão; III- A prisão e IV- O Assalto. E, quanto ao ritmo em que os acontecimentos são narrados, Herman de Lima, na apresentação de *Veranico de Janeiro* (1944), se referindo a *O Tronco*, afirma que o assalto na obra é descrito num ritmo de metralhadora estrepitante, afirmação que fica evidente no trecho:

Nisso, um foguetão arrebentou para os lados da “grotá”. Ao seu estrondo, pipocaram tiros ao redor de todo povoado, como se fosse um rastilho de pólvora. Parecia fogo em tabocal: tiros mais fortes, outros mais fracos. Ao mesmo tempo, uma barulheira infernal subia aos céus: toque de caixas e tambores, ronco de buzina, gritos, gemidos, choros, lamentos. Zurro de jumento, relincho de cavalo, canto de galo. Com a zoadá, o cavalo tomou o cabresto e saiu correndo, enquanto Vicente e o menino ficavam ali parados, sem compreender. Já não eram estalos de tabocas, eram estampidos que se percebia aproximarem. – Os jagunços, gente! (ÉLIS, 2008, p. 211)

Segundo Élis (1997), na entrevista denominada “A Vida e as Sobras”, o romance, embora tenha quatro partes, pode ser compreendido em três partes como a tríade hegeliana, formando a tese, a antítese e a síntese. Sendo que na primeira e na segunda parte, que formam o primeiro momento, mostra-se o universo da região com seus conflitos latentes, mas vivendo uma harmonia dominada pela submissão à hierarquia da parentela e as leis do país eram claramente ignoradas. Na terceira parte, ou segundo momento, são revelados o acirramento das contradições, a quebra da harmonia e a deflagração da luta. Finalmente, na quarta parte, ou terceiro momento, ambas as partes antagônicas são derrotadas para surgir um universo diferente, o da intervenção, que demonstra integração entre as instituições governamentais e a perda do poder absoluto de grupos feudais em disputa com o poder político central. A distribuição tradicional da narrativa de começo, meio e fim, oculta uma mensagem dentro da narrativa endereçada a quem deveria entender por viver aquela realidade.

A narrativa possui um narrador em terceira pessoa, sua fala é onisciente e impregnada com a linguagem das personagens, que, às vezes, quase parece querer interferir nos acontecimentos ao demonstrar sua indignação ante os fatos transcorridos na Vila do Duro.

Essa peculiaridade estética utilizada por Élis é demonstrada no seguinte trecho: “Uma indignação, uma raiva cheia de desprezo crescia dentro do peito de Vicente Lemes à proporção que ia lendo os autos”. (ÉLIS, 2008, p. 4).

Em outros momentos, há monólogos interiores, discursos indiretos livres em forma de inferências do narrador, como no caso da personagem Anastácia através das reflexões de Vicente Lemes. Neste trecho, Vicente se refere à prima:

Defenda o Tozão, meu primo! A voz vinha quente, os beijos ardendo, como se tivessem comido pimenta. Ela devia ser uma brasa na cama. Bem que diziam. Tentava afastar o pensamento libidinoso, ele voltava insistentemente. (ÉLIS, 2008, p. 175)

O escritor, em depoimento a Ricciardi, prossegue sua autobiografia relatando que Monteiro Lobato, em carta, saúda o aparecimento de *Ermos e Gerais* e recomenda-lhe que escrevesse um romance “[...] terrível e como eram os sertões analfabetos e desumanizados. Isso me impressionou de maneira especial, porque eu também procurava na literatura um pretexto para denunciar os males sociais”. (ÉLIS, 1997, p. 87).

Ainda em “A Vida e as Sobras”, Élis (1997) clarifica que, em relação a *O Tronco*, inicialmente, a intenção seria realizar uma pesquisa sociológica sobre a região fronteira da Bahia, tanto no aspecto geográfico como nos aspectos social e econômico-financeiro. Para isso, colheu farto material, mas quando partiu para entrevistar os moradores ou ex-moradores no lugar, em muitos deles, especialmente os que participaram diretamente das lutas, encontrou nessas narrativas, uma carga muito intensa e poderosa, que seus intentos científicos foram transformados em um forte desejo de transformá-los em um romance.

O sertão vivia ao deus-dará, como área reservada para expansão do mercado capitalista do Rio de Janeiro, São Paulo e do litoral, mercado esse que explorava o sertão com impiedade maior do que fazia a antiga metrópole portuguesa. Para provar, basta considerar que o que havia em Goiás de civilização (1940) fora feito ainda ao tempo da colônia. Desde a independência que Goiás se tornou um mundo-da-lua, uma terra de ninguém, uma ficção geográfica, como diziam os eruditos. (ÉLIS, 1997, p. 71)

O romancista destaca que, para mostrar que em lugar de lutar contra tal estado das coisas, os dirigentes políticos, tanto municipais quanto estaduais e federais, o que faziam era lutar entre si em disputas inúteis, com o objetivo de se apropriarem do rendimento dos “minguados” impostos extorquidos aos pobres e revolta-se ao pensar que, enquanto durava tal

panorama, o sertão permanecia no atraso, em um momento em que a civilização humana alcançava elevadíssimo desenvolvimento em outros locais.

Em “A Vida e as Sobras”, o escritor afirma que, ao publicar *O Tronco*, os grupos políticos de Goiás sentiram-se retratados e um coronel do antigo norte de Goiás chegou a conversar com um advogado e jornalista de Goiânia para processá-lo, o que, segundo ele, infelizmente não se efetivou, pois seria uma grande propaganda. Já os responsáveis pela adaptação do livro para o cinema foram processados. Outros grupos sentiram-se ofendidos com o livro e com o filme e esboçaram algum tipo de reação. Esse fato é corroborado quando da reportagem sobre o centenário do acontecimento do Massacre dos Nove do *Jornal Opção*¹⁰ de Tocantins.

2.1.1 Visão histórica do Massacre do Duro

O ano de 2019 foi marcado por eventos que rememoraram em Dianópolis, antiga Vila do Duro, Goiás, hoje Tocantins, os cem anos do Massacre dos Nove, ou Barulho do Duro, e também pelos sessenta e três anos de publicação do livro *O Tronco*, de Bernardo Élis.

Na ocasião, como parte das atividades das festividades do centenário do Massacre, o *Jornal Opção* descreve a chacina do Duro, também chamada da Chacina dos Nove, por outra perspectiva em relação ao romance e ao filme. Autores como Benjamin Abdalla Junior e Francisco de Assis Barbosa recontam a mesma história e fornecem informações contrárias ao que Bernardo Élis narrou através de narrativas de testemunhas, especialmente descendentes da família Wolney, ou seja, a família que representa o patriarcado local.

O artigo da jornalista Marília Noleto, e aqui relatamos quase literalmente suas impressões cheias de sentimentos e revolta de como pode ter sido a chacina do Duro, realiza uma narrativa que intenta abrir as portas do tempo, em um retorno ao ano de 1919, às dez horas do dia 16 de janeiro, Estado de Goiás, em uma terra em que coronéis e jagunços ditavam as regras do jogo.

Noleto (2019b) relata que, em virtude do luto, não houve Folias de Reis nas portas das casas, uma tradição dos habitantes da pequena vila, após um Natal marcado pelo derramamento de sangue de Coronel Wolney e seu camarada Antônio Caboclo (nomes reais

¹⁰ Conferir em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/uma-marca-de-sangue-na-historia-de-goias-os-cem-anos-do-barulho-do-duro-159367/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

dos envolvidos na chacina). A jornalista ainda dá detalhes quanto ao local e o clima chuvoso do “período das águas” de dezembro, relatado também pelo narrador de *O Tronco*, a respeito do que aconteceu nos porões do sobrado de Pedro Melo, o quartel-mestre-general da pequena São José do Duro. No quarto do tronco, os sete reféns ficaram atados pelos pés ao instrumento de suplício dos tempos da escravidão, esperando para serem fuzilados um a um. O barulho das carabinas pôde ser ouvido de longe e um véu de fumaça foi visto saindo mansamente pelas portas e janelas. Estava consumada a chacina que marcaria com sangue a história de Goiás. Segundo a autora, “Seu” Abílio Wolney nunca gostou de lembrar os fatos daquele janeiro sangrento. Ele se emocionava. Ainda ouvia a voz de seu pai gritando por socorro no canavial da Fazenda Buracão.

Noletto (2019) continua sua narrativa afirmando que o assassinato das nove pessoas, que tiveram o destino brutalmente selado por sua ligação ou parentesco com Abílio Wolney, o filho bacharel do Coronel Joaquim Aires Cavalcanti Wolney, foi o saldo trágico daqueles dias que se passaram no rústico vilarejo de São José do Duro, atual Dianópolis (TO), a cerca de 340 km da capital Palmas, bem próximo à divisa com a Bahia, região que, na época, estava incorporada ao território de goiano (a criação do Estado de Tocantins se daria em 1988).

O centenário do Barulho do Duro foi lembrado pela comunidade local com eventos cívicos organizados pelos descendentes do coronel Wolney. Com efeito, o episódio marcou a história de Goiás e ficaria eternizado principalmente nas páginas do romance *O Tronco*, publicado há 63 anos (no contexto da reportagem de 2019), considerado, aliás, um dos clássicos da literatura goiana.

O registro histórico afirma que as vítimas ou “mártires” da matança foram: João Rodrigues de Santana e seus filhos Nilo Rodrigues de Santana (18 anos) e Salvador Rodrigues de Santana (22); Nasário do Bonfim (agregado de João Rodrigues); o capitão da Guarda Nacional e um dos homens mais ricos do município, Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa, seu filho João Pinto Póvoa (Joca), com 18 anos, que era noivo de uma das filhas de Abílio, e seu sobrinho Messias Camelo Rocha; o major João Batista Leal (Janjão), cunhado de Abílio Wolney, (era esposo de Anna Custódia Wolney Leal) e seu filho menor, Oscar Leal Joaquim Ayres Cavalcante; e Wolney Filho (Wolneyzinho), irmão de Abílio, moço de 24 anos de idade e estudante do 3º ano de medicina no Rio de Janeiro.

Boa parte da história da chacina é contada sob a ótica de um dos descendentes do clã Wolney. O juiz de Direito e professor universitário Abílio Wolney Aires Neto que, além de livros jurídicos, escreve sobre o acontecimento em *No Tribunal da História* (2009), *O Duro e*

a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra (2006), *O Barulho e os Mártires* (2012), *A Chacina Oficial* (2012), *Memórias de João Rodrigues Leal* (2012) e *Um Homem Além do seu Tempo* (2009).

Abílio Wolney era o avô materno do magistrado e, ao reconstruírem a narrativa de seus antepassados no livro *No Tribunal da História* (2009), Abílio Wolney Aires Neto e seu irmão Zilmar Wolney Aires Filho, assumem como críticos do que eles chamam de “versões inusitadas e impostas ao público”, que ganharam notoriedade, especialmente através do próprio livro de Élis e depois mediante a adaptação de João Batista de Andrade (diretor do filme). Os netos do coronel Abílio apontam no livro o que para eles seriam equívocos em que o ficcionista e o cineasta incorreram. Os autores alegam que Bernardo Élis não recorreu aos registros oficiais para basear sua obra de ficção (baseou-se, porém, em relatos populares) e apontam para um importante material que deveria ter sido consultado, o Relatório ao Ministro da Guerra do militar Álvaro Guilherme Mariante¹¹ enviado ao Ministro da Guerra¹², um relatório cujo propósito foi dar todas as informações e relatar os fatos ocorridos, na visão do major adjunto do Estado-Maior, responsável pela intervenção federal em 1919 feita a pedido da própria oligarquia dos Caiados.

Para um melhor entendimento, o jornal citado explica que a família Wolney dominava politicamente a Vila de São José do Duro e, o filho do coronel, Abílio Wolney, em 1894, com apenas 18 anos, já era escolhido deputado federal, o que demonstrava o quanto a família possuía prestígio e estava integrada ao jogo político. Em 1902, Wolney torna-se tenente-coronel da Guarda Nacional e, tempos depois, assume o lucrativo cargo de administrador das Mesas de Renda, tornando-se conhecido e poderoso no Estado. Em 1912, a família rompe com os Caiados e funda o jornal oposicionista o *Estado de Goyas*, instrumento pelo qual pesadas críticas são feitas ao governo.

Esse fato está descrito em *O Tronco*, no qual o narrador ressalta que Artur Melo instalou-se na capital do Estado com seu jornal de oposição ao governo caiadista. Em represália, “[...] os Caiados, senhores do Governo, davam apoio político aos opositores dos

¹¹ Em 1918 era o major integrado à força federal estacionada em Barreiras (BA), foi enviado numa missão de pacificação a Divinópolis, atual Panamá (GO), que se encontrava sob intervenção federal desde o início do ano devido aos conflitos entre o governo estadual dominado por Antônio Ramos Caiado e o clã local de Abílio Wolney. Mariante recomendou a suspensão da intervenção, ficando o governo de Goiás encarregado de negociar com Wolney uma forma de resolver a questão, fato que não ocorreu. Conferir em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mariante-alvaro-guilherme>. Acesso em: 10 dez. 2020.

¹² Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras. Conferir em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_ministros_do_Ex%C3%A9rcito_do_Brasil. Acesso em: 10 dez. 2020.

Melos, no Norte do Estado, criando as bases para uma firme e poderosa oposição a Artur Melo e seu pai”. (ÉLIS, 2008, p. 8).

É importante destacar, mesmo em linhas gerais, que, segundo Freitas (2011), no final do século XVIII, Manuel Caiado de Souza foi o primeiro da família a chegar a Goiás e pediu à Coroa uma sesmária com o objetivo de cultivar as terras. Instalou-se na mata da Paciência, Vila Boa, atual cidade de Goiás, no município de Faina. O primeiro político foi Totó Caiado, o mais importante líder político da família em meados da Primeira República (1889 a 1930), período marcado pela força das oligarquias. Totó Caiado foi deputado federal três vezes e duas vezes senador da República e mandou na política goiana de 1912 a 1930 através do partido dos democratas. O Caiado mais famoso na atualidade é Ronaldo Caiado, atual governador do estado. Ronaldo é primo de Leonino, sobrinho de Emival e neto de Totó Caiado. Outro político citado como inimigo declarado dos oligarcas do Duro foi João Alves, o então presidente do Estado de Goiás no período de 24 de abril de 1919 a 17 de julho de 1921.

Freitas (2011) acrescenta que intervenção do Estado no episódio do inventário foi vista como uma oportunidade do Partido Democrata, que controlava o Estado, agir legalmente contra a família Wolney. O juiz Celso Calmon foi nomeado para presidir a comissão, tendo sob sua autoridade 68 soldados para a empreitada.

Segundo Aires Neto (2006), ao chegar a Vila, o juiz procurou aproximar-se dos Wolney, que já haviam deixado o povoado e se refugiado na fazenda Buracão, a duas léguas dali, com enorme contingente de jagunços armados até os dentes. O juiz Celso Calmon, velha raposa, fingindo demonstrar paz, foi desarmado à fazenda e lá convenceu o velho coronel a devolver-lhe o processo e a dispensar a cabroeira, em troca de sua impronúncia pelo crime que cometera, segundo o coronel, em legítima defesa.

Quando soube da fazenda inteiramente desguarnecida, o juiz mandou invadi-la com a força policial, e os soldados assassinaram e saquearam o lendário coronel, levando sua família presa para a Vila do Duro, no dia de Natal em 1918. Foi um caso assombroso, beirando ao inconcebível, pois o velho e respeitado coronel Wolney, com justa razão, reinava como espécie de lenda viva.

O filho, Abílio Wolney, que conseguira furar o cerco e viajou para a Bahia, onde recrutou mais de duzentos jagunços para tomarem a Vila e aniquilarem a força policial (àquela altura, o juiz já tinha ido embora, com a missão cumprida, deixando, apenas a soldadesca).

O relato de Abílio Wolney é que o ato de retirar os assassinados do tronco e enterrá-los foi uma tarefa difícil para o avô.

Abílio, aterrado e apavorado, foi ajudado e pegou um a um com as próprias mãos para em seguida enrolar cada qual numa rede, afligido com aquela percepção traumática, tendo os pensamentos numa girândola de sensações confusas. O choque nefasto dilacerava os sobreviventes que na madrugada tatearam nas trevas até chegarem ali sob a luz da candeia. O ato arbitrário e contraproducente se agigantava, mergulhando-os em sombras e mágoas dilacerantes. (AIRES NETO, 2006, p. 21)

Apesar do isolamento de Goiás na época (a chegada da estrada de ferro que voltaria a colocar o estado no mapa em 1913 era relativamente recente). A chacina do Duro ganhou repercussão nacional e sofreu reflexos imediatos. O caso foi relatado pela imprensa nacional e gerou respostas do Governo Federal que providenciou uma intervenção, a pedido dos Caiado, fato nunca antes ocorrido.

2.2. Entre o Atraso e a Modernidade em Goiás

O Tronco, que incorpora elementos da tradição de interpretação do Brasil, contribui como uma narrativa que possibilita ser entendida como essencial. O livro está inserido nessa concepção de contextualização do texto literário na História, como uma espécie de precursor do Modernismo em Goiás, já que lhes são prementes as preocupações sociais e políticas que agitavam o Brasil e cuja atenção fundamental foi o interesse pelos problemas econômicos e a denúncia da exploração da população humilde e das desigualdades sociais.

O romance de Élis pode ser entendido como uma espécie herdeiro dessa tradição e representante da chamada “geração de 30”. Esse movimento literário proporcionou a unificação do que antes era disperso: não havia o conhecimento do que se passava no interior do país. A literatura ainda se centrava muito na representação das metrópoles e as relações sociais por lá desenvolvidas. A importância do Regionalismo se torna vital, visto que revelava as realidades regionais, em seus descabros, na manutenção de estruturas arcaicas, ainda coloniais, fazendo com que os leitores pudessem conhecer e redescobrir, em certo sentido, o Brasil. Fato é que essa literatura tem de ser entendida no interior de um movimento mais amplo de compreensão das estruturas que compõem a formação da sociedade.

Bolle (2004) afirma que a denominação de gênero “retrato do Brasil”, que se aplica aos ensaios de história e ciências sociais, é proveniente do livro homônimo publicado em 1928 por Paulo Prado. Os chamados “retratos do Brasil”, escritos no século XX, iniciam-se com o livro *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e vão até os estudos de Darcy Ribeiro, passando pelos clássicos de Gilberto Freyre (1933), Sergio Buarque de Holanda (1936) e Caio

Prado Junior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), seguido por vários ensaios de formação de autores como Raymundo Faoro (1958), Celso Furtado (1958), Antonio Candido (1959) e Darcy Ribeiro (1995), respectivamente sobre política, economia, cultura literária e a etnologia do país.

A Literatura Regionalista de 30 foi importante para contribuir (até incentivar) aquilo que se denominou “retratos do Brasil”, tendo em vista a contemporaneidade das obras com os ensaios de formação dos retratos do Brasil. Diante dessa ampliação da visão do Brasil, alguns escritores, movidos pelo desejo de mudanças, começaram a fazer uma literatura de denúncia e produziram obras importantíssimas como: *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, *Fogo Morto* (1937), de José Lins do Rego, *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado, entre outras, que até hoje despertam interesse literário e são lembradas, relembradas e valorizadas em diversos estudos acadêmicos.

Esses autores, influenciados pela visão modernista da arte e pela observação de um Brasil que vivia sob influência de foras da lei e da violência, relataram a vida de personagens que eram construídas pela imaginação ou mesmo como resultado da observação do cotidiano dessas sociedades, propunham ao leitor um despertar de seu torpor político, ao criarem obras engajadas aos problemas sociais, e procuravam comunicar a gravidade daquele tempo. Houve a nítida certeza que havia chegado a hora de expor uma realidade de milhares de pessoas que constantemente estavam face a face com fome, a miséria, a injustiça, com a vida e a morte a todo instante.

No contexto do Regionalismo, o coronelismo e a jagunçagem, como temas recorrentes que são, em certa medida, fenômenos sociais que nos levam entender como a República brasileira funciona desde a sua Proclamação. Assim, para entendermos o contexto político dessas obras, precisamos entender que a base de todas as ações era regida por pactos políticos entre oligarquias e coronéis. Esses pactos eram a garantia da perpetuação das oligarquias por causa das relações de favor: a população sofria através dos meios coercitivos por parte dos jagunços para que votassem em quem o coronel mandasse. Segundo Leal (1975), em *Coronelismo, enxada e voto*, “[...] a rarefação do poder público no país contribuiu para preservar e ascender os coronéis, que exerciam diversas funções do Estado”. (LEAL, 1975, p. 42).

Dentro da visão das obras regionalistas, o fenômeno do coronelismo garantia a perpetuação das oligarquias por causa das relações de favor e dependência com a população,

uma vez que o voto era aberto e encarado como moeda de troca e não como direito adquirido pelo cidadão, sobre isso, Schwarcz e Starling (2018) delimita a importância do coronel nesse processo.

O Coronel era, assim, parte fundamental do sistema oligárquico. Ele hipotecava seu apoio ao governo estadual na forma de votos e em troca, o governo garantia o poder sobre seus dependentes, da polícia à professora primária. E desse modo se desestabilizava a República no início do século com base na troca, empréstimos, favoritismos e, negociações e repressão. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 322)

Visto desse ângulo, o Brasil ainda era uma grande fazenda comandada por coronéis e jagunços, com a aprovação dos governos estaduais. Essa estrutura de poder dos coronéis era fundamental para manutenção do sistema oligárquico, e, nesse contexto, o apoio de governantes aos coronéis locais era garantido mediante a troca de favores, especificamente na obtenção de votos de cabresto, empréstimos financeiros, patrocínio de campanhas, favorecimentos, negociações e repressão violenta a quem se opusesse às ordens e/ou às indicações de candidatos do “senhor” local. Conseqüentemente, o coronel e seus aliados partidários teriam amplos benefícios por parte do Estado, como, por exemplo, as indicações dos funcionários públicos nos cargos do município e o favorecimento na partilha dos recursos financeiros obtidos através dos impostos. Esse pacto político possibilitava, entre as oligarquias, o controle político e social local, bem como, em certa medida, o desenvolvimento das regiões. Leal (1975) ressalta que a falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município e é por insistência e interesse por parte do governo local que ocorriam melhorias no lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada, todas essas melhorias exigiam esforço, empenho pessoal e prestígio político. Com essas ações, em grande parte, o chefe municipal construía ou conservava sua posição de liderança.

Faoro (2001) descreve o papel histórico do coronel, ainda nos tempos do Brasil Império, como uma patente militar da chamada Guarda Nacional.

O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre a pessoa socialmente qualificada em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor da classe da sociedade. (FAORO, 2001, p. 699)

O historiador ressalta que “[...] o posto de coronel recaía sobre a pessoa socialmente qualificada, homens ricos que ostentavam vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas.” (FAORO, 2001, p. 699). Em relação ao coronel, principalmente no que diz respeito às patentes do Exército, era recebida como herança do período imperial na primeira metade do século XIX. Esses homens eram os herdeiros do Império que se apropriavam da função do Estado. Na Primeira República, apesar de a Guarda Nacional não existir mais, eles terão esses títulos herdados dos seus antepassados e continuarão exercendo o poder que deveria ser exercido pelo Estado. Esse poder de mando era executado através da coerção nas regiões que eles dominavam, legitimado e garantido pelo governo federal e pelo governo estadual.

O Estado não tinha poder como monopólio da força, então, o que fazia? Ele terceirizava essa força que ia agir em sua ausência através de um Exército forte. Agora, esses grandes senhores de terra vão tomar para si um papel que era do Estado para poder desdobrar e fortalecer o seu próprio poder.

Esses herdeiros eram a base do Estado brasileiro que se tornaram os grandes senhores de terra e, em grande medida, escravistas, chefes políticos, capazes de sustentar o estilo de vida e sua posição. O coronel, antes de ser um líder político, era um líder econômico e social, rico por excelência que, na sociedade agrária, era espelho que refletia um governo baseado no patrimônio pessoal.

Schwarcz (2019) destaca que as relações de poder se desenvolviam a partir do município e que na ponta desse relacionamento consolidado estava o fenômeno do coronelismo. Coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional, a instituição do Império que ligou os proprietários rurais ao governo. Com a República, porém, a Guarda perdeu sua natureza militar e os coronéis deixaram de participar da corporação, mas conservaram o poder político nos municípios onde viviam, recriando com novas bases os mandonismos locais. O coronelismo passou a significar, então, um complexo sistema de negociação entre esses chefes e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República. O coronel simbolizava um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros. A jagunçagem representava, nesse sentido, tanto uma interação dessa estrutura, porque o jagunço poderia estar do lado do coronel em alguns casos, mas também representava uma forte resistência a esse tipo social e a toda estrutura social estabelecida.

É justamente na atmosfera social promovida pelas oligarquias na Primeira República que se insere o romance *O Tronco* e chama atenção pela clareza com que, em sua narrativa, aborda temas de interesse social e reconstrói uma sociedade em que os fracos e os oprimidos figuram sob o domínio do poder dos chamados coronéis e seus jagunços. Um tema ainda hoje relevante para entendimento da estrutura social do Brasil. No romance citado, objeto de nossa investigação, um misto de ficção e realidade, nota-se expressivamente o tom de uma denúncia contundente, frente a uma desordem social que entrega os humildes à opressão dos que compõem os espaços de mando e poder.

A obra aponta a associação evidente com o que o historiador Sergio Buarque de Holanda descreve em relação à lógica do público e do privado no Brasil no trecho: “Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental sobre os domínios do privado e do público”. (HOLANDA, 2014, p. 175).

O historiador demonstra a confusão entre o conceito de público e o privado como um marco explicativo para a compreensão da vida em sociedade no Brasil. Não bastava pensar na relação de “rapina” que os donos do mando tinham com o que era público: na grilagem das terras indígenas, na obtenção de vantagens pessoais com a política, com as negociatas que mostravam o desrespeito com o que é de todos, a ganância privatista de interesses; mas demonstrar o pensamento brasileiro vigente no contexto patriarcal, o qual também foi visto a partir das definições do que é o “homem cordial”, ou seja, o indivíduo dominado pelo coração e pelas emoções que possuía extrema dificuldade de se desvincular dos laços familiares e de suas vontades particulares em relação ao que é coletivo.

A lhanza do trato, a hospitalidade, a generosidade, são virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras” civilidade. São expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. (HOLANDA, 2014, p. 176)

Esse conceito de cordialidade apresentado pelo autor, em *Raízes do Brasil*, surge da valorização das afinidades e intimidades concebidas nos laços da família patriarcal como uma possibilidade de diminuir as fronteiras hierárquicas e infringir as leis, tendo em vista os interesses particulares, a distribuição de empregos e os benefícios que deles se obtém em detrimento dos objetivos do Estado e a certificação das garantias jurídicas do cidadão.

Esse conceito é exemplificado em *O Tronco* no excerto a seguir:

- Olha meu primo, você está certíssimo. Mas cobre imposto sobre quinhentas reses. Nessas horas, Artur se lembrava que era primo de Vicente.
- Não pode, Artur. Você conhece a lei, você como deputado ajudou a fazer ela. O número de reses é conhecido de todos... Amanhã irão denunciar para a Capital...
- Nada, meu primo, faça vistas grossas. Esse povo não está habituado a pagar nada e por isso você tem que primeiro educar: cobre menos agora, mais de outra vez, até que eles não estranhem. É assim mesmo homem! (ÉLIS, 2008, p. 20)

Essas fronteiras do público e privado frequentemente se embaralhavam no dia-a-dia dos Melo na busca de obter vantagens financeiras ou mesmo ampliar sua influência e prestígio. Diante da insistência de Artur, Vicente aceitou o pedido e cobrou imposto apenas da metade da boiada, provocando uma súbita gratidão por parte do primo que logo ofereceu um aperto de mão conciliatório e a seguinte afirmação: “– É disso que precisamos: compreensão mútua, cooperação. Sem isto esse fim de mundo não melhora, não vai pra frente”. (ÉLIS, 2008, p. 20)

Além do comportamento do coronel Artur, essa visão turva relativamente às supramencionadas fronteiras também será vista mais detalhadamente em *O Tronco* no relato das ações da polícia e do juiz Carvalho no enfrentamento na batalha entre jagunços, em que o narrador realça essa característica em diversos trechos, como: “Aquele Carvalho era um patife” (ÉLIS, 2008, p. 205). Nesse ponto, a personagem Vicente percebia que o interesse do juiz não era propriamente ajudar a população do lugarejo fazendo com que a lei fosse estabelecida, mas sim conseguir uma promoção ou mesmo uma aposentadoria lucrativa.

É vital perceber que a violência dos grupos armados e seus chefes basicamente cooptam as forças do próprio Estado, havendo uma mistura entre o banditismo e o Estado que deveria se pautar pelas leis, mas que se torna bandido, às vezes. Assim, perde-se totalmente a noção de ordem quando se tem essa imagem do “balanceio” entre o certo e o errado e se manifesta um plano mais fundo de um jogo dialético da ordem e da desordem, funcionando como um pêndulo que ora pende para um lado, ora pende para o outro.

Holanda (2014) trata da formação de um estado específico em que tem esse tipo humano que não segue a racionalidade, mas, sim, o coração, com as emoções: ele faz tudo para conseguir “se dar bem” nessa estrutura social com Estado. Então, ele vai fazer o que for preciso para se beneficiar nessa sociedade e ser próximo dos locais de poder do Estado para poder “levar a melhor”; ser o amigo do chefe de uma repartição que usa amizade para furar fila, por exemplo. Um relato tão atual dos tipos e com uma significação tão conhecida em

nossos dias, como o político corrupto, o dono da empresa pronto a corromper quem quer que seja, uma polícia que oscila entre o jogo de interesses e reinventa e continua a violência contra os que são condenados à exclusão, a propina e a vantagem. No plano privado, a vantagem sobre o empregado, o lucro exacerbado, o sujeito que é incapaz de pensar para além de um círculo estreito de valores, em síntese, uma chave importante para entendermos o momento atual do país.

O conceito de cordialidade pode ser associado também ao relato do narrador de Élis no contexto da fraude constatada por Vicente Lemes, personagem central da trama, no inventário de Clemente Chapadense. O ex-deputado Artur Melo instituiu o primo Vicente Lemes para o cargo de coletor estadual com o propósito de ter vantagens na cobrança de impostos sobre as negociações realizadas por eles e pelos seus beneficiados. No episódio, o inventário realizado por Artur o beneficiaria diretamente, tendo em vista que muitos bens não foram arrolados, e, muito provavelmente, seriam usurpados pelo advogado. A omissão e a não cobrança dos impostos devidos sobre esses bens, denotaria uma clara sonegação consentida pelo coletor. Por isso, ele desconfiou que aquela situação consistisse em uma cilada por parte do primo. Artur poderia denunciá-lo, afirmando que o funcionário público não zelava pelos interesses da Fazenda ou mesmo que estaria recebendo propinas. Por outro lado, era inaceitável questionar o herdeiro do coronel.

Essa desconfiança de Vicente era cabível, visto que o primo já o havia denunciado antes no episódio da passagem das reses pela cidade:

Dois meses depois Vicente recebia um ofício brabo da Secretaria da Fazenda de Goiás. O secretário exigia maior severidade na repressão ao contrabando de gado, pois recebera denúncia de que Vicente deixara de cobrar imposto sobre metade da boiada exportada para Barreiras por fulano de tal, no dia tal. Junto do ofício, um bilhete confidencial: o autor da denúncia tinha sido o Deputado Artur Melo. (ÉLIS, 2008, p. 20)

O fato de Lemes ir contra os interesses de Artur, que era considerado um desafeto do caiadismo (grupo oligárquico que estava no poder estadual desde 1912) e era liderado, na realidade pelo coronel Antonio Ramos, conhecido como “Totó Caiado”, foge completamente à tradição do pacto de fidelidade e compadrio existente na tradição patriarcal e passa a denunciar as “falcatruas” praticadas pelos Melo. A denúncia do inventário e a ruptura de Artur, que antes fora aliado e agora era oposição a esse governo, traria consequências, como constata o narrador:

Tinha tanto prestígio que logo depois da revolução estadual de 1909 o nome de Artur Melo foi indicado para Presidente do Estado de Goiás; seus correligionários Eugênio Jardim e Totó Caiado, entretanto, discordaram da indicação e acabaram rompendo com ele. No pleito que seguiu a revolução, Artur Melo conseguiu eleger-se Deputado Federal tanto por Goiás como pela Bahia, mas quem disse de ele tomar posse! No Rio, os Caiados conseguiam depurá-lo, como então se dizia. (ÉLIS, 2008, p. 8)

Essa relação conflituosa entre os ex-correligionários ficará mais tensa no momento da intervenção em que o coronel percebe os reais interesses do governo estadual no envio das tropas o que por certo motivou a intervenção no Duro e o desejo de tirar o clã do poder local. A esse respeito Pedro Melo declara: “– É só tu botar o pé no povoado e o juiz manda te prender ocê, manda prender eu, mete todo mundo no tronco e remete pra Goiás, para as unhas de Totó Caiado!” (ÉLIS, 2008, p. 102)

Os acontecimentos irão corroborar com esse pensamento de Pedro Melo, porém o que de fato ocorreu foi que, mesmo que as ordens eram de prender tanto o coronel Pedro quanto seu filho Artur e os levarem vivos para o juiz interventor, deu-se o assassinato do coronel e a fuga de Artur. No entanto, nove pessoas, entre seus parentes, agregadas e amigos, foram realmente aprisionadas no tronco, torturadas e mortas pelos policiais enquanto esperavam a rendição de Artur e toda a jagunçada, o que não ocorreu.

Em contraste com a realidade vivida no meio rural, Schwarcz e Starling (2018) relatam que, no período de 1880 até os anos de 1930, a sociedade brasileira dinamizou-se profusamente. A nova condição social representava o resultado imediato do crescimento geral da população aliado à política agressiva de incentivo à imigração estrangeira. As autoras acrescentam que na década de 1910 se observou um acelerado processo de substituição das importações e a crise da agricultura levou a que cidades e indústrias ganhassem forte importância no cenário nacional.

Segundo Araújo (2009), o crescimento da população era de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil ou mais habitantes subiu para 3,7% e a das cidades com mais de 100 mil, a 3,1%. Por outro lado, se nos primeiros 10 anos da República a população rural decresceu 2,2%, na área urbana ela aumentou 6%. A urbanização era uma realidade e alterava rapidamente a face do país. Apesar desse fato, a realidade nacional continuava altamente agrícola.

Schwarcz e Starling (2018) destacam que a população concentrou-se nas grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e anos depois em Belo Horizonte. Esses três centros controlavam recursos, apesar do objetivo inicial da política imigrantista era chamar a

população estrangeira para o trabalho na lavoura, todavia, esse contingente deslocou-se para as cidades, atraído pelas oportunidades de trabalho. Em relação ao principal eixo econômico, era preciso embelezar as principais cidades para que bem representassem suas funções; cuidar dos edifícios públicos; afastar a pobreza para os novos subúrbios; implementar o transporte coletivo e construir instituições representativas. Foi com esse intuito “civilizatório” que o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) montou uma equipe técnica para fazer do Rio de Janeiro uma vitrine para os interesses estrangeiros – começava o período da Regeneração. As autoras destacam ainda que

A comissão responsável pelas obras recebeu poderes ilimitados e estabeleceu um plano com três grandes metas: a modernização do porto [...] o saneamento da cidade [...] e a reforma urbana, que caberia ao engenheiro Pereira Passos, o qual conhecia de perto o projeto para Paris [...]. Marco paralelo e complementar foi a expulsão da população pobre que habitava a região central e a destruição das “cabeças de porco”. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 327)

Em relação a São Paulo, as autoras explicam que a cidade tornou-se palco privilegiado para transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. Impelida pela prosperidade da lavoura cafeeira, a cidade torna-se mais bonita e elegante e é transformada na metrópole do café em detrimento da população pobre que teve que se deslocar para os subúrbios. Na mesma época, ocorreu a criação do Instituto Butantã, a inauguração da iluminação elétrica e dos transportes públicos especialmente a estrada de ferro, com aumento de largos e jardins públicos. Essas alterações influenciaram a população que manifestou claras mudanças de hábitos sociais, como frequentar bailes e teatros.

Já em Belo Horizonte, como atestam Schwarcz e Starling (2018), os republicanos mineiros construíram a nova capital de Minas Gerais com o intuito de unificar política e culturalmente um estado de economia decadente e marcado pela divisão de poder entre grupos oligárquicos regionais que disputavam o controle político na antiga capital, Ouro Preto. O projeto de Belo Horizonte foi imposto de modo autoritário, repressivo e violento, visto que destruiu totalmente o povoado do Curral del Rey e a expulsão da população pobre do local para a zona suburbana. A nova capital foi planejada, organizada e executada pela equipe mais moderna e republicana das elites mineiras, embalada pelo sonho do progresso, construindo largas avenidas para maior fluência do tráfego, prédios imponentes, muitas praças, a separação do lado dos serviços comuns, como estação ferroviária, hospital e comércio e do outro, teatro, escolas, a municipalidade.

Nesses três exemplos se delineiam um projeto político republicano e moderno, alternativo ao Império, porém, não tardaria a revelar-se a outra face da modernidade, visto que, posta à margem, a população expulsa dos centros elegantes das cidades e deixadas de lado da “civilização” nos sertões ou nos subúrbios, começariam a figurar as manchetes dos jornais dando sinais de revolta, não só no interior, mas também nas grandes cidades. Como se pode notar, o meio rural e cidade mostravam mais identificações que rupturas. O melhor exemplo talvez esteja na relação entre os excluídos do campo e a realidade das favelas que se desenvolviam nos arredores das cidades.

A Primeira República, com a chegada da década de 1920 ia se esgotando em seu contexto ambivalente, visto que, de um lado, ficaria na lembrança o momento do *boom* da urbanização, da industrialização e da entrada dos imigrantes, e, de outro lado, como um período de repressão e de todo tipo de falcatruas políticas.

Em Goiás, um estado periférico, o atraso permanecia institucionalizado pelo interesse de governantes que lucravam com esse atraso. Campos (2003) esclarece essa diferença em relação aos estados centrais e levanta as seguintes hipóteses para esse atraso:

[...] a situação de periferia será caracterizada, dada a dificuldade de uma conceituação mais precisa, por referentes empíricos que, enumerados, darão uma certa medida da marginalização a que foi relegado o Estado de Goiás no contexto da política brasileira. (CAMPOS, 2003, p. 26)

Ainda segundo o autor, as informações de que se dispõe mostram que os setores da indústria e serviços eram inexpressivos, para não dizer inexistentes, e que os goianos se ocupavam fundamentalmente da lavoura e da pecuária, especialmente depois da decadência da mineração. O comércio, na perspectiva de toda economia, era uma atividade bem pouco expressiva, uma vez que as cidades eram pouco habitadas; contudo, o comerciante parece ter funcionado como elemento de ligação entre o meio rural e o meio urbano e desses com outros setores de fora do Estado. Por isso, os comerciantes tiveram importância política. No entanto, a pecuária dominou a economia goiana durante a Primeira República e a agricultura, inicialmente de subsistência, era seu suplemento. Com o passar do tempo e com a chegada da ferrovia ao Estado, o arroz começa a se destacar no sul e sudoeste do Estado em detrimento de estar longe dos mercados consumidores e ser altamente carente de estradas de rodagem, que, quando havia, eram precárias.

Campos (2003) esclarece que, no norte e nordeste goianos, a possibilidade de comunicação era mínima. Na verdade, nem telégrafos existiam, visto que as investigações

procedidas em São José do Duro em 1919, os telegramas da comissão investigadora, destinados à capital, eram transmitidos da cidade de Barreiras, na Bahia, conforme podemos observar no seguinte trecho: “– Diga ao Tenente Mendes de Assis que me mande um soldado de inteira confiança, um homem esperto, inteligente. É para levar este telegrama a Barreiras.” (ÉLIS, 2008, p. 75). O narrador reafirma essa impossibilidade nas comunicações na seguinte passagem: “Vicente lavrou o auto de contrabando, testemunhou-o, enviou para Goiás. Levaria dois meses para chegar lá, dois para ser informado, mais dois para retornar ao Duro”. (ÉLIS, 2008, p. 21)

Campos (2003) ainda ressalta que os mais expressivos chefes políticos goianos foram responsáveis não só pelo atraso do Estado, mas também pelo não prolongamento da ferrovia. Essa diretriz pode ser considerada uma estratégia política, visto que esse isolamento contribuiu em grande medida para o atraso do Estado, e a inexistência de meios de comunicação se correlacionou com a precária situação das atividades econômicas.

A indústria e os serviços eram inexpressivos ou mesmo inexistentes, as cidades eram pouco habitadas e a agricultura de subsistência e a pecuária dominou a economia goiana durante a Primeira República. Com o passar dos anos e com a chegada da ferrovia, um produto agrícola, o arroz, começa a se destacar, mesmo assim somente no sul e no sudoeste do Estado.

O fato é que, segundo Campos (2003), seja por falta de recursos, seja por desinteresse, o certo é que o Estado não dispunha dos meios necessários ao escoamento da produção agrícola. A via férrea somente nos meados dos anos 20 atingiu uma parcela do sul do Estado. As estradas de rodagens e as pontes foram sempre construídas e exploradas por particulares e, ao que tudo indica, esse descaso era expressão da política dos criadores de gado, os fazendeiros que controlaram a economia e a administração pública estadual no período: “A estrada antiga nem merecia esse nome. Mal dava passagem para cargueiros de mantimentos”. (ÉLIS, 2008, p. 40)

Bernardo Élis, enfatizando o que Campos (2003) afirma, declara, em seu depoimento denominado “A Vida e as Sobras”, que, a respeito de Goiás, nos anos iniciais do século XX, era perceptível um especial atraso, rudeza, primitivismo, ignorância, doença e isolamento geográfico e social em que viviam as populações goianas, ignoradas pela comunidade brasileira e mundial e alienadas da civilização contemporânea. Em meados do século XX, o Estado desconhecia bancos e entidades creditícias, a energia era de origem animal, não se conheciam instituições de assistência de qualquer natureza; a agricultura era baseada na

enxada, a Igreja Católica tinha o poder absoluto, cuja doutrina baseada nas superstições mais grosseiras, deformava e deturpava pensamentos e ideias. O autor resumia a compreensão que tinha da estrutura social de Goiás pela aproximação com o contexto vivido na Idade Média, como uma espécie de metáfora do arcaico e do atraso. “Goiás vivia ainda em plena Idade Média, e o que os unia ao restante do Brasil era a língua portuguesa e o sistema fiscal de cobrança de impostos”. (ÉLIS, 1997, p. 55). Outra dura realidade destacada pelo romancista era que

O povo de Goiás estava atrelado ao fenômeno dos coronéis, que eram imensos latifundiários, não restando nada ao trabalhador rural. A produção de Goiás estava toda voltada para a pecuária, com um rebanho degenerado e criado à solta, como bichos ferozes. A agricultura era praticada pelas populações mais atrasadas e miseráveis objetivava alimentares os vaqueiros, criadores, comerciantes e os escassos funcionários públicos da emperrada máquina judiciários, legislativos e executivos. Os meios de transporte de qualquer natureza eram muito escassos e a exportação era mínima (ÉLIS, 1997, p. 56).

Partindo desses pressupostos, entende-se que o interior do Brasil, especialmente o sertão goiano, era um lugar isolado e considerado uma região inóspita e vazia, onde a “civilização” e a justiça passavam longe. Nesse contexto, Bernardo Élis reelabora, através das lentes da sua narrativa e na construção de suas personagens, uma dimensão histórico-cultural em que o drama do jagunço retratado em *O Tronco* é muito semelhante a de muitos brasileiros, país afora, sepultados nos escombros da impunidade, emudecidos, amedrontados e subservientes. Élis revela Goiás ao Brasil e ao exterior, com clareza, simplicidade e verdade, sobretudo retratando vidas, que, apesar do tempo decorrido, não foram apagadas.

Não obstante, a realidade de *O Tronco* e, em certa medida, o amadurecimento literário de Bernardo Élis, segundo Vieira Neto (2010), deu-se paralelamente às funções exercidas em cargos burocráticos (municipal e estatal) de Goiás e fluiu durante o governo de Getúlio Vargas e a subsequente instauração da ditadura denominada Estado Novo (1937-1945), além de indicar que essa carreira literária, em seu primeiro momento, esteve ligada ao político goiano, o médico Pedro Ludovico¹³ (1891-1979), correligionário da Revolução de 1930, que apoiou em seu estado o movimento revolucionário de 1930. Pedro Ludovico foi designado para o governo provisório de Goiás como interventor permanecendo no poder até 1945.

¹³ Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) foi jornalista, proprietário rural e médico, além de ser governador de Goiás (1930-1945) e senador (1946-1951), governador (1951-1954) e Senador (1955-1969), segundo a fonte Secretaria-Geral da Mesa, Coordenação de Arquivo e Coordenação de Biblioteca. Conferir em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2193>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Vieira Neto (2010) atesta que Pedro Ludovico foi o protótipo do político populista, característica do governo varguista, atento à modernização conservadora proposta por Vargas, para acabar com o atraso econômico e social no qual se encontrava o Brasil. No início do seu governo, Vargas teve em Ludovico um realizador e estimulador dessa política progressista em Goiás.

Uma das principais ações deste governo foi a construção da nova capital de Goiás, Goiânia¹⁴, iniciada em 20 de dezembro de 1932, substituindo a antiga capital, Vila Boa de Goiás, uma cidade barroca e setecentista que simbolizava o atraso no qual o Estado estava absorto, associada ao passado colonial, imperial e oligárquico, algo que a política de Pedro Ludovico visava exterminar de vez do território goiano em nome da edificação de uma nova sociedade alicerçada no progresso.

As mudanças, de certa forma impostas por Pedro Ludovico, provocaram resultados ambíguos dentro das metas idealizadas por Getúlio Vargas, sobretudo em relação à Marcha para o Oeste, ou seja, a interiorização do progresso industrial tecnológico e sociocultural, já realizados nas regiões litorâneas e sudeste:

Ao longo da vida, Bernardo Élis presenciou transformações sócio-espaciais em Goiás resultantes de políticas como a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, que contribuiu com a construção da nova capital de Goiás, Goiânia, nos anos 1930, e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941; foi contemporâneo da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília e das políticas de modernização do campo. Essas mudanças implicaram na organização dos espaços rural e urbano, na expansão de redes de energia, rodovias e crescimento de cidades. Todavia, a população pobre do campo foi mantida desamparada de políticas como a reforma agrária. (GONÇALVES, 2020, [s.p.])

Vieira Neto (2010) comprova também que, em um feito histórico, Pedro Ludovico, em 1940, levou, em visita oficial, o presidente Getúlio Vargas para conhecer o local onde seria futura capital, o que simbolizou o apoio e aval do governo federal à política desenvolvimentista do governo local, quebrando a longa desatenção ao Estado de Goiás.

Ainda na esteira da modernização, o autor declara que, na esfera da cultura, o representante do governo estadual estava atento às mudanças na Literatura, Artes Plásticas e

¹⁴ Em 20 de dezembro de 1932, Pedro Ludovico enviou uma comissão para escolher o local onde seria construída a nova capital. Uma região às margens dos córregos Botafogo no município de Campinas fora escolhida e em agosto de 1935, foi criado o município de Goiânia e, em 1937 foi oficialmente transferida a capital do Estado da cidade de Goiás para Goiânia. Conferir em: <https://www.casacivil.go.gov.br/sobrecatid=157>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Dramaturgia, e, assim, funda em 1939 a Academia Goiana de Letras, a Revista Oeste e o Teatro Goiânia (ambos em 1942).

Infelizmente, as inovações culturais, sociais e políticas da chamada “Era Ludovico” atingiram uma pequena parcela da população, visto que a grande maioria era analfabeta. Outro fator que desarticulou alguns planos do governo foi, especialmente no setor econômico, o fato de que o Brasil estava em estado beligerante na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e, por esse motivo, não possuía recursos suficientes para arcar com as despesas do progresso proposto por Getúlio Vargas.

Essa busca por uma legitimidade da ditadura do Estado Novo dependia de que imagem do líder Getúlio Vargas fosse associada à representação da nação. Um dos pontos de apoio do regime, o Ministério da Educação e Saúde foi decisivo para sinalizar a importância que o Estado Novo atribuía à cultura como ferramenta de composição desse modelo de governo que representava às aspirações da nação. O mineiro Gustavo Capanema foi o ministro dessa cadeira, realizando diversos empreendimentos que promoviam os modernistas e as vanguardas. Segundo Schwarcz e Starling (2018), a cultura passou a ser entendida como assunto de Estado. Consequentemente, a ditadura fez uso desse fato para se aproximar de escritores, jornalistas e artistas, formando um uma larga roda de convívio entre intelectuais e artistas com o núcleo decisório do governo. Ainda que alguns, com suas obras, antagonizassem a ordem estabelecida, uma expressiva parcela dos intelectuais brasileiros de centro, da direita e da esquerda, na visão política, aceitou demandas que lhes faziam o Estado Novo. Nomes como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Rosário Fusco, Menotti Del Picchia, Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Nelson Werneck Sodré e Graciliano Ramos fizeram parte desse grupo e tinham o objetivo de fornecer o traço do que seria o esforço de construção de uma nacionalidade triunfante, sustentada pela crença na autenticidade da cultura popular e a heterogeneidade de elementos culturais originários de várias regiões do Brasil.

Avançando no tempo, encontramos o presidente Juscelino Kubitschek¹⁵ que tomou posse com uma alavanca estratégica, o Plano de Metas¹⁶. Graças a esse plano, segundo

¹⁵ Juscelino Kubitschek Presidente da República do Brasil entre 31 de janeiro de 1956 e 31 de janeiro de 1961.

¹⁶ De acordo com Silva [s.d.], o Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. Esse percentual demonstra por si só que os outros dois setores incluídos no plano, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros. A construção de Brasília não integrava nenhum dos cinco setores.

Schwarcz e Starling (2018), Juscelino dava concretude ao *slogan* da campanha eleitoral, ou seja, a promessa de que sob seu comando o Brasil cresceria “cinquenta anos em cinco anos”. Entre muitos, um dos objetivos desse Plano de Metas era a expansão da malha rodoviária, no qual foram pavimentados 6 mil quilômetros de novas rodovias, num país que até então tinha apenas 4 mil quilômetros, e viabilizou uma rede de integração territorial capaz de garantir a circulação de mercadorias entre as áreas rurais e os principais centros industrializados, além de criar novos mercados.

Voltando a Goiás, ainda de acordo com Schwarcz e Starling (2018), a proposta de transferir a capital do Brasil para o interior estava prevista desde o século XIX, estava prevista na Constituição de 1934 e permanecia na de 1946. Contudo, até Juscelino, ninguém se dispôs a levar a sério esse projeto porque, além de ser dispendiosa, essa transferência da capital não era prioridade ou uma reivindicação da sociedade. Além disso, apesar de todas as oposições, Juscelino materializou Brasília em uma região semiárida, onde havia apenas mato ralo, terra barrenta, poeira vermelha e miado de onça. O presidente entregou o projeto arquitetônico a Oscar Niemeyer, o planejamento urbanístico a Lúcio Costa e gerou as condições capazes de viabilizar a obra em tempo recorde. Sem entraves jurídicos já planejados antecipadamente como possíveis formas de causarem atraso, foi aprovada uma lei especial no Congresso para possibilitar essa rapidez. À medida que o ritmo se acelerava, a cidade monumental ficava pronta e a mudança tornava-se real.

Assim, ainda que a questão agrária ficasse apenas na retórica, o latifúndio ainda mantinha-se como símbolo do subdesenvolvimento, a posse de terra continuava sendo fonte de poder e sustentava bases regionais no Congresso. No entanto, Brasília, a cidade que surgiu em um piscar de olhos, com seus eixos que se cruzam em ângulo reto, com uma beleza estranha e que não se assemelhava em nada já visto pelos brasileiros, em alguma medida, fez a ponte entre o velho e o novo Brasil.

3. JAGUNÇAGEM, PARENTELA E COMPADRIO EM ÉLIS

“Duro acabou, Duro acabou – soluçavam as rolinhas.”¹⁷

A discussão em torno do tema da jagunçagem em obras literárias envolve questões complexas e conceitos como romance histórico, literatura regionalista e coronelismo, entre outros, que, elaborados a partir de perspectivas de áreas como Literatura, Sociologia, Política, História e Geografia, apontam para uma melhor interpretação da formação da estrutura social do Brasil.

Em *O Tronco*, obra em que não apenas mostra o sertão goiano como um espaço geográfico, mas também como um dado cultural com seus espaços físicos e históricos, com costumes, lendas e imaginários coletivos, testemunha ainda as relações de poder dos coronéis e demarcam uma tentativa de moralização por parte das autoridades públicas locais, representadas pelas personagens de Vicente Lemes e do Juiz Valério, mas com contornos específicos da exploração de jagunços, criminosos e policiais, com ênfase no que pode ser considerada a intersecção entre esses tipos, que continuamente estavam a serviço de quem se mantinha no topo da hierarquia de poder da região.

Alguns deles são movidos pela ganância, outros são movidos pela extrema miséria, o medo e o descaso vividos por esses homens e constituem-se como um espelho de um sertão que, muitas vezes, é capaz de revelar outras realidades como o cotidiano das pessoas em outros lugares, sejam estes mesmos lugares as grandes cidades ou pequenos lugarejos na imensidão que é o Brasil. De toda forma, grande parte de nós vive em um sertão, com suas alegrias e lutos.

Vicentini (2007) assevera que só com a percepção da manifestação de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, de todas estas facetas ao mesmo tempo, se é capaz de engendrar uma história no sentido narrativo do termo, isto é, uma totalidade de um mundo representado. A autora afirma ainda que a literatura regionalista mantém um elemento chave de resolução que é seu caráter performativo de apresentação de uma identidade grupal, pretendendo-se, assim, ser o mais documental possível, visto que se preocupa com as questões de verossimilhança do mundo que representa, e a falta de verossimilhança pode levar ao não reconhecimento de uma identidade do mundo focalizado e, também, a destituição do caráter regionalista do texto.

¹⁷ (ÉLIS, 2008, p. 58)

No entanto, contrapondo ao pensamento da autora, Bernardo Élis atribui um caráter de ficcionalidade à sua obra na 8ª edição de 1988:

Os fatos centrais narrados aconteceram realmente em Goiás. Os personagens, entretanto, tendo tudo em comum com o tipo social que representam, são fictícios. Eu não quis retratar ninguém, nem copiei de nenhum modelo vivo ou já falecido. Qualquer semelhança com pessoa viva ou morta é mera coincidência. (ÉLIS, 1988, p. xvii)

Para narrar esse tipo social, Élis volta-se para o humano, aguçando a sensibilidade de quem lê, e mostra, sem nenhum pudor, aspectos que poderiam ser atenuados. Nesse sentido, Faria (1987), em seu artigo “Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis”, destaca que, em relação à obra de Élis, Athayde (1944) via a violência relatada como um aspecto negativo, devido ao excesso de brutalidade nas descrições feitas pelo autor, sobretudo nos contos de *Ermos e Gerais* (1944).

Ainda sobre o aspecto do “exagero” nas narrativas de violência, Costa (1999), citado por Faria (1987), critica o gosto exagerado de Élis pelo patético, forçando a nota trágica, com o objetivo de impressionar o leitor.

Em vista disso, em uma posição contrária, Becherucci (1966), também referenciada por Faria (1987), ressalta que, em relação a *Veranico de Janeiro* (1966), a violência e a brutalidade não se moldavam à obra de Bernardo Élis como um artifício para impressionar o leitor, mas sim como uma sinceridade exasperada e simples, sóbria e crua, sem nenhuma procura de efeitos. Por outro lado, pode-se perceber que o detalhamento das circunstâncias que envolviam a violência causa no leitor um sentimento de pavor e atribui ao autor certa peculiaridade, mas que, no entanto, é a realidade vivida por parte dos que eram envolvidos em contextos de embates entre jagunços.

Esses atributos conferem ao autor a destreza necessária para o relato verossímil do quadro que ele cria a respeito da desumanidade do coronel, do jagunço e da polícia, através das ações de extrema violência, o que é uma realidade chocante, e leva a vítima à condição de um “animal” sem nenhum direito, um brinquedo nas mãos de quem se valia da barbárie para demonstrar o poder que possuía.

No intuito de reproduzir essa realidade das estruturas de poder, pode-se afirmar que o livro não reavivou a Batalha do Duro, mas, na verdade, a fez conhecida do grande público. Além disso, mesmo distante dos fatos por mais de quatro décadas em relação ao ocorrido, o autor procura preencher as lacunas do tempo evocando um referencial que constitui uma representação do real. A fim de se alcançar esse objetivo, Élis utiliza da linguagem da região,

a fauna, a flora, os comportamentos, as roupas, os climas, os aspectos psicológicos, os problemas regionais, as crenças, o universo ideológico o espaço geográfico denominado “sertão” e seus atributos naturais como uma rede de elementos narrativos, totalmente imbricados em uma conjuntura, antes externa à obra, mas agora interna, visto que são componentes que o escritor se utiliza para comunicar-se com o leitor e conduzir sua narrativa tensa e acelerada, ora se valendo do lugar, dos animais, do clima, do narrador e das personagens.

Para tanto, o narrador destaca, por exemplo, o aspecto do clima, tão peculiar à região, e explora o elemento “chuva” como um recurso para expressar um estado das coisas em que tudo ficaria mais complicado do que em outro período do ano. No seguinte trecho, o narrador informa que se aproximava a estação das chuvas, a chamada “época das águas” em Goiás: “[...] ainda não chovera, mas as águas não tardariam”. (ÉLIS, 2008, p. 69). O fato de o embate acontecer naquela época não significava apenas um detalhe ou um indicador de tempo, mas um indicativo que se aproximava uma situação complicada, uma vez que “as águas”, apesar de trazerem solução para a seca, abundância de alimentos e pastagens para o gado, era um fator complicador que impediria o trânsito de animais e pessoas, causaria atrasos e desmoronamentos devido à cheia dos rios, entre outros transtornos.

Outro momento em que a presença da chuva indicaria problemas seria quando chegou ao povoado a notícia de que estava por chegar uma comitiva enviada pelo governo. Essa informação foi recebida com apreensão, já que se entendia que algo ruim estava por vir. Percebe-se essa tensão no trecho: “Antes, porém que a Comissão chegasse ao Duro aportaram ali notícias do que era ela. Era como o vento que precede a chuva braba”. (ÉLIS, 2008, p. 14). O grande problema da comissão era que, todos sabiam da disputa de poder entre coronéis. Um lado deles representado por Pedro Melo, o outro, pelos representantes do governo. Não se tratava de uma possível solução para as queixas constantes da população, mas sim uma guerra entre coronéis que estava para começar com aquela intervenção.

Essa preocupação com o problema que se configurava no horizonte de São José do Duro, metaforicamente representada pela chuva que se aproximava, pode também ser percebida como uma expectativa não só dos soldados e da população do Duro, mas também dos animais e até das crianças agitadas pela percepção da adversidade. “[...] Vento de chuva soprava a fogueira. No escuro, os curiangos gritavam mais desesperadamente, abafando o choro das crianças dos soldados”. (ÉLIS, 2008, p. 71).

A chuva também dificultaria toda ação que pudesse minimizar o impacto da ofensiva dos jagunços contra a localidade. Esse estorvo fica evidente na seguinte passagem: “Um cavaleiro para ir de Duro a Goiás e voltar, não gastaria menos de quatro meses, prazo que seria dilatado pelas chuvas que estavam entrando”. (ÉLIS, 2008, p. 73). Nesse fragmento, pensava-se na possibilidade de pedir reforços ao governo, visto que a notícia de que uma multidão de jagunços estaria se juntando para invadir o lugarejo, entretanto, as chuvas seriam empecilho para a chegada desses reforços.

A “insistência” da chuva demorada era também associada à espera e a ansiedade de não saber quando os jagunços iriam atacar, só restava esperar o momento da ofensiva:

[...] a chuva chiava, uma chuva igual e sem pressa [...] mas o diabo é que a Grota era uma fortaleza cheia de homens armados e municados. Se tentasse atacar a Grota, a polícia seria derrotada, sua missão fracassaria. (ÉLIS, 2008, p. 82)

Já em pleno embate entre as tropas e os jagunços, a chuva permanecia abundante, uma metáfora da impetuosidade do ataque que estava por recomeçar: “[...] naquela noite, os jagunços ainda não haviam atacado, mas o fariam. A chuva caía”. (ÉLIS, 2008, p. 239). Essa associação de ideias permanece durante todo romance, bem como em momentos de trégua em que a chuva “se afinava” e até na fuga de Vicente e dos soldados que debandaram se referindo a uma chuva insistente que dificultava a retirada.

O poder da natureza continua sendo exaltado e, agora, a noite torna-se dinâmica. Uma materialização que lhe atribui vida e poderes. A noite escura e fria, anunciada pelo narrador, sugeriria o sentimento de desesperança que as “trevas” do coronelismo produziam e amedrontavam a tudo e a todos, menos em Vigilato que ousava sair sozinho pela noite sombria, mesmo sabendo da possibilidade de ser assassinado pelo tio, como de fato ocorreu.

Além da chuva e da noite escura, outro componente natural local que denotaria essa expectativa do ataque dos jagunços era a presença e o comportamento das chamadas aves de mau agouro, como no fragmento:

[...] as almas-de-gato piavam e piavam de novo, voando o vô mole daqui prali. Ah, estavam mexendo no cemitério, já se sabia! Os bichos ficavam assanhados e vinham para a Vila dar o alarma, protestar contra a invasão de seus domínios. Já boquinha da noite e os bichos ali na rua voando seu vô molengo e piando aqueles pios de mau agouro. (ÉLIS, 2008, p. 132)

O medo do desconhecido que povoava a imaginação daquelas pessoas que eram influenciadas pela superstição sertaneja, era aguçado pelo canto de uma ave que piasse em

cima de um telhado e poderia ser um prenuncio de choro e morte ou mesmo de grande azar. O emprego desses elementos da tradição reflete uma linguagem que explora palavras em sua força expressiva, bem como sua simplicidade habitual.

Todos esses componentes, entre tantos, compunham o que constituía a paisagem de São José do Duro e embora a narrativa comece com os aspectos naturais da região, deixa-se transparecer a importância do espaço geográfico denominado “sertão” em sua obra. Esse ambiente tão presente nas obras regionalistas tem sido semanticamente entendido como “[...] extensão de terra que se contrapõe ao litoral, povoado de fazendas e cidadezinhas interioranas, matas, rios, e envolve a distância, terras despovoadas, para lá do mundo civilizado das capitais”. (VICENTINI, 2007, p. 5). Comumente, o sertão é visto como um espaço de terras a serem conquistadas, a partir de uma perspectiva do bandeirantismo, de locais de lutas de poderes internos do Estado e do regime coronelista, de questões de estamento e de exploração, da prática da camaradagem para obtenção de favores, mas também do que é exótico, pitoresco, um mundo desatualizado, desintelectualizado, do que pode ser considerado estranho e de estereótipos.

Vicentini (2007) assevera que esse conceito ainda se estende para o fato de que o espaço denominado “sertão” pode ser entendido também como “os sertões circunstanciais”, que são

[...] pequenos, rendilhados, no campo, na cidade interiorana, na cidade grande, cruzados e delimitados pelas estradas de rodagem, pelos povoados, pelas pequenas cidades cobertas de antenas. Ou para dizer como G. Rosa em *Grande Sertão: Veredas*: “o sertão, ah, o sertão está em toda parte” [...]. (VICENTINI, 2007, p. 9)

Assim, para a autora, o “sertão” pode ser entendido pela perspectiva concreta e culturalmente como diferentes sertões, assinalando diferentes microrregiões, dentro da visão de uma totalidade, contrapondo ao que se vinculou como sendo especificamente o Nordeste e a região central do Brasil.

Ampliando esse conceito, Filho (2011) expõe que o sertão brasileiro corresponde

[...] a vastíssima zona interiorana, que começou a ser penetrada ainda no século XVI, logo depois da chegada dos colonizadores, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, particularmente na Região Nordeste. Enquanto a produção agrícola e, principalmente a cana-de-açúcar, ficava basicamente restrita à faixa litorânea, a criação de gado se estendia para as remotas paragens do interior do continente. (FILHO, 2011, p. 2)

Para o estudioso, o termo “sertão” pode ser designado como terras situadas no interior dos continentes que podem ou não apresentar aspectos de semiaridez, e, no Brasil, esse conceito também está ligado à questão pecuária, em que as fazendas de gado se concentravam no interior, e, pela perspectiva do litoral, esse espaço era considerado distante e um lugar de atraso. Por outro lado, a produção de cana-de-açúcar cultivada no litoral era fonte de lucros e um fator de desenvolvimento.

Filho (2011) acrescenta que, no período das grandes navegações, nos séculos XIII e XIV, o termo tanto servia para designar uma “área” indefinida, um território qualquer localizado longe do litoral em um interior ainda não povoado (colonizado).

No entanto, essa conotação de local com características climáticas específicas foi a que se consolidou com o lançamento de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902, que teve como enfoque a paisagem do semiárido do Nordeste brasileiro. Houve, assim, uma associação do termo “sertão” com a paisagem relatada.

O autor conclui que a palavra “sertão”, por possuir um sentido variado e se referir a lugares diferentes no território brasileiro, deve sempre ser especificada para saber a qual “sertão” se está se referindo.

Teles (2009), em seu artigo intitulado *O Lu(g)ar do Sertão*, destaca que, o termo “sertão” foi referido pela primeira vez no Brasil na carta de Pero Vaz de Caminha, em 1500, e destaca que “[...] no sentido popular segundo o qual o sertão é outro lugar, é o lugar do outro; fala-se dele, mas ele está longe da enunciação”. (TELES, 2009, p. 72)

O autor acrescenta que a obscuridade etimológica que envolve o termo “sertão” constitui um dos elementos que motivou vários outros significados, à medida que o espaço brasileiro foi se ampliando para o oeste. Essa conquista territorial influenciou diretamente no que o autor chama de “esvaziamento” do símbolo colonialista, transformando-o em um signo linguístico, a partir de um processo de ressignificação do que antes era considerado distante, na perspectiva do litoral, e passou a se reconhecer como parte desse contexto, uma nova realidade que expandiu o imaginário de alguns escritores como quem se entende como parte do mundo chamado sertão. Diversos autores, a partir de então, reformulando a própria língua, agora em uma fala que se vê parte desse lugar distante, altera o sentido estratificado de lugar afastado para o lugar denominado “dentro”, passando aos termos “Destes sertões”, como na épica de Claudio Manoel da Costa, como quem fala de dentro, agora utilizando os termos “dele”, “nele”, um lugar “privilegiado” de quem conhece de perto, de quem vive e conhece o sertão:

Nas obras poéticas de Claudio Manoel da Costa, logo no “Prólogo ao Leitor”, encontramos “os sertões da Capitania de Minas Gerais”. O poeta está dedicando o seu livro e fala com certo orgulho num “Engenho” poético que está escrevendo “desde os sertões” e se sente prazer em contrapor a sua produção poética à da Metrópole. Claudio vira a mão única que até então caracterizava o significado do sertão: agora a perspectiva é também do interior para o litoral, e não há só um, mas vários sertões, pois o poeta só se refere a ele no plural – “ásperos sertões”, “centro dos sertões”, “Destes Sertões”, “estes sertões escuros”, “o giro dos sertões”. O sujeito lírico de Cláudio olha o sertão de perto, como o comprova os demonstrativos deste, na maioria dos exemplos. (TELES, 2009, p. 85)

Esse novo lugar de fala se contrapõe ao da Metrópole que via o sertão como um lugar fora de sua vivência: “[...] a concepção metropolitana que pôs a palavra em circulação no século XVI, que se amparava num demonstrativo, num advérbio ou num dêitico [esse, ali, lá acolá, mais além] para caracterizá-lo”. (TELES, 2009, p. 73).

Teles (2009), em seu estudo atesta ainda que o termo “sertão” encontra-se em toda literatura dos cronistas e viajantes que visitavam o Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII, época das entradas e bandeiras das minas de ouro, da caça aos índios, durante a fundação de vilas e povoados no interior do país, e na literatura dos séculos XIX e XX.

Os primeiros viajantes deixaram observações apenas sobre o litoral, onde viveram. Daí é que “contemplavam” o interior – o sertão –, falando dos índios que vinham do “mato” ou do sertão, palavras que se identificam na época. Depois, seguindo o exemplo dos bandeirantes, arriscaram-se para além da Serra do Mar; e já no século XIX configuravam todo o Brasil nos seus relatórios e relatos, como Saint Hilaire, Pohl e Ferdinand Denis, por exemplo. Na obra desses viajantes existe um rico repositório de mitos, lendas, casos e uma série de músicas e canções: de amor, de guerra, de rituais (fúnebres, encantatórios) que ficaram sempre à margem da cultura brasileira. Os historiadores da cultura o ignoraram; os antropólogos tinham outras “preocupações”; e os sociólogos, “atarefados” com as classes sociais na perspectiva comunista, não lhe deram nenhuma importância e às vezes nem mesmo sabiam dele. (TELES, 2009, p. 73)

Esses viajantes atribuíam ao país as características de atraso e incivilização, mas o viam como um “paraíso perdido”, um lugar incerto, e desconhecido que guardava tesouros e riquezas escondidas. Essas características, que são atribuídas ao sertão a partir do ponto de vista dos entes modernizadores, são também uma imagem relativa ao Brasil de um modo geral, do ponto de vista estrangeiro (bem como uma parte de elites brasileiras), uma questão que toca as relações centro e periferia, importante inclusive para pensar a ideia de sertão.

Na Literatura, essa realidade de ver o sertão como periferia atrasada é representada em obras que o escritor citadino,

Influenciado pela visão do colonizador, comporta-se como se o olhar do civilizado devesse estar no litoral, além do qual só existem as terras do interior e, portanto, do desconhecido, concepção que vai chegar a Machado de Assis de certa forma, a muitos habitantes do Rio de Janeiro na atualidade. (TELES, 2009, p. 75)

Esse ponto de vista dos colonizadores destacado por Teles (2009) fica mais bem evidenciado por França (2012) que, em sua pesquisa, procurou extrair informações que o permitissem esboçar que lugar social ocupavam as “imagens do Brasil” e do seu povo, que circulavam na Europa nos livros dos registros de viajantes europeus, a que ele atribui a importância de um documento.

Tenho, de fato, uma crença cega no documento, não uma crença em que todo documento diga, quando analisado com método, a verdade, ou parte da verdade, ou um ângulo da verdade sobre um suposto real, mas uma crença em que os documentos mostram como determinados grupos humanos construíram a realidade para si próprios, como definiram socialmente o que era e o que não era verdadeiro dizer sobre coisas, lugares, povos, etc. (FRANÇA, 2012, p. 12)

Vemos que essas imagens construídas pelos povos colonizadores das terras brasileiras ainda reverberam na forma de se compreender o que é chamado “sertão”. Nessa perspectiva, França (2012), sob o ponto de vista da possibilidade da exploração das riquezas das terras a serem colonizadas.

[...] a colônia é um país de extremos. De um lado, alinha-se uma natureza exuberante e permanentemente verde, um clima quente mas menos exigente que o europeu, uma enorme fartura de água e, sobretudo, uma terra extremamente fértil e rica. (FRANÇA, 2012, p. 283)

O autor ressalta que, na maioria dos registros sobre as terras colonizadas, é nítido apreço às riquezas a serem exploradas. No entanto, quanto ao povo da terra, França (2012) esclarece que, na visão do europeu, os colonos possuíam características que impediam o progresso da colônia.

Do outro lado, porém, alinha-se a grande mácula deste Brasil construído pelos visitantes estrangeiros, o colono. O raciocínio é simples: a terra, em se plantando, tudo dá, no entanto, a qualidade do colono é tal que ela não rende nem a pálida sombra do que renderia – e progrediria – se estivesse nas mãos de um povo ordeiro e trabalhador. As razões para um aproveitamento tão medíocres de tamanho tesouro, já o vimos e são várias. Aos olhos dos visitantes europeus, os colonos eram preguiçosos, ignorantes carolas e libidinosos. Isso quanto aos brancos, ou melhor, quanto àqueles que se passavam por brancos [...]. (FRANÇA, 2012, p. 284)

Esse esboço do Brasil, sob o ponto de vista dos europeus do século XVI, XVII e XVIII, ocupou um papel central na construção intelectual, filosófica do novo continente que as viagens marítimas integraram ao velho mundo, especialmente o Brasil, de quem essas imagens circularam pela Europa por muitos séculos – e que talvez ainda vigorem em vários lugares. O autor ainda evidencia que poucos registros foram feitos em Língua Portuguesa, tanto na metrópole como na colônia, quando chegou a ser impresso, mal circulou dentro das fronteiras de Portugal.

A visão de que o Brasil é um lugar longínquo, com grande potencial a ser explorado e com uma população de homens preguiçosos e ignorantes, também pode ser associada ao que ainda hoje se compreende a realidade do sertão, um lugar a ser explorado por suas inúmeras riquezas naturais, mas ocupado por um povo que não sabe explorá-lo devidamente, sendo necessário “alguém inteligente que saiba e goste” de trabalhar, inclusive que utilize a mão de obra “inculta” para servir aos interesses de uma elite que os vê como “algo” a ser explorado, um discurso que é ainda hoje propagado e se configurou como uma espécie de mito de larga aceitação entre o público elitista que desfrutava desse *status quo*, um discurso não verdadeiro, passível de dúvidas, críticas e contestações.

Bernardo Élis, que lança muito de si no conteúdo de sua obra, tinha uma grande preocupação com a apreensão dos sentidos de seu trabalho e atribuía grande valor ao mundo em que vivia, o sertão goiano. Ele possuía uma perspectiva de quem estava dentro de suas fronteiras, condição que lhe favorecia para a liberdade da criação. Por isso, sua literatura era notadamente, por vezes, objetiva e enxuta, embora não se constituísse um mero relatório e, sim, buscasse preservar a ficcionalidade. Nesse caminho, Almeida (1985) observa que a eficácia da linguagem bernardiana, advinda da solidariedade entre o narrador e suas personagens, se combina no modo narrativo do autor e sua pretensão de humanizar estas personagens reificadas e humilhadas no mundo dos coronéis.

Apesar da objetividade, são abundantes as marcas das impressões sensoriais captadas pelo narrador e estas são traduzidas tal qual se apresentam, materializando pensamentos e sentimentos tão abstratos, e por vezes contidos pelo medo ou mesmo pela rudeza de uma vida “seca”, mas também dinamizando emoções do que pode ser facilmente pressentido em reações ou a ausência delas.

Esteticamente, aqui, as sensações são traduzidas sem exame consciente, dispensando-se a análise. Traz, sempre, materialização do abstrato, dinamizando emoções, das coisas estáticas. Retém simplesmente a impressão, tal qual ela é materialmente pressentida. (ALMEIDA, 1985, p. 13)

Nesse sentido, a onisciência do narrador se erige como um dos traços mais importantes em *O Tronco*, visto que o narrador capta a alma e o pensamento das personagens, como se observa nos seguintes trechos: “O velho coronel Pedro Melo olhava sobranceiro... tudo saía de suas mãos” (ÉLIS, 2008, p. 36-37); “Sacrifício besta. Eles morrendo ali, enquanto na capital e no Rio de Janeiro os políticos estavam gozando a vida”. (ÉLIS, 2008, p. 233); “Claudio recebeu os papéis com o mesmo sorriso nos lábios, mas por dentro, remoía-se de raiva”. (ÉLIS, 2008, p. 14).

O narrador, através do discurso indireto livre, constantemente racionaliza e atribui inteligibilidade ao que não foi confessado e, através de uma sondagem interior da personagem, expõe o que não foi claramente expresso na descrição das emoções, na sequência dos fatos e acontecimentos e demarca sua presença, mesmo que oculta, através das personagens. Percebemos esse aspecto na passagem a seguir: “No rosto do mulato o mais neutro dos sorrisos, numa discrição de velho alcoviteiro”. (ÉLIS, 2008, p. 23). Essa descrição clara, porém, em alguns momentos, subjetiva, põe o leitor diante de uma materialização do abstrato em expressões que exprimem ideias e sentimentos, como: “[...] tudo caía na mais negra escuridão e no chumbo do silêncio”. (ÉLIS, 2008, p. 12). A figura do breu e do chumbo alcança o subconsciente do leitor que “vê”, avalia, sofre, sente a miséria humana, retratada, com tanta realidade nas páginas da narrativa. O silêncio que era de chumbo (pesado como um chumbo) remete a sensação de peso extremo, e o breu que remete a ideia de grande profundidade.

Carvalho (2013) depreende que, no Tocantins (antes norte de Goiás), havia dois tipos de memória: a memória religiosa da tradição da festa, do riso, da dança, dedicada aos santos padroeiros das cidades, ou dos santos do dia, como demonstração da fé, e a promoção de grandes eventos sociais inerentes a todas as regiões, uma vez que o estado recebe ainda na atualidade esse contingente; e havia a memória das ruínas, pouco registradas, talvez porque a memória coletiva que povoa a imaginação dos descendentes e/ou sobreviventes desses eventos das várias rotas do mapa de Tocantins ainda não fora sistematizada pela história, mas traduz dores e perdas humanas.

Dentre essas memórias, podemos citar, além da chacina do tronco, na Vila do Duro, o massacre dos índios Krahô¹⁸ em Itacajá, a chacina de Pedro Afonso e a Guerrilha do Araguaia¹⁹ nos municípios de Xambioá e Tocantinópolis, este conhecido como região do Bico do Papagaio, localizada na fronteira do Tocantins com os estados do Pará e Maranhão. São eventos ocorridos entre as primeiras décadas do século XX e as décadas de 60 e 70 desse século. Apesar do distanciamento temporal dos eventos desses locais vale registrar que essas histórias são marcadas por momentos de conflitos sociais que povoam o imaginário dos habitantes, especialmente a memória dos mais velhos.

3.1. Histórias das Vilas do Duro e de Pedro Afonso

“ERA o SERTÃO vasto lamaçal.”²⁰

Pensando nessas memórias de ruínas citadas por Carvalho (2013) e também para entendermos melhor o contexto em que os jagunços de *O Tronco* estavam inseridos, é importante compreendermos a origem do arraial de São José do Duro que nasceu com a descoberta das jazidas de ouro e, segundo a autora, ao fazer referência à obra de Osvaldo Rodrigues Póvoa, *Quinta-feira Sangrenta* de 2003, informa que todos os arraiais do interior de Goiás surgiram como consequência da exploração de ouro. O arraial do Duro teria surgido em 1752, com a fundação de uma missão organizada pelos irmãos Gabriel e Manoel Alves, para promover negociações com índios habitantes da região: Gueguês, Xacribás, Assus e Acroás. A missão pretendia aldeá-los. Porém, os índios ofereciam resistência. Isso levou os invasores a pedirem autorização ao governo estadual para exterminar os índios maiores de 10 anos. Nesse clima de repulsa ao índio, o governador D. Marcos Noronha convocou o coronel Wenceslau Gomes da Silva, do Maranhão, para promover a pacificação dos índios. Quanto a esse aspecto, Carvalho (2013) cita Póvoa (2003):

Segundo o costume da época, o termo pacificação deve ser entendido como guerra de extermínio. O Coronel Wenceslau, a quem foram prometidas 3000 oitavas de ouro para a organização de uma bandeira contra os índios entrou em choque com o Governador da capitania ao pretender recomendação ao Rei de Portugal para

¹⁸ Massacre desferido por fazendeiros e policiais em que morreram 26 índios e só não ocorreu um genocídio por causa da ação do prefeito de Pedro Afonso que pediu intervenção federal e cuja ação resultou na prisão dos assassinos e a criação de uma reserva indígena.

¹⁹ Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro existente na região amazônica brasileira, ao longo do rio Araguaia, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970.

²⁰ (ÉLIS, 2008, p. 259).

obtenção das seguintes vantagens [...]. (PÓVOA, 2003 apud CARVALHO, 2013, p. 34)

Depois da campanha, e vencidos os índios, coube aos jesuítas agrupá-los em aldeias, dentre as quais surgem Aldeamento de Ouro, ou d'Ouro, ou Duro, e Formiga, nas vizinhanças do arraial das Missões. Duro era a simplificação de d'Ouro, uma vez que a região era rica em ouro. Em 1854, o arraial já era distrito; no entanto, os índios novamente se rebelaram e mataram um dos missionários, assim como os jesuítas que também se rebelaram contra o coronel Wenceslau Gomes da Silva por causa dos grandes roubos ocorridos por ele nas aldeias do Duro e de Formiga.

Carvalho (2013), citando Póvoa (2003), afirma que o arraial de São José do Duro não sofreu alterações dignas de notas durante noventa anos, exceto pela visita de alguns forasteiros e de alguns religiosos que administravam sacramentos (missas, batizados, casamentos, etc.), até 1884, ano em que se tornou vila.

Em 1918, tem início a pejeja por questões de herança entre o coronel Wolney e a justiça, e que culminou, em 1919, com a morte de sua família no tronco do mais importante casarão da cidade. Esse evento foi chamado por Rodrigues Póvoa de “Quinta-feira Sangrenta” e posteriormente de “Os Barulhos do Duro”. Esse embate, também narrado por Bernardo Élis, foi protagonizado por jagunços, em grande parte, vindos das fronteiras da Bahia. Em tempos passados, esses mesmos jagunços baianos foram personagens de outra chacina em Pedro Afonso, em 1914.

A cidade de Pedro Afonso, ao centro sul de Tocantins, tornou-se o maior empório comercial da época no alto sertão. No entanto, o progresso econômico não impediu que a cidade fosse afetada por vários crimes que demonstravam a rivalidade entre os chefes políticos locais, representados pelo coronel Honório Nogueira e o comerciante Cristino Moreira. Um assassinato de quatro homens de confiança de coronel Honório, pelo jagunço José Aroeira, homem de Cristino Moreira, desencadeou uma série de crimes em emboscadas que afugentou parte da população.

Mais tarde, a cidade de Pedro Afonso foi novamente abalada por uma segunda onda de crimes em que a cidade foi ocupada por jagunços e cangaceiros, vindos da Bahia, do Maranhão e do Piauí, chefiados por Abílio Araújo (Abílio Batata), cujas ações são narradas no romance de Élis. Após três dias dessa ocupação, Pedro Afonso foi transformada em um

monte de ruínas²¹ fumegantes. Esses crimes e histórias do cangaceirismo continuam vivas na memória de algumas pessoas de Pedro Afonso. Carvalho (2013) cita o depoimento de Antonio José Soares, morador da cidade:

Aquilo foi resquício de Abílio e Cipriano; morreu muita gente. O Cipriano era daqui do outro lado do rio e Abílio da Bahia. O desenvolvimento foi porque Abílio vinha do Pará, passou pela fazenda de Cipriano e mataram a mulher do rapaz, segundo nossos antepassados falavam. Eles levavam mercadoria nas tropas de burro e voltavam carregados de borracha e seringa da Bahia. [...] era tempo de homens perigosos. [...] no primeiro paredão assassinaram centenas de homens. Atiravam e jogavam na água. No pé de fruta pão, eles prendiam os prisioneiros e sangravam até a morte. (CARVALHO, 2013, p. 68)

Hoje, Pedro Afonso é uma cidade próspera, mas ainda conserva a memória das ruínas que constituem cicatrizes do passado violento. Essas realidades históricas tiveram sua representação em obras de autores como Moura Lima, em *Serra dos Pilões: Jagunços e Tropeiros* (1995), que coloca Tocantins (antigo Goiás) no mapa da Literatura Brasileira e de ter contribuído para a divulgação do Jalapão, com sua riqueza e exuberância ambiental, de belos cenários de cachoeiras e seu solo areento, um sertão agreste de águas cristalinas. Soma-se a esse autor Eli Brasiliense, em *Uma Sombra no Fundo do Rio* (1977), considerada a obra-prima do referido autor.

3.2. Uma polícia jagunça

Todo esse cenário das cidades destruídas por fora da lei descreve a permissividade de poderes oligárquicos que corroboram a instituição de um trânsito contínuo nas fronteiras incertas ou indeterminadas entre o que seria considerado ético e não ético, legal e ilegal, lícito e ilícito. Essa espécie de mistura em que ora se está de um lado distinto, ora está em outro, pelas mais diferentes situações, é um elemento de grande destaque quando a narrativa trata dos policiais que foram destacados pelo governo para a intervenção de São José do Duro. Eles se enquadram nesse contexto de, em grande parte de suas existências, viverem como jagunços, prestando serviços próprios da jagunçagem com todas as suas implicações, e em outro momento entram para a polícia. Dentre esses jagunços, podemos destacar a personagem

²¹ Carvalho (2013) faz referência ao Fascículo II do projeto “Conhecer para preservar”, 2ª etapa, cuja organização e coordenação é de responsabilidade do Patrimônio Histórico de Tocantins.

Baianinho, entre outras que são mantidas anônimas, apesar de serem citadas, mas também homens como Tonhá e Guia-de-Cego que, sendo policiais, tinham sido ladrões.

O romance em questão evidencia a inexistência desse embate entre opositores e ilustra essa aproximação tão estreita entre jagunços e soldados em que ambos são considerados vítimas, uma vez que inimigos de trincheira se equivalem e cabe aos coronéis (autoridades governamentais inclusive) exercerem a função de algozes. Os primeiros, por extorquirem as populações e posteriormente usando-as como tropas: sejam soldados, sejam jagunços. E os segundos, por permitirem, através da política dos governadores, que os primeiros permanecessem no poder.

Essa negligência em relação aos habitantes do interior de Goiás fica explícita, em muitas passagens do texto, dentre elas podemos ver no seguinte trecho:

Mandei chama-lo para que me adiante o dinheiro da viagem. [...]
– Tem os selos para o recibo?
– Não.
– Não havia estampilhas federais no povoado. (ÉLIS, 2008, p. 138-139)

As estampilhas serviriam como recibo de pagamento oficial. Assim, Vicente teria um documento comprobatório por pagar o salário do juiz Carvalho, e, por não possuir esses selos, Carvalho faria uma simples declaração de recebimento. Algo fácil de ser burlado, caso o funcionário desejasse se apropriar do dinheiro público, indicando descontrole e desorganização da Fazenda Estadual.

A ênfase desse aspecto ambivalente, que pode ser entendida como um destaque proposital em *O Tronco* possibilita-nos relacionar esse aspecto ao pensamento de Arrigucci (1994), em seu artigo “O Mundo Misturado”, em que o autor realça o fato de que, em *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo, o jagunço que realiza um percurso que atravessa toda sua existência e passa a ser um grande proprietário, a despeito do modelo canônico do jagunço que é de quem apenas obedece a ordens e, constantemente vive em uma realidade em que os lados opostos são facilmente “transitáveis”, dizia ter dificuldades em reconhecer os limiares e protesta o fato de que, na vida, não há fronteiras definidas entre determinadas circunstâncias e outras e também que as posições se alternam como um passeio entre situações por vezes opostas, indicando um mundo misturado em que ora se está em uma conjuntura, ora se está em outra.

Arrigucci (1994) deixa explícito que, na questão da ligação de personagens centrais com a figura do demônio, que, por vezes, representam alguém impiedoso, sanguinário e sem

escrúpulos, como Pedro Melo em *O Tronco*, em *Grande Sertão: Veredas*, o pacto que Riobaldo realiza, ou pensa realizar, está associado à inteligência, sagacidade e coragem, e atribui ao jagunço condições de enfrentar os inimigos do bando e lhe proporciona, ao mesmo tempo, a certeza de vencê-los. Portanto, o jagunço lança mão do que seria visto como mal, por outra perspectiva, para realizar um bem maior e fazer a justiça que ele entendia que deveria ser feita.

A esse respeito, o autor também esclarece que a narrativa de Rosa apresenta inversões de posições, misturas e reversibilidades em vários pontos, como o fato do jagunço Riobaldo, embora sentir desconfiança de Hermógenes alia-se a ele e passa a obedecer àquele que, depois, tornar-se-á seu pior inimigo. A paz pretendida, contraditoriamente, viria pela guerra. Toda essa homogeneidade significava a mudança necessária de Riobaldo para transformar-se em Urutu-Branco, um grande líder e assim acessar a alta política da jagunçagem; a figura de Deus que simbolizava a proteção e a virtude da alma, acionada várias vezes por Riobaldo, também poderia estar ligada a certa fragilidade, condição impossível diante da necessidade de demonstração de poder.

Esses limites instáveis de um universo de paradoxos também são ressaltados na história dos jagunços que também se deparam com essas variações que envolvem interesses e posições que antes eram divergentes. Esse aspecto não é uma realidade não só dos jagunços e policiais, mas também é percebida pelos coronéis que ora eram aliados apoiadores do governo, ora eram inimigos perseguidos e perseguidores. Por isso, a ênfase que Bernardo Élis dá a esse aspecto de flutuação pode ser vista na narrativa, tanto nas alianças dos coronéis como na vida dos jagunços e nas ações da comissão enviada ao Duro.

Essa realidade de “mistura” perpassa as memórias e o dia-a-dia das autoridades enviadas pelo governo de Goiás, com a missão de instaurar a ordem e a justiça pretendidas pelos funcionários públicos de São José do Duro. A chegada dessa delegação (composta pelo juiz Carvalho, soldados e oficiais) criou um impasse em que os coronéis recolheram seus jagunços na fazenda da Grota e a polícia se estabeleceu no povoado, tomando casas e fazendo trincheiras. Ambos os lados, em clima de guerra, buscavam informações através de seus “espões” para fortalecerem possíveis pontos fracos de seus exércitos.

Para exemplificar mais detalhadamente essa mescla, destacamos as ações de algumas personagens que retratam esse atributo, como, por exemplo, o juiz Carvalho, que, conhecendo bem o poder dos acordos em que ambos os lados seriam atendidos, o histórico violento da região pelos ataques dos jagunços e, deduzindo que o coronel Artur teria muitos aliados

vindos de outros estados, temeu que a comissão pudesse sofrer um massacre, por isso, resolveu propor um acordo, uma manobra ousada, mas que poderia resolver três grandes questões que preocupavam o magistrado. A primeira delas, e considerada a mais imediata, era que, com a alegação de buscar o inventário de Clemente Chapadense, roubado no cartório e que estava sob o poder de Artur Melo na Grota, poderia ter a exata dimensão da força de ataque dos Melo. O segundo problema a ser resolvido era que, depois de cinco meses estando naquele lugar ermo e sem nenhum conforto, poderia voltar para a vida que tinha em sua casa e família. O terceiro, o acordo evitaria muitas mortes em um combate que, de antemão, já era sabido que seria desleal, visto que a polícia despreparada para o confronto, contava com o total de um terço dos homens de Abílio Batata e estava mal aparelhada com armas velhas e munições estragadas.

Nessa proposta, os Melo deveriam dispersar os jagunços e, em troca, o juiz impronunciaria Artur e o pai, que deveriam comparecer em juízo e apresentarem suas defesas. Para esse fim, o juiz saiu de madrugada do povoado rumo à Grota com apenas três homens. Uma missão considerada por ele perigosa e ousada, mas que, caso desse certo, seria um “golpe de mestre”. Sim, um golpe, porque o juiz iria representar e mentir para garantir o acordo, pois “Tinha que representar seu papel muito bem, sob pena de melhorar de vida, de fugir do pântano sufocante do sertão”. (ÉLIS, 2008, p. 84)

Após cinco meses entre a viagem e a permanência da comissão no Duro, o juiz Carvalho pensava apenas em uma forma de terminar sua missão, de forma que ele mesmo fosse o maior beneficiado, mesmo que os coronéis continuassem impunes em mais um de seus crimes. Carvalho não poderia admitir o fracasso de sua missão e pensava: “Estava ficando velho, precisava tirar o pé da miséria. Não podia perder a confiança de João Alves de Castro”. (ÉLIS, 2008, p. 93)

As verdadeiras pretensões do juiz foram mais uma vez destacadas: “[...] assim cumpriria a missão, conquistaria a confiança de Totó Caiado, talvez fosse eleito deputado federal, iria rever o Rio, os parentes do Espírito Santo”. (ÉLIS, 2008, p. 109) Artur, por sua vez, também fingiu ceder e aceitou o acordo proposto. Já Pedro queria o confronto direto, porquanto tinha certeza de que detinha poder suficiente para exterminar toda a comissão. Mas Artur não tinha intenção de cumprir com o prometido:

Sim senhor, eu prometi dispersar os rapazes, mas não vou cumprir isso não, explicou Artur. – Sou lá besta para mandar meus rapazes embora! É baixo! Vou mandar eles para o Açude. Ali o juiz vai pensar que eles foram dispersados. (ÉLIS, 2008, p. 101)

Essa estratégia agradou a Pedro Melo e a seus homens. Afinal, Artur demonstrou o que aprendeu não só com a convivência com o pai, mas especialmente nos anos que viveu na capital, no meio político, entre negociatas e acordos que ora pendiam para um lado, ora para outro.

O patriarca do clã dos Melo, experiente na prática da manipulação, é descrito pelo narrador, no momento da conversa entre os coronéis e os representantes da comissão, na Grota, especificamente em que se destaca que este colocou a mão no ombro do escrivão, em uma tentativa de demonstrar aproximação, amizade e sugerir um possível apadrinhamento, pede para que o funcionário público os ajudasse no processo e recebe a resposta que o coronel deveria confiar nas leis, nas instituições e no governo. O narrador aponta a reação de Pedro, descrevendo seus pensamentos:

Quem ria era o velho Coronel Pedro Melo. Ria da hipocrisia do escrivão. Ou seria ingenuidade dele? Confiar em autoridades, ele que sempre as manipulou a seu gosto! Ele que sempre usou do poder e da autoridade para oprimir, para extorquir dinheiro e bens, para esmagar consciências, para empedernir no jaguncismo homens simples [...]. (ÉLIS, 2008, p. 92)

Outro componente da comissão que nos parece ser importante destacar, por também apresentar esse misto de interesses, é o alferes Enéias, que conhecia muito bem a violência de Abílio Batata e Roberto Dorado, visto que era morador de Pedro Afonso e de lá teve de fugir para não ser assassinado na chacina que esses grupos cometeram naquela cidade. Ele jurou vingança contra esses homens, e, no intento de realizá-la, entrou para a polícia. Passa então a pertencer à classe daqueles que podem usar a violência, para legitimar seu desejo de vingança. A narrativa afirma que Enéias perdeu toda sua família e também todos os seus bens, tornou-se inimigo “jurado” dos Melo e pretendia matar Pedro e Artur na primeira oportunidade que tivesse. A intervenção foi vista pelo militar como uma oportunidade de realizar seus planos, nem que para isso tivesse que sacrificar a ética e descumprir ordens.

Enéias fez parte do grupo que foi prender os coronéis e, caso houvesse qualquer tentativa de fuga ou mesmo de resistência que justificasse um ataque, assim seria feito: “Enéias não estava ali para cumprir mero dever militar, nem para roubar, como o soldado Tonhá. Enéias estava ali para derrotar os Melo, para destruí-los [...] para vingar as mortes e os prejuízos que Batata, com o apoio dos Melo causara [...]”. (ÉLIS, 2008, p. 125). O grupo que estava sendo comandado por Enéias recebeu ordens claras de procurar os dois coronéis diligentemente, e, em caso de tentativa de fuga ou resistência, eles não deveriam ser poupados: “[...] é só ver, mete bala... o resto é comigo”. (ÉLIS, 2008, p. 125). Essa expressão

“o resto é comigo” seria a certeza de que, se ele tivesse que responder a algum processo pela morte dos dois, o máximo que iria acontecer era ficar algum tempo na prisão e depois seria solto, provavelmente até seria recompensado por matar os adversários políticos dos Caiados.

Enéias era visto pelos outros como um não-militar fardado que estava ali apenas para realizar sua vingança e era aquele que obteve rapidamente sua nomeação para o cargo de alferes, passando à frente de outros mais antigos e que tinham direito à promoção. Ele era o alvo de Batata e foi dele a ordem para matar os nove presos no tronco, ao saber que a cidade estava sendo invadida por Artur e os outros.

As notícias de que a gripe espanhola devastava a capital e, dentre as vítimas, muitos eram conhecidos, amigos e familiares dos policiais, trouxe inquietação e tristeza para o grupamento. Esse panorama despertou ainda mais o desejo de que aquela situação em São José do Duro se resolvesse, porquanto eles estavam, há muito tempo, aguardando uma decisão de um dos lados. Neste sentido, o soldado Mané Vitô, conversando com o companheiro Tonhá, expõe o desejo de matar o coronel: “-Tou ficando é cansado. Tomara que esse juiz chama a gente logo que eu quero é amarelar o pé desse tal Coronel Pedro Melo”. (ÉLIS, 2008, p. 78)

Em outro momento, o narrador explicita as reais intenções de Tonhá ao entrar para a polícia. Ele esperou por seis meses pela oportunidade de estar em um combate como aquele, visto que era um momento em que, a exemplo de Boa Vista, muitos soldados e oficiais ficaram ricos roubando defuntos.

Por isso, momento Pedro foi rendido pelos policiais, imediatamente é baleado e morto. Tonhá que foi o primeiro a correr para perto do corpo para ver o que poderia roubar, achou uma faca de prata e um “bolo” de dinheiro. Guia-de-Cego chegou logo depois e roubou um relógio de ouro. Tonhá ficou inconformado, mas nada poderia fazer porque os outros soldados foram se aproximando.

O passado de Tonhá foi marcado pelo assassinato do cunhado e, na esperança de enriquecer, decidiu entrar para a polícia. Pensava na renda que passaria a ter com aquela prática: “Aquilo era apenas o começo”. (ÉLIS, 2008, p. 123). Depois foi visto comprando um cavalo caro, o que despertou a desconfiança nos demais.

Outro soldado que também foi apontado como ladrão foi Salustiano que, segundo o narrador, como coroinha, cometeu vários erros em sua cidade, roubou a arma do vigário da cidade, fugiu e entrou para a polícia de Goiás. Entre as histórias contadas nas rodas de fogueira a respeito do passado dos soldados, um deles, sendo porta-voz de muitos, admite:

“Ser jagunço é que é bom – afirmava um soldado fazendo elogio ao cangaço. – Soldado não pode saquear, num pode fazer sebaça. Jagunço é que é bão. Num ataque cuma esse, são muitos que enriquecem”. (ÉLIS, 2008, p. 188).

Mais um soldado que a narrativa destaca seus motivos para entrar para a polícia é Baianinho, que foi cooptado pelo coronel que mandava em sua região, o coronel Batista, através de fantásticas dívidas inventadas pelo coronel (o que deixa claro que Baianinho era analfabeto). Depois de ser iniciado na vida de jagunço, ele foi colocado na força policial através da influência de Batista, a fim de que todo o soldo que ganhasse fosse revertido como pagamento ao latifundiário, em um tempo e região em que o dinheiro era escasso:

Bem diferente era o motivo que trazia Baianinho àquela expedição [...]. Baianinho ali estava como cativo. Era camarada do coronel. Baianinho comprava rapadura, o coronel assentava duas em sua conta; no mercado a rapadura custava quinhentos réis, nos assentamentos; no mercado a rapadura custava quinhentos réis, nos assentamentos do coronel cada rapadura custava o dobro. Com cinco anos, Baianinho devia tanto que não pagaria ainda que trabalhasse o restante da vida. Aí o coronel trançou os pauzinhos e meteu o devedor na polícia. Doravante, todo mês o coronel recebia na boca do cofre preciosíssimo para a região escassa de moeda. (ÉLIS, 2008, p. 63)

No caso do soldado Baianinho, diante da necessidade de pagar uma dívida, partiu em uma missão junto às tropas enviadas a São José do Duro, mas sonhava com o momento em que não deveria mais nada ao antigo patrão e, finalmente, pudesse viver ao lado da família. Ele representava o sonho de liberdade de alguns daqueles jagunços. O texto ressalta: “Ele era do norte de Goiás, mas dizia que era baiano mode se dar o respeito. E, segundo diziam, já pertencera a um bando de jagunço na Bahia”. (ÉLIS, 2008. p. 58)

A partir da transição do serviço da jagunçagem para as hostes da polícia em uma espécie de flutuação que ora os jagunços trabalhavam para os coronéis, ora alistavam-se como soldados do Estado de Goiás, Ribeiro (2010) assinala que, dessa forma, Bernardo Élis promove em seu discurso romanesco uma aproximação entre as duas personagens, o jagunço e o soldado, marcando a dualidade quanto às forças policiais e a jagunçagem, visto que ambas estavam a serviço dos donos de terras, tanto os que estavam no governo quanto os que, na outra eleição, poderiam estar, uma alternância de poder em que o resultado sempre era o descaso com o homem do campo, lavradores e vaqueiros, pessoas simples “ignorantes”, lavradores e vaqueiros, que no momento do conflito iam para as linhas de frente da guerra.

Os soldados, lavradores em sua maioria, trocavam ideias ante a aproximação das chuvas, falavam de roças, contavam casos de vaquejada, relembavam cenas da infância, ou

de tempos passados. Na frente do Ferreirinha, Salustiano e Freitas Machado marchavam. Eram homens simples, ignorantes, do tipo de Baianinho, do tipo de centenas de jagunços, homens que possuíam apenas a força dos braços, a força do coração.

Os jagunços que apodreciam pelas grotas, esses foram enterrados ali mesmo. Na maioria, esses defuntos eram vaqueiros. Na hora do ataque, foram embebedados e tangidos na frente pelos jagunços, que vinham atrás os ameaçando. Para os vaqueiros não existia nem sepultura, com coisa que não fossem gente batizada e que não soubesse rezar um credeuspadre, também os soldados, os urubus comeram. (ÉLIS, 2008, p. 268)

Deste modo, esses homens serviram apenas de sacrifício em favor dos próprios algozes, que os oprimiam e matavam. E, no entanto, este sacrifício de jagunços e soldados, estes últimos vistos como jagunços com mais responsabilidades – que permitiam que os políticos continuassem mantendo a estabilidade política e econômica da região. Esse sacrifício é espécie de reificação do jagunço. Quanto a esse sacrifício de pessoas, o narrador assevera: “Sacrifício besta... que os oprimia e matava”. (ÉLIS, 2008, p. 233).

3.3. Entre o silêncio, a lida e a garrucha

O jagunço em *O Tronco* é a força, o braço direito e armado do coronel, seu mando e poder. No romance, este homem armado a mando dos potentados políticos apresenta-se sem voz e quase anônimo, numa clara sinalização de sua reificação. Obedientes e subalternos aos interesses dos coronéis, de quem são apenas instrumento, os jagunços eram obrigados a se submeter às lutas e pôr em risco a vida, temendo, por um lado, os castigos praticados pelos coronéis que deixavam claro que o meio singular de saída do serviço dos Melo seria a morte.

Na verdade, um diálogo dos vaqueiros Casemiro e Belisário constituiu-se como única fonte de voz jagunça presente em todo romance. Vozes que se negavam, em seus discursos, a se submeterem novamente ao sistema jagunço²² mas se converteram mais uma vez em instrumentos de guerras privadas e, neste caminho, revelam os desmandos cometidos pelos patrões.

Endividado, cativo e desamparado, o vaqueiro era obrigado a silenciar-se e a conformar-se com a sua condição jagunça pelo medo dos coronéis. Dessa maneira, o vaqueiro jagunço Belisário, como não aceitava a situação de dominado em que se encontrava, nega-se a

²² Usamos o termo “sistema jagunço” aqui com base em Bolle (2004), quanto às questões de ordem social que oprimiam e reificavam o trabalhador do sertão que são obrigados à vida de jagunço.

continuar nela, por isso, falava de suas indignações em relação à condição de vida a que estava submetido. Casemiro, no entanto, apesar de concordar com o companheiro de lida refletia nas palavras de Belisário com receio até mesmo de forma em que Belisário se comprometia ao falar da situação. O narrador atesta essa preocupação de Casemiro no seguinte trecho:

Casemiro estava quieto, quase nem pondo sentido no que falava o visitante. Pensava consigo que Belisário era um sujeito desacismado, falando as coisas assim de rasgado, sem medo de castigos dos Melo. Belisário continuava dizendo que tinha entrado para o serviço de Artur, mas que não ficaria mais. Não ficava porque eram uns ladrões: – Vigia só. Este ano morreu era tudo que pertencia! O que era dele, esse a seca respeitou! Ora, essa é muito boa! É por essa e por outras que vaqueiro num apruma, seu Casemiro. Casemiro matutava. Com ele sempre os Melo faziam pela mesma forma e ele não se revoltava, não percebia o furto, achando um procedimento natural. Nas fazendas de Artur, como na de todos os criadores, de cada quatro bezerros nascidos um pertencia ao vaqueiro, mas se um boi espaduava, se morria, se sumia, se era roubado por índios, quem pagava a conta era o endividado. Belisário tinha razão: aquilo era roubo e roubo descarado. (ÉLIS, 2008, p. 42)

Assim, esta atitude ideologicamente marcada era a forma de controle dos coronéis, uma forma de censura a fim de amedrontar o homem simples. Com o controle do fazendeiro, os jagunços transfigurados em forças mantenedoras do mandonismo local impunham o calar aos dominados, uma censura imposta com o objetivo de ocultar os desmandos realizados.

Aos camaradas, o coronel dispensava inúmeros favores como fornecer alimentos, remédios, livrar da prisão, doar terras, “emprestar” dinheiro; além disso, paga-lhes as contas, mas nada é de graça. O que exige em troca não tem as mesmas características materiais, portanto, a dívida contraída é para a vida toda, exige fidelidade e serviços de apoio armado. É uma relação baseada na inocência, na “ignorância” do agregado e na desonestidade e avareza do coronel porque os “homens do coronel” se tornavam parte de suas propriedades.

Nesse diálogo entre jagunços, podemos observar a recusa dos vaqueiros em voltar ao serviço da jagunçagem, desejosos que estavam de apenas cuidar do gado e de exercer seu ofício de vaqueiros, empregados do coronel Melo. Os vaqueiros eram mantidos como em um cativeiro pelas dívidas a que eram obrigados a contrair a fim de manterem sua subsistência, criando, assim, uma nítida relação escravocrata entre patrão e empregados.

– Eu cá num vou. Num vou nessas tropelias do coronel. Estou aqui para cuidar do gado e não para fazer arrelias. Se eu gostasse de cangaço, estava mais os jagunços de Pernambuco [...], não vou obedecer de jeito nenhum o chamado do coronel Artur. Bem que ele mandou no meu retiro, falou pra mim assim que era para comparecer a grota [...]. Levar cavalo e repetição [...]. Esse negócio de rifle, eu logo pensei comigo, é pra proeza, como àquele ataque no Cartório, em quadra de Reis [...],

naquela eu desconhecia, mas não me pegam mais [...]. Jeito nenhum [...]. Casemiro também tinha sido chamado para comparecer à Grota e tinha medo de ir.
– Eu não gosto de briga, compadre. Nem num sei dar tiro nenhum nada [...].
– Pois é, quase gritava Belisário.
– Tu vai é morrer que nem passarinho. Vai não menino. Larga isso pra lá!
– O diabo que a gente deve [...].
– E como lá diz: quem deve é cativo [...] só se pagar.
– Pagar, pagar! Tu tá besta, sô! Se você não fizer feito o Norato, tu num paga nunca mais. Quem entra para o serviço deles, quando sai é para a cidade dos pés juntos. (ÉLIS, 2008, p. 44-46)

Dessa forma, Cassimiro e Belisário encontram-se como escravos em cativeiro dos Melo. Cativos pela impossibilidade de pagar dívidas – estas, cumpre dizê-lo, impagáveis – e oprimidos pelos seus próprios camaradas, eram obrigados a servir aos coronéis até o momento de sua morte ou tentar uma fuga arriscada, pois quem tentasse fugir dos serviços do coronel Pedro seria perseguido pelos jagunços e, se encontrado, amarrado ao tronco e chicoteado impiedosamente como era costume fazer em praça pública, nos pelourinhos ou mesmo no tronco que ficava no sobrado de Pedro Melo. Ao coronel caberia, em sinal de força e de homenagem, as primeiras chicotadas que seriam dadas no fugitivo em uma clara demonstração de poderio, como confirma o narrador:

Pedro Melo trocou umas palavras com o carcereiro, que era gente de sua confiança, e no sufragante já foi destrancando os cadeados. Dali mesmo Folorenço saiu para a lida do velho, num retiro. Passado tempo muito, Folorenço apareceu: – Coronel veja aí quanto devo homem.
O cabra trabalhara como um mouro, mas juntara dinheiro bastante para saldar o débito [...].
– Pois está aqui, coronel, pode riscar a dívida [...].
Debaixo de sua barbaça o coronel riu: – Tá doído, menino. Eu não emprestei dinheiro para camarada não. Dinheiro de camarada é serviço. Pode socar de novo no retiro até pagar tudo [...]. Dia seguinte, quéde o Folorenço? Que procuraram, que procuraram, nada [...].
Se pegassem Folorenço, amarrariam ele à trave do sobrado e meteriam o chicote até o bicho perder os sentidos. A Artur ou ao pai, cabia dar as primeiras chicotadas em sinal de homenagem, para mostrar que ninguém podia rebelar contra suas vontades. (ÉLIS, 2008, p. 47)

Os castigos recebidos pelos jagunços fugidos eram executados pelos próprios companheiros do bando. O mais temido deles era Resto-de-Onça, uma espécie de capanga pessoal de Pedro Melo: “Já a pé, Resto-de-Onça segurava com uma mão a camba do freio da mula, com a outra firmava o estribo e ajudava o velho a apiar-se junto à calçada da frente da fazenda”. (ÉLIS, 2008, p. 43). O narrador conferiu ao homem de confiança do coronel para realizar atos de extrema violência uma mudança de personalidade decorrente do convívio com Pedro e Artur: “[...] ele que sempre usou do poder da autoridade para oprimir, para extorquir

dinheiro e bens, para esmagar consciências, para empedernir no jaguncismo homens simples como Resto-de-Onça ou Mulato”. (ÉLIS, 2008, p. 91).

A narrativa exemplifica diversas ações violentas de quem antes foi considerado um homem simples, mas depois, através do convívio com os latifundiários, se tornou assassino também. Para exemplificar essa ambiguidade na personalidade de Resto-de-Onça, podem-se ressaltar alguns dos episódios que demonstram essa mudança de lado. A primeira foi na morte encomendada de Vigilato em que Resto-de-Onça tomou a iniciativa de dar o primeiro golpe para demonstrar frieza. No ocorrido, Pedro não teve nenhuma preocupação em esconder quem mandou e quem cometeu o assassinato: “–Podem denunciar, cambada. bradava o velho. – Denunciem. Vigilato também denunciou”. (ÉLIS, 2008, p. 57)

O narrador, ao contar a história de Vigilato, deixa transparecer não só a ausência de laços de parentesco que tivessem em primeiro plano, o aspecto afetivo, mas também o fato de não depender economicamente do velho coronel. Como o cargo ocupado por Vigilato era um cargo indicado pelos políticos, o que se pode formular sobre a inimizade com Pedro é que, o cargo foi indicado pelos inimigos políticos dos Melo e o fato dele ter aceitado o cargo, redundou em desavença com a família, uma demonstração que poderia ser entendida como uma traição ao patriarca.

O juiz local, inimigo dos Melo, percebeu a impossibilidade de realizar um julgamento justo, por isso, resolveu fazer uma representação ao Governo de Goiás, expondo o caso e pedindo meios que assegurassem a punição dos criminosos. Esse pedido foi visto como uma afronta e acirrou ainda mais a inimizade entre as partes. A resposta do Governo Estadual, composto de desafetos dos Melo, alarmou toda a vila e encheu o juiz Valério de esperança de que a situação começasse a mudar em São José do Duro. Seria enviada uma comissão para apurar o crime, composta por um tenente, um pequeno grupo de 30 soldados e um juiz conceituado e experiente, o juiz Hermínio.

Os Melo, ao saberem da comissão, ofereceram um banquete de recepção: “Mas tais novas não arrefeciam o ânimo dos Melos que aprontavam uma festança de arromba para receber a comissão, fazendo crer assim que não temiam qualquer devassa em suas vidas”. (ÉLIS, 2008, p. 150). Em uma clara investida para silenciar a comissão, no discurso de boas-vindas, Artur Melo deixa claro que a família fazia questão de cuidar do bem-estar de toda comissão oferecendo estadia, alimentação e muita bebida para os soldados. O principal serviço a ser prestado à comissão era que qualquer ato da comissão teria total garantia, visto que tinham cem homens armados e municionados para fazer com que as decisões tomadas

fossem obedecidas. Todos os presentes entenderam o “recado dado”, afinal, a comissão era muito menor que o exército de jagunços dos coronéis.

Outro momento de demonstração de poder foi quando que o capanga prestou seu depoimento a respeito do assassinato de Vigilato. Diante do juiz Hermínio, deixou que algo caísse no chão, fazendo certo “ruído”: era sua garrucha. Ele, sem pressa e em uma clara demonstração de intimidação, pega a arma, sopra o cano e mete-a de novo no cinto.

Desse momento em diante, o juiz compreende que nada poderia ser feito para apurar os fatos.

Dr. Hermínio compreendeu a impossibilidade de apurar ali qualquer coisa. Os Melo eram os donos de tudo. O caminho que lhe ditava a consciência seria alegar isso e renunciar a comissão [...]. Depois, já tinha muitos anos de serviço público, estava esperando aposentar-se em breve, essa atitude não iria atrapalhar sua aposentadoria? Era trinta e tantos anos de serviço duro, de exílio no sertão. (ÉLIS, 2008, p. 17)

Esse trecho, dentre outros em que Resto-de-Onça foi citado, demonstra o que, em tantas situações, o poder do mando de fato prevalecia sobre as autoridades estabelecidas. O juiz, por conta do que ocorreu no tribunal, resolveu mudar a condução do inquérito e passa a favorecer aos criminosos não fazendo mais nenhuma pergunta que pudesse comprovar o que todos já sabiam: “o bondoso juiz Hermínio consertou a garganta, limpou o suor da careca e não fez a menor pergunta. As testemunhas depunham o que bem entendiam”. (ÉLIS, 2008, p. 16). Assim, logo que a sentença favorável ao coronel foi pronunciada, seguiu-se um grande foguetório e o disparo de muitas carabinas em comemoração ao veredito.

O silenciamento imposto pela força dos gritos, das armas ou do tronco, a partir desse mundo de desordem e ordem, ultrapassa a própria narrativa em termos de sua especificidade, o que pode ser entendido como inspiração da realidade regional e chega à universalidade. Esse contexto de silenciamento também é percebido no relato da vida de algumas mulheres, que, apesar de apresentarem momentos de expressividade, viviam entre rezas e imprecisões. Dessa forma enfrentavam as várias adversidades próprias do lugar e de sua condição feminina. É o caso de Dona Benedita, Dona Ana e também de Zefa, filha de Dona Benedita e sobrinha do coronel Pedro. A última é o principal exemplo de desamparo. Casou-se ainda muito jovem com Artur Melo e logo foi deixada pelo marido, que vai morar na capital a fim de seguir a carreira política, mantendo-a sem nenhum tipo de comunicação.

Os anos se passam e Zefa se vê envolvida em relacionamentos amorosos, fato que chega aos ouvidos de Artur que a expulsa de casa sem nenhum direito e também lhe toma a única filha. Com isso, todas as portas que poderiam lhe oferecer abrigo se fecham. Zefa parte

da cidade e passa a ser prostituta. Logo, quando a filha se casa manda buscar a mãe para viver com ela. E assim Zefa volta para São José do Duro.

Em compensação à realidade dessas mulheres, o jagunço Casimiro enuncia o nome de uma bem-feitora na narrativa. Trata-se de Berandolina que, no texto é comparada pelo jagunço Belizário, em sua bondade e preocupação com os desfavorecidos, ao cangaceiro capitão Silvino, figura real e personagem central da ficção, construída em *Fogo Morto* (1943) considerado um dos mais notáveis heróis do cangaço brasileiro. Essa mulher, digna de ser lembrada, protegia os jagunços fugidos e tinha, no pensamento dos jagunços, o corpo fechado para todo tipo de maldade, a quem Casimiro pensava em pedir ajuda: “[...] ah, se viesse em socorro deles, os tirasse daquele ermo, os livrasse da dívida do coronel, os livrasse do perigo daquela luta que o coronel queria meter eles nela!”. (ÉLIS, 2008, p. 48)

Diferentemente das mulheres religiosas e, em certa medida “inertes” descritas na trama de *O Tronco*, que eram as mães, esposas, filhas e empregadas dos homens “importantes” do Duro, destacamos Berandolina, comparada ao mesmo cangaceiro, capitão Silvino, e que foi apontada pelos jagunços como alguém que poderia fazer o que ninguém mais faria. Alguém que os ouvia, e os via em seus medos e necessidade de liberdade e seria capaz de ajudá-los e possuía a “chave que abriria a porta” da impossível liberdade: “—Apois essa mulher é amiga da gente. Ela protege a pobreza contra a ganância dos ricos”. (ÉLIS, 2008, p. 47-48). Era ela quem, supostamente, dava guarida aos jagunços fugidos, como o jagunço Folorenço, único que nunca mais foi visto por Pedro Melo, e que possivelmente recebeu ajuda dessa mulher corajosa.

Em contraponto a essa personagem, que poderia até mesmo ser uma “jagunça”, e dos vaqueiros transformados em criminosos, teremos, em *O Tronco*, outro tipo de jagunço bandoleiro que se dedicava ao banditismo puro e simples que, nas narrativas dos cordéis ou no cancionário popular, não se mencionam nenhum ato de tirar dos ricos para dar aos pobres, nenhuma dispensação de justiça. Ao contrário, o que se registra são ataques a cidades, impiedade, horrores, torturas, sequestros, assaltos, atrocidades que causam terror que em nada lembram os heróis do povo.

3.4. Artur Melo e os Jagunços Aliados

Essa zona cinzenta em que tornavam incertas e indeterminadas as diferenças entre o lícito e ilícito também são descritas nas situações de alianças feitas pelos coronéis Pedro e

Artur Melo e os jagunços conhecidos pelos boatos tecidos e notícias do cangaceiro Abílio Batata, conhecido por suas “proezas” pelos sertões afora. Seus homens eram os mais ferozes de que se tinha notícia e sua amizade com Artur Melo era conhecida de todos, além de ser sabido que eles deviam favores entre si. Além disso, falava-se de um pacto de sangue que teria com os Melo. Muitas eram as histórias acerca da vida do cangaceiro que

[...] conhecia a região à palmo. Fora comprador de gado, fazendeiro em Pedro Afonso, tirador de borracha no Xingu e maniçoba no Maranhão e Ceará. Uma vez sitiou Pedro Afonso e após cinquenta horas de fogo, invadiu a cidade, incendiou, matou muita gente. Foi dessa vez que botou pessoal de Enéias para correr, tornando suas, fazendas, gado e haveres. (ÉLIS, 2008, p. 135)

Esses jagunços comissionados para aliam-se a Artur Melo na Batalha do Duro eram os famosos bandidos Abílio Batata, Roberto Dorado e Morato. Juntaram-se a esses homens outros jagunços experientes, como Calixto Chapadense, João Dias, Miguel Umbuzeiro (cangaceiro que atacava rezando) e João Rocha. Todos esses, considerados valentes das fronteiras de Goiás, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Piauí, se reuniram na localidade chamada Açude, entre Goiás e Bahia, um lugar de difícil acesso para a polícia:

Os planos de Artur estavam bem delineados: enviava os rapazes para Açude e apresentava-se a juízo. Se carvalho não cumprisse o trato, se Carvalho o pronunciasse ou prendesse, os cabras atacariam a vila. Seu plano era esse e era um plano sem merma. (ÉLIS, 2008, p. 91)

Abílio Araújo ou Abílio Batata aparece na história no momento em que Artur reúne homens para enfrentar os policiais enviados pelo governo. Sobre ele, o narrador afirma que antes Abílio destruiu Pedro Afonso e São Marcelo, e em Boa Vista cometeu atrocidades. Eram amigos e companheiros dos Melo e temidos por todos, especialmente pela polícia. Por causa desses homens, o narrador afirma: “Por cima, sabe onde fica o Duro? No fim do mundo. Por aquelas bandas bandido é mato e bandidos ferozes, apoiados por políticos poderosos. Para essa gente não há lei, não há nada”. (ÉLIS, 2008, p. 65).

Essa proliferação de bandidos que se aliam ao sistema político local é evidenciada por Hobsbawm (2017):

Quanto mais atrasada a região, e quanto mais remotas, débeis ou desinteressadas as autoridades superiores, tanto mais vital será na política local (ou, aliás, na influência da província na política local) essa capacidade de um magnata ou “coronel” para mobilizar “sua” gente. Se ele contribuir com suficientes espadas, carabinas ou votos no cálculo da política local [...]. (HOBSBAWM, 2017, p. 119)

A intenção de Batata, além de participar do embate no Duro, era tomar o Governo do Estado, como explica o narrador: “Arreunir os cabras, atacar a capital de Goiás, tomar o governo e botar em riba desse governo o Doutor Artuzinho”. (ÉLIS, 2008, p. 103). Para isso, receberia mil e quinhentas reses e mais o saque da região por seis meses. São José seria um segundo Pedro Afonso. O poder que Abílio possuía ficava evidenciado também quando o narrador destaca que bastava um “grito” que Batata traria mil homens: “Batata vinha com mil homens acostumados com a fumaça [...]. Abílio Batata, Roberto Dorado, Abade, tudo estava ali de grito, esperando um aceno do compadre Artur”. (ÉLIS, 2008, p. 104)

Os coronéis Pedro e Artur Melo eram companheiros em muitos dos crimes cometidos por esses jagunços, sendo os principais deles em Pedro Afonso, São Marcelo e Santa Filomena, no Piauí. Artur, mesmo sendo um político com pretensões à presidência do Estado de Goiás, participava indiretamente das “conquistas” desses chefes e, em troca, podia contar com os serviços que garantiam a permanência do sistema de poder do Norte de Goiás.

Artur perdeu a força política no momento em que Leopoldo Bulhões perdeu sua força política em vista da ascensão de Totó Caiado, ao domínio político de Goiás. Teriam Caiado, sendo governador, e João Alves, presidente de Goiás, agido em represália ao ponto de colocaram seus objetivos políticos na decisão de enviar a comissão para realizar a intervenção? Embora o governo tentasse demonstrar certa imparcialidade, o que se via era que, aos inimigos políticos, todo rigor da lei deveria ser aplicado, porém aos aliados, o que valia era o benefício dos favores e do compadrio:

[...] saiu daquele meio atrasado, chegou a deputado e estava na bica para Presidente, quando passou a ser perseguido. Botou jornal na Capital do Estado, topeando com homens formados, enfrentando Totó Caiado, Eugênio Jardim. (ÉLIS, 2008, p. 20)

Para o embate em São José do Duro, juntaram-se os jagunços de Artur Melo e também os que foram convocados como aliados dos estados vizinhos a Goiás, Bahia e Piauí. Eram homens acostumados a obedecerem às ordens e a participarem de massacres como o que estava prestes a acontecer:

Em Arraias, um tropeiro vindo da Bahia contara que Duro era jagunço só. Todo o pessoal valente das fronteiras de Goiás, Bahia, Maranhão e Piauí estavam reunidos no Duro. Ali estavam Abílio Araújo, mais conhecido por Abílio Batata, e Roberto Dorado, famosos cabos-de-guerra que alguns anos antes assaltaram e tomaram a cidade de Pedro Afonso, reduzindo as casas a um montão de ruínas fumegantes; Calixto Chapadense, tão valente quanto João Dias de Boa Vista, e Miguel Umbuzeiro, o cangaceiro que atacava rezando as excelências. Diziam mais que no Duro, diariamente João Rocha adestrava os jagunços no manejo das armas. Cortava

toras de bananeiras, fincava no chão e a cada uma dava o nome de um membro da comissão. (ÉLIS, 2008, p. 65)

Para o treinamento e organização da ofensiva, todos os aliados de Artur se deslocaram da vila para um local na fronteira do antigo Goiás e Bahia, na região chamada Açude, em uma das fazendas de Abílio Batata em que a jagunçagem, movida por um sentimento de cobiça aguçado pela garantia do despojo. Para isso, a jagunçagem estava disposta a matar e a morrer para que o inimigo comum fosse expulso ou mesmo exterminado.

Abílio Batata era aquele que melhor conhecia a região e, experiente na vida do crime como era, enriqueceu com o fruto de roubos nas fazendas, lugarejos e cidades. Contrapondo a toda fama de homem brutal fisicamente, Abílio era descrito pelo narrador como “[...] baixote, meio corcunda, amarelo e magricela” (ÉLIS, 2008, p. 147). E usa palavras como: “ninguém dava nada por aquele pinóia”. (ÉLIS, 2008, p.147). Abílio era seco e verde, talvez em uma demonstração de que não tinha saúde, andando sempre de terno branco de linho e punhos com abotoaduras de ouro, chapéu palheta e sapatos amarelos: “Tinha uma voz fanhosa e fraca, ajudada de largos gestos das mãos para mostrar os anéis de ouro e brilhantes que trazia nos dedos. Tinha dedos com três anéis”. (ÉLIS, 2008, p. 147). Além disso, possuía boca larga “de sapo” (ÉLIS, 2008, p. 147) e “uns olhos morteiros” (ÉLIS, 2008, p. 147) como se estivesse morrendo.

Por outro lado, a descrição da fragilidade física do líder não condizia com a personalidade violenta que “povoava” todas as conversas do povoado, como destaca o trecho: “Recebidos os bens do homem, Abílio Batata fez um sinal para Roberto Dorado que pegou o dito cujo, a mulher, os três filhos, amarrou tudo nos paus do curral e dizem que o próprio Abílio foi matando um a um”. (ÉLIS, 2008, p. 147).

A fama precedia às ações dos famosos jagunços e promovia uma consternação geral, uma desesperança tal que os próprios soldados declaravam que seus oficiais não seriam “páreo” para os bandidos das fronteiras do coração do Brasil.

A decisão da polícia de manter os nove reféns presos no tronco do sobrado de Pedro Melo era uma espécie de moeda de troca que a polícia pretendia utilizar, a fim de pressionar Artur para não atacar a cidade. No entanto, Abílio Batata tinha outros planos. Esse acordo era completamente impossível, visto que o ex-deputado já havia prometido a Abílio um pagamento substancial pelo serviço prestado, e o líder do bando não aceitaria recuar diante da ameaça feita.

Dessa forma, o que fica claro no texto é que, nem se Artur quisesse voltar atrás no ataque, Abílio acataria a nova ordem. Vicente passa a entender a posição do primo como de quem, naquele contexto, passava a obedecer ao chefe dos jagunços, alguém que tinha saído da posição de quem dita as ordens para obedecer quem, no momento tinha mais poder de ataque. Diante dessa certeza, Vicente declara: “[...] ele num manda mais em nada não. Quem manda agora de Abílio Batata e Roberto Dorado. Artur é preso dele”. (ÉLIS, 2008, p. 189)

Possivelmente, a negativa de Abílio e dos outros em desistirem do ataque não seria apenas por causa do pagamento prometido, mas havia também a vaidade de perpetuar seus nomes registrados como quem possuíam grande poder de destruição. Para eles, a lei e a ordem que existiam, eram as estabelecidas através dos assaltos e chacinas a lugares como São José do Duro. Dessa forma, Abílio Batata e seus comparsas iam gravando seus nomes no imaginário popular.

3.5. Vicente Lemes: entre o sobrado e a coletoria

O romance de Élis começa com o relato dos fatos relacionados ao inventário de Clemente Chapadense: “[...] uma indignação, uma raiva cheia de desprezo crescia dentro do peito de Vicente Lemes à proporção que ia lendo os autos”. (ÉLIS, 2008, p. 4). A indignação da personagem Vicente abre o romance e revela a trama central que circula em torno dos arranjos de Artur Melo no processo do inventário:

Um homem rico com o Clemente Chapadense e sua viúva a inventário somente a casinha do povoado! Veja se tinha cabimento! E as duzentas e tantas cabeças de gado, gente? E os dois sítios no município, onde ficaram? [...] Todo mundo sabia da existência desses trens que estavam sendo ocultados [...]. A vila inteira, embora ninguém nada dissesse claramente, estava de olhos abertos assuntando se tais bens entrariam ou não no inventário. (ÉLIS, 2008, p. 4)

O narrador apresenta o coletor de impostos expondo minuciosamente sua revolta e seu zelo no cumprimento de sua função pública. Ele é caracterizado como uma pessoa idônea e, pelo fato de existir claras irregularidades, só via uma a direção a seguir: o caminho da lei. Esse desejo de priorizar a questão pública em detrimento dos interesses privados se manifesta quando se opôs ao deputado federal e advogado da viúva, seu primo Artur.

A rixa entre os primos era desde o tempo em que Artur foi juiz municipal e nomeou Vicente como escrivão para encobrir as fraudes realizadas. Diante da contestação de Lemes, o juiz esclarece: “Mas ninguém fica sabendo, homem de Deus! Aqui lá tem alguém que entende

dessas coisas?” (ÉLIS, 2008, p. 9). Artur, enfurecido, adverte: “Vem cá, você pensa que te nomeei por teus belos olhos? Achei que ia ter um amigo e quando acaba o que tenho é uma cascavel!” (ÉLIS, 2008, p. 10). Por essa razão que Vicente foi embora da vila do Duro e só voltou depois, com ordens de Eugênio Jardim, líder do partido e futuro presidente de Goiás, para fazer frente aos Melo, já como quem combateria o situacionismo.

Holanda (2014) demonstra a esse respeito o quanto irrompia a importância que o círculo familiar assume na política brasileira, em que essa situação promove restrições à formação de uma sociedade segundo padrões atualizados em que o Estado é conduzido pelos interesses de alguns em detrimento aos interesses propriamente públicos. Assim, em diversos momentos, a trama revela os interesses privados se sobrepondo a lei e se apropriando do que era público:

Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, no núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (HOLANDA, 2014, p. 175-176)

Neste sentido, a relação de Artur e Vicente estava firmada nessa possibilidade de garantia de que o primo, posto em uma posição “estratégica”, teria a condição de garantir o domínio do privado sobre as instituições que deveriam estar fundadas em princípios neutros, assentadas em normas antiparticularistas.

Assim agia a elite que, na visão de Faoro (2001), “exerce poder político, em um mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal”. (FAORO, 2001, p. 700). E essa perspectiva propiciava o aumento copioso do patrimônio de Pedro e seus protegidos, a partir da facilidade que o cargo público lhes conferia, fato esse que desmoralizava Vicente em sua função de “homem de confiança” do governador.

Em oposição à indignação que o coletor sentia em relação aos atos de sua família, havia também o sentimento de profundo respeito ao seu clã. Quanto a essa mescla de sentimentos da personagem que reflete certa ambiguidade, Arrigucci (1994), referindo-se ao desejo do jagunço Riobaldo de entender distintamente as diversas situações da vida que envolve a subjetividade, ressalta: “O desejo de entender as coisas claras, delimitando opostos,

acaba por defrontar a mistura do mundo. O fato é que as mesclas se exprimem na conduta dos seres”. (ARRIGUCCI, 1994, p 10)

Essa evidência permite inferir que a ideia do autor era exatamente não demarcar de forma nítida esses sentimentos opostos que regiam as atitudes das personagens, visto que a matéria está associada a motivações que contornam a estrutura patriarcal. Dessa forma, esses homens que exerciam funções públicas eram como galhos ligados a essa estrutura maior, ou seja, o tronco de uma árvore frondosa, doadora de sombra, alimento e proteção, e em troca, exigia fidelidade e até sacrifícios para sustentação dessa estrutura do compadrio.

Algumas palavras demonstram esse sentimento de proximidade entre as personagens de Vicente e Artur, são: “primo”, “meu tio”, “velho” (no sentido carinhoso) mencionadas repetidamente como demonstração desses sentimentos ambíguos. Pode-se vê-las em diversos momentos, como: “Vicente tinha consciência de que era preciso levantar-se contra o tio e o primo, mas no fundo alguma coisa o tolhia: um respeito vindo do tempo de criança, o temor pelo homem que sempre mandou no lugar”. (ÉLIS, 2008, p. 18). Há momentos em que Vicente sentia certo carinho pelo primo e, às vezes, até sentia arrependimento por ser severo em seus posicionamentos em relação Artur: “Quem sabe meu primo Artur não está mesmo disposto a viver cordialmente com a gente?” (ÉLIS, 2008, p. 20). Em relação ao tio, Vicente sentia um misto de revolta, raiva, mas também respeito e até certa admiração por ele: “O velho percebia que Vicente algumas vezes até lhe tomava benção”. (ÉLIS, 2008, p. 19).

Essa ambiguidade é mais claramente ressaltada em três momentos específicos. O primeiro deles, quando Vicente se arrepende de ter acionado a intervenção estadual, especialmente quando ele percebeu que o juiz Carvalho não pretendia cumprir a lei, e sim estabelecer um acordo que beneficiaria a ele próprio e manteria o poder dos coronéis locais:

Um desgosto fundo, um desengano danado, um enfado de tudo apertando o coração de Vicente Lemes. Inda ontem entrava ao lado de Carvalho, todo garboso, mostrando o valor da autoridade, provando que não era somente a violência que imperava no mundo, afirmando que Artur e seu pai não eram os vice-reis que se diziam. (ÉLIS, 2008, p. 138)

O segundo momento ocorre quando ele percebeu que a polícia não tinha a menor condição de enfrentar os jagunços de Artur, visto que possuía armas estragadas e munição velha, “[...] tudo irresponsabilidade daquele governo, enviara soldados escassos mal armados, com munição quase nenhuma”. (ÉLIS, 2008, p. 237). E ainda um terceiro, pelas ações da polícia, como matar o coronel Pedro Melo sem que ele oferecesse resistência, seguido do roubo de seus pertences, na violência desmedida e promessa de assassinar os reféns.

Diante dessas constatações, Vicente entendeu que a missão pretendida não era defender a vila, mas sim movidos por sentimentos pessoais, vingar, assassinar e roubar, agindo exatamente como os jagunços que eles pretendiam exterminar: “A polícia só tem assassinos”. (ÉLIS, 2008, p. 241)

São José do Duro foi transformada em uma praça de guerra, onde, de que um lado estavam os policiais amedrontados, miseráveis, atrelados ao mando do governo, defendendo um sistema a que não pertenciam e movidos pelo mesmo sentimento que moviam os jagunços, a necessidade de sobreviver. Do lado oposto estavam os jagunços, homens também espoliados e expostos a uma vida miserável, cercados de chefes e uma estrutura apodrecida, mantida pelas muletas do Estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria preciso muito mais tempo e mais recursos para que nós conseguíssemos, ao menos, nos aproximar do que entendemos ser um trabalho completo sobre o assunto “jagunçagem” em nossa literatura. São tantos aspectos no tocante à vida desses homens, que precisaríamos de muito mais informações para compreender as relações de poder que regiam a vida desse tipo social, como eles viviam, suas reais motivações, suas ambiguidades e contradições, suas humanidades, medos e angústias. Tudo isso sem falar nas peculiaridades regionais que compõem a totalidade do povo brasileiro.

Outro ponto que poderíamos destacar é que a percepção desses fatos, dentro de uma contextualização histórica pautada na violência (as mais diversas), nos possibilitaria crer que, no momento presente, em que enunciamos a narração dessas histórias, os conflitos estariam completamente superados, quando de fato não estão; isto é, não existe um lugar em que podemos falar de fora da violência brasileira, um lugar em que a linguagem utilizada possa se distanciar das mais diversas formas de violência. Essa percepção nos aponta para uma truculência constante, especialmente nos sertões do Brasil, que foi testemunhada pelos sertanejos, recontada por seus descendentes e até mesmo ainda vivida pelos marginalizados, e, por que não dizer, nos mais diversos pontos do país, pelos poderes públicos e também pelas elites.

Esse entendimento crítico de nosso passado histórico permite perceber que a violência não tem na vida brasileira apenas um lugar casual, ou acidental, mas ela define condições de relacionamento público e privado, organiza instituições e estabelece papéis sociais.

A violência ocupa, assim, esse lugar central em que as condições para essa ocupação são possibilitadas pelo Estado que mantém instituições que seguem princípios autoritários e estimulam as interações sociais que tendem a reforçar esses princípios, constantemente, como se o autoritarismo trouxesse algum benefício à ordem social.

Diante de tudo isso, entendemos que tentar enumerar as mais diversas categorias que descrevem a presença da violência em nossa formação ainda é insuficiente. No entanto, esse caminho nos aponta para uma direção que ainda há para onde seguir, especialmente porque, à medida que a pesquisa avança, mais se torna admirável e profusa. É realmente fantástico pensar a respeito o povo brasileiro, na sua formação, nos caminhos percorridos da nossa história e sobre nossas angústias e mazelas.

Em momentos em que tivemos oportunidade de expor este trabalho, algumas pessoas perguntaram se nosso trabalho se tenta justificar a violência desses grupos armados de jagunços. A resposta sempre foi que nos mantínhamos em certa distância como quem quer ver a verdade, ou parte da verdade, ou, um ângulo dela, sobre uma suposta realidade ou verossimilhança.

Nesse intuito de apreender as representações do jagunço em nossa literatura, desde seus momentos iniciais até as configurações de que Bernardo Élis construiu para seus jagunços, dividimos este trabalho em três capítulos: no primeiro momento, procuramos compreender algumas narrativas do jagunço na literatura, desde os garimpeiros das regiões auríferas brasileiras aos jagunços dos sertões onde a justiça não se fazia presente. Voltamos para algumas configurações de jagunço em nossa história literária, configurações estas que se iniciam ainda no Brasil colonial, mais precisamente nas nossas academias literárias do século XVIII, presentes no discurso poético de Claudio Manoel da Costa, em *Vila Rica*, primeira obra a transfigurar literariamente a luta entre senhores de terras e seus jagunços em lutas privadas. Chegamos à narrativa de Euclides da Cunha até finalmente nos depararmos com os jagunços e coronéis propriamente ditos, não mais em um estágio de formação, mas como tipos sertanejos.

Em um segundo momento, trilhamos o caminho da apreciação do romance *O Tronco*, sua urdidura e a trajetória literária do autor Bernardo Élis, seu pensamento quanto à questão social que envolvia seu trabalho, representando o interior do Brasil, especialmente Goiás, marcado pelo estigma do atraso e da decadência, sob um olhar invertido, em que o autor, reinventa o sertão e o discurso sobre ele, sob a perspectiva de um autor, que se alia a outros escritores regionalistas, e projeta seu olhar de dentro para fora, isto é, do sertão para o litoral.

Em terceiro momento, nos propusemos a resgatar os aspectos ambíguos das personagens criadas por Bernardo Élis que nos levou à percepção de que o autor reconstituiu tipos sociais comuns à época e ao lugar que pertence à trama. A partir dessas personagens, escolhemos algumas delas que nos serviram de fio condutor. São elas: o coronel, o coletor de impostos, a polícia e os jagunços.

O coronel que era o chefe político que se elevou ao posto, tornando-se possuidor de um poder incontestável, construído através do tempo, passado de pai para o filho, vivendo entre a prática de crimes e os cargos públicos de governos. O coletor, Vicente Lemes, que revela a dificuldade de se executar os códigos legais numa terra onde o poder dos coronéis se sobrepõe ao Estado e a Justiça. Vicente oscila entre o desejo de mudanças que demonstrem

avanços políticos e sociais e o apego aos familiares que pertenciam ao grupo oligárquico local, grupo que representava o atraso e o crime.

A polícia que, destacada para implantar a ordem em São José do Duro, grande parte dela, era possuidora de uma vivência anterior voltada à prática do banditismo, como cangaceiros ou jagunços, e em determinado momento de suas vidas partiram para o engajamento junto às forças policiais para resolverem seus problemas pessoais, como pagamento dívidas com a justiça ou mesmo pagar dívidas infinitas aos coronéis. Alguns deles ainda aproveitavam a facilidade do acesso aos espólios dos enfrentamentos como o Massacre do Duro para enriquecerem e viviam equilibrando-se entre o papel de agentes da justiça e da ordem, a sobrevivência, o enriquecimento arbitrário e a possibilidade de vingança, contrárias ao princípio de suas funções.

Os camaradas jagunços, alguns deles viviam como cangaceiros, praticando saques às cidades e propriedades para enriquecerem, outros sobrevivendo em um regime de relações de trabalho que se assemelhava ao regime escravocrata do Brasil Império, nas relações semifeudais que os ligavam ao senhor proprietário de terras e de gado, também propriedade dos coronéis. A eles, os camaradas, também deviam inúmeros favores, além de dívidas fantásticas originadas, geralmente, nos armazéns do coronel de modo que se mantinham permanentemente subjugados devedores, apesar de muitos deles declararem na narrativa que gostariam de cuidar de suas terras em uma vida completamente pacata.

Neste percurso trilhado e na forma que idealizamos o nosso estudo, nossa pretensão foi contribuir não só para os estudos das imagens e representações do jagunço em nossa literatura, mas também para redescobrir o autor goiano, revelar sua importância, trazendo, com grande responsabilidade, a tarefa de apresentá-lo, por ser ele um marco divisor da literatura goiana, um nome que se impôs à crítica nacional como parte integrante de uma tradição literária regionalista.

REFERÊNCIAS

ABDALLA JUNIOR, Benjamin (org.). **Bernardo Élis**. São Paulo: Abril, 1983.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Claudio Manoel da Costa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/claudio-manoel-da-costa/biografia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

AIRES NETO, Abílio Wolney. **O Duro e a intervenção federal**: relatório ao ministro da guerra. Goiânia: Kelps, 2006. Disponível em: http://www.dno.com.br/JornalDoDuroDownloads/Livro_ODuroEAIntervencaoFederal_Abilio.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.

ALMEIDA, Cristiane Roque de. **História e sociedade em Bernardo Élis**: uma abordagem sociológica de *O Tronco*. 152f. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/109/o/Cristiane_Roque_Almeida.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudos dos quatro regionalistas**: Bernardo Élis, Carmo Bernardes, Hugo de Carvalho Ramos e Mário Palmério. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1985.

ARAÚJO, Bernardo Goytacazes de. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 3, p. 129-141, 2009. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10-rev3.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

ARNT, Gustavo. **Sistema Jagunço**: A dialética entre homem provisório e sujeitos da terra definitivos no romance regional brasileiro. 231f. 2013. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15973>. Acesso em: 29 out. 2020.

ARRIGUCCI, Davi. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 40, p. 7-29, nov. 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5008716/mod_resource/content/1/Davi%20Arrigucci%20-%20O%20mundo%20misturado.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

ASSIS, Machado. **Quincas Borba**. Rio de Janeiro: Garnier, 1891. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5251>. Acesso em: 25 maio 2020.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. São Paulo: Biblioteca do Estudante Brasileiro; USP, [s.d]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ATHAYDE, Tristão de. Regionalismo universalista. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 123-124, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635917/3626>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BARBOSA, Francisco de Assis. Nota à segunda edição. In: ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BOLLE, Willi. **grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

_____. O Brasil jagunço: retórica e poética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 44, p. 141-158, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34566>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Vieira, 2003.

CANDIDO, Antonio. Jagunços Mineiros de Claudio a Guimarães Rosa. In: _____. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011, p. 113-160.

_____. O homem dos avessos. In: _____. **Tese e antítese**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1964, p. 119-139.

_____. Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 8, 1970, p. 67-89. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69638/72263>. Acesso em: 23 abr. 2020.

_____. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARVALHO, Tereza Ramos. **A interlocução Literatura e História social nas obras O Tronco, de Bernardo Élis, Quinta-feira Sangrenta, de Osvaldo Rodrigues Póvoa, e Serra dos Pilões-Jagunços e Tropeiros, de Moura Lima**. 200f. 2013. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13268>. Acesso em: 05 abr. 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **A Guerrilha do Araguaia**. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>. Acesso em: 05 abr. de 2021.

COSTA, Cláudio Manuel da. **Vila Rica**: poema. Ouro Preto (MG): Typ. do Estado de Minas, 1897. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179456>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1902. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CUNHA, Wellington Soares. **O poema Vila Rica e a historiografia colonial**. 181f. 2007. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-04072008-140844/publico/DISSERTACAO_WELLINGTON_SOARES_DA_CUNHA.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ÉLIS, Bernardo. A vida são as sobras. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 15-116, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635915/3624>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ÉLIS, Bernardo. Bibliografia. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 117-122, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635916/3625>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ÉLIS, Bernardo. **Veranico de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Zênia de. Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis. **Revista Signótica**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 155-169, 1987. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/7200/5093>. Acesso em: 24 maio 2021.

FILHO, Fadel David Antonio. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos do Brasil (ponto de vista de ciência geográfica). **Revista Ciência Geográfica**, Bauru (SP), v. XVI, p. 84-87, jan./dez. 2011. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoX_V_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A Construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

FREDERICO, Enid Yatsuda; LEÃO, Flávia Carneiro. Apresentação. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 9-13, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635914/3623>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Do Interior mais Distante: Uma História de Poder e Paixão. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v. 451, p. 307-318, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-451/item/108362-do-interior-mais-distante-uma-historia-de-poder-e-paixao.html>. Acesso em: 19 dez. 2020.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. 227f. 2000. Tese (Doutorado em História Social) – Filosofia e

Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280689>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2017.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. O Camponês Cheio de Mundo na Obra de Bernardo Élis. **Jornal Opção**, Tocantins, 26 abr. 2020. Opção Cultural. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/o-campones-cheio-de-mundo-na-obra-de-bernardo-elis-249898/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **História da cidade de Goiânia**. Casa Civil. 2021. Disponível em: <https://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/criacao-dos-municipios.html?view=article&id=644:goiania&catid=157>. Acesso em: 19 fev. 2021.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O massacre dos índios Krahós**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/noticia/6521>. Acesso em: 05 abr. 2021.

JORGE, Miguel. Bernardo Élis. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 139, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635921/3630>. Acesso em: 17 nov. 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEÃO, Flávia Carneiro. O acervo de Bernardo Élis. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 141-142, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635922/3631>. Acesso em: 17 nov. 2020.

LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba (MG): Companhia das Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MOUTINHO, Nogueira. Regional goiano. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, n. 1, p. 125-126. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635918/3627>. Acesso em: 17 nov. 2020.

NOLETO, Marília. O “Barulho do Duro” à luz da História e da Literatura. **Jornal Opção**. Tocantins. 20 de jan. de 2019. Opção Cultural. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/o-barulho-do-duro-a-luz-da-historia-e-da-literatura-159398/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

_____. Uma marca de sangue na História de Goiás: Os cem anos do Barulho do Duro. **Jornal Opção**. Tocantins. 20 de jan. de 2019. Disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/uma-marca-de-sangue-na-historia-de-goias-os-cem-anos-do-barulho-do-duro-159367/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

PALMÉRIO, Mário. **Chapadão do Bugre**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

PECHMAN, Robert. **Álvaro Guilherme Mariante**. São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mariante-alvaro-guilherme>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **Quinta-Feira Sangrenta: os barulhos do Duro**. Goiânia: Kelps, 2003.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REGO, José Lins do Rego. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

RIBEIRO, Thiago Fernandes Soares. **Descaminhos Gerais: a representação do jagunço em Bernardo Élis**. 104f. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6323?locale=pt_BR. Acesso em: 2 mar. 2020.

RIEDEL, Dirce Cortes. Saga de espantos. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 127-134, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635919/3628>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino a comarca do Serro Frio**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

SENADO FEDERAL. **Pedro Ludovico**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2193>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SILVA, Carlos Roberto. **O Distrito Diamantino e o contrabando de diamantes durante o período dos contratos de 1740/1771**. 81f. 2003. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana (MG), 2003. Disponível em: https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/103_carlos_roberto_da_silva_-_o_distrito_diamantino_e_o_contrabando_de_diamantes0adurante_o_periodo_dos_contratos0a1740-1771.pdf?m=1525724427. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, Suely Braga. **50 anos em 5: o Plano de Metas**. São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Econo>

mia/PlanodeMetas. Acesso em: 10 dez. 2020.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. São Paulo: Três, 1973.

TELES, Gilberto Mendonça. Dos ermos aos caminhos gerais. **Remate de Males**, Campinas (SP), v. 17, p. 135-137, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635920/3629>. Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. O lu(g)ar dos sertões. **Revista Verbo de Minas**, Juiz de Fora (MG), v. 8, n. 16, p. 71-108, nov./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/246/152>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 2, p. 187-196, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/3140/3145>. Acesso em: 10 de abr. 2021

VIEIRA NETO, Henrique José. **O Tronco**: obra literária de Bernardo Élis (1956), fílmica de João Batista de Andrade (1999) e as conexões possíveis entre cinema, literatura e história. 197f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16382>. Acesso em: 15 de abr. 2020.